

Centro Universitário de Lisboa

FCSEA – Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração

Mestrado em Diplomacia e Relações Internacionais

**O PAPEL DA FORÇA AÉREA PORTUGUESA EM TEATROS DE
OPERAÇÕES DE CONFLITO NO SÉCULO XXI**

DIANA CORREIA DIAZ - 22105619

2025

O PAPEL DA FORÇA AÉREA PORTUGUESA EM TEATROS DE OPERAÇÕES DE CONFLITO NO SÉCULO XXI

(Versão final)

Dissertação defendida em provas públicas para obtenção do Grau de Mestre no Curso de Mestrado em Diplomacia e Relações Internacionais, conferido pela Universidade Lusófona - Centro Universitário de Lisboa, no dia 12/05/2025, perante o júri, com o Despacho de Nomeação n.º 267/2025, de 07 de abril, com a seguinte composição:

Presidente: Professor Doutor Vasco Rato

Arguente: Prof. Doutor Francisco Proença Garcia

Orientador: Prof. Doutor Fernando Campos

DIANA CORREIA DIAZ - 22105619

2025

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer ao meu orientador, o Professor Doutor Fernando Campos, que, desde o início do curso, acreditou nas minhas capacidades e na minha vontade de elaborar uma dissertação que expusesse o trabalho da Força Aérea Portuguesa nos dias atuais. Como militar e aliada aos conhecimentos técnicos e experientes do Doutor, acredito que esta dissertação seja de interesse público e que pode servir como uma defesa ao trabalho das Forças Armadas.

Em segundo lugar, aos meus pais, que me incentivaram a realizar este curso que se prende tanto com os meus interesses pessoais como de carreira. Sempre viram em mim um potencial que eu sempre descurei e, conhecendo-me melhor que eu mesma, souberam que a minha dissertação se iria sempre cruzar com as relações internacionais, com a defesa do território, interesse na ajuda humanitária e pela promoção da paz.

Em terceiro lugar, à minha restante família e amigos que sempre me apoiaram em todo o meu percurso e me incentivaram a ser melhor pessoa e melhor profissional, sem nunca me deixarem desistir dos meus sonhos.

Por fim, ao Estado Português e à Força Aérea Portuguesa, que me deram a oportunidade de assumir o meu papel como uma cidadã que promove os ideais que defendem mais ativamente, assumindo o meu papel também como militar, para poder estar na linha da frente no que concerne a defesa do nosso território e auxílio para que a mesma seja levada avante mais facilmente.

RESUMO

Esta dissertação pretende evidenciar a importância da existência das forças armadas portuguesas e, em particular, da Força Aérea, abordando algumas das intervenções que a mesma realiza diária e ocasionalmente, tanto em contexto nacional como internacional. Apesar de nos encontrarmos em contexto de paz, as forças armadas portuguesas continuam a ter um papel fundamental na sociedade moderna, na prevenção e manutenção da segurança, a nível nacional e no trabalho colaborativo defesa, segurança e manutenção da paz a nível internacional. É importante salientar as missões levadas a cabo tanto para a proteção do país como na defesa do espaço aéreo e territorial, numa vertente europeia e da OTAN. Atualmente, as missões levadas a cabo pelo Estado português visam tanto a defesa do espaço aéreo internacional, com missões associados ao *Frontex*, a Agência Europeia da Guarda de Fronteiras e Costeira, como do território marítimo que é mais extenso que o território europeu, incidindo na necessidade de cooperação tanto a nível europeu como OTAN para interceção e prevenção de tráfico, controlo costeiro, térreo e aéreo. Portugal assume, também, desta forma, um importante papel na manutenção da defesa de território e proliferação da paz em países em desenvolvimento que continuam atualmente com grandes problemas tanto a nível de violência como económico. Esta dissertação é um estudo sobre o trabalho da Força Aérea Portuguesa em colaboração com países-membros da OTAN, da União Europeia e alguns países da CPLP. Acredita-se que é imperativo que Portugal continue a apostar em profissionais e forças militarizadas treinadas que garantam um trabalho de relações diplomáticas, de forma a manter as relações com os restantes países coesas e, simultaneamente, sublimes, de forma a não se colocar em situações que conflituem relações pré-existentes e acordos com os restantes países com quem mantém relações internacionais.

Palavras-chave: Força Aérea; Internacional; Intervenção; Militares; Missão.

ABSTRACT

This work aims to highlight the importance of the existence of the Portuguese armed forces and in particular the Air Force, addressing some of the interventions that it carries out daily and occasionally, both in a national and international context. Despite being in a context of peace, the Portuguese armed forces continue to play a fundamental role in modern society, in the prevention and maintenance of security, at national level and in collaborative work in defense, security and maintenance of peace at an international level. It is important to highlight the missions carried out both to protect the country and to defend air and territorial space, from a European and NATO perspective. Currently, the missions carried out by the Portuguese State aim both to defend international airspace, with missions associated with Frontex, the European Border and Coast Guard Agency, and the maritime territory, which is larger than European territory, focusing on need for cooperation at both European and NATO levels for interception and prevention of trafficking, coastal, ground and aerial control. Portugal also assumes, in this way, an important role in maintaining the defense of territory and the proliferation of peace in developing countries that currently continue to have major problems both in terms of violence and economics. This work is about the collaborative effort between the Portuguese Air Force and the member countries of NATO, the European Union and some countries of CPLP. In this way, it is imperative that Portugal continues to invest in professionals and trained militarized forces that guarantee diplomatic relations work, in order to maintain relations with the remaining countries cohesive and, at the same time, sublime, so as not to place itself in situations that conflict with pre-existing relationships and agreements with other countries with which it maintains international relationships.

Keywords: Air Force; International; Intervention; Military; Mission.

LISTA DE ABREVIATURAS

BA1 – Base Aérea Nº 1
BA6 – Base Aérea Nº 6
BA9 – Base Aérea Nº 9
CBPF - Ciclo Bienal de Planeamento de Forças
CEDN - Conceito Estratégico de Defesa Nacional
CEMFA – Chefe de Estado-Maior da Força Aérea
CEMGFA - Chefe de Estado-Maior-General das Forças Armadas
Coe - Conselho da Europa
CPLP – Comunidades dos Países de Língua Portuguesa
CSDN - Conselho Superior de Defesa Nacional
CSM - Conselho Superior Militar
CSNU - Conselho de Segurança das Nações Unidas
DGPDN - Direção-Geral de Política da Defesa Nacional
DMDM - Diretiva Ministerial de Defesa Militar
EDA – Agência Europeia da Defesa
EES – Estratégia Europeia de Segurança
EMFA – Estado-Maior da Força Aérea
EUFOR – Força da União Europeia na Bósnia-Herzegovina
EUMC – Comité Militar da União Europeia
EUMS – Estado-Maior Militar da União Europeia
FAP – Força Aérea Portuguesa
FRR – Força de Reação Rápida Europeia
IFOR – Implementation Force
IMS – International Military Staff
ISAF – Força internacional de Apoio à Segurança
KFOR – Força do Kosovo
LDN – Lei de Defesa Nacional
LDNFA - Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas
LOBOFA - Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas
LPM - Lei de Programação Militar
MDN - Ministro/Ministério da Defesa Nacional

MINUSCA - Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para a Estabilização da República Centro-Africana

NCGP – OTAN Committee on Gender Perspectives

NRF - OTAN Response Force

PALOP - Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

ONU - Organização das Nações Unidas

OSCE - Organização para a Segurança e a Cooperação na Europa

PESD - Política Europeia de Segurança e Defesa

PSC – Comité Político e de Segurança

TACP – Tactical Air Control Party

TAG – Transporte Aéreo Geral

TAT - Transporte Aéreo Tático

UE – União Europeia

UNTAET - United Nations Transitional Administration in East Timor

Índice

Agradecimentos	iii
Resumo	iv
Abstract	v
Lista de Abreviaturas	vi
Índice de Quadros	ix
Índice de Anexos	x
Índice de Figuras	xi
Introdução	1
Capítulo 1 As Forças Armadas em Portugal	4
1.1 História do surgimento das Forças Armadas em Portugal	5
1.2 As Forças Armadas na política interna e externa	7
1.3 Evolução da Aeronáutica Militar em Portugal	13
Capítulo 2 A Intervenção da Força Aérea Portuguesa	17
2.1 Contextualização do panorama armado no século XXI: FAP	18
2.2 Influência da FAP em teatros de operações de conflitos	21
2.2.1 Em missões OTAN	23
2.2.2 Em missões da União Europeia	27
2.2.3 Em missões em alguns países da CPLP	28
Capítulo 3 Os desafios atuais da Força Aérea Portuguesa	31
3.1 A participação da FAP em contexto internacional	32
3.2 A participação da mulher em missões internacionais	34
3.3 Os direitos humanos em teatros de conflito	41
Capítulo 4 Análise crítica do estudo	44
4.1 Descrição dos resultados	45
Considerações Finais	61
Bibliografia	67
Legislação	76
Anexos	78

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 – Eixo 1: Igualdade	37
Quadro 2 – Eixo 2: Conciliação	38
Quadro 3 – Eixo 3: Formação	39
Quadro 4 – Eixo 4: Mulheres, Paz e Segurança	40
Quadro 5 - Expectativas iniciais para ingressar na Força Aérea	89
Quadro 6 - Caráter das missões dos militares da Força Aérea	89
Quadro 7 - Abordagem das missões dos militares da Força Aérea	90
Quadro 8 - Importância atribuída à Força Aérea em missões nos teatros de operações	90
Quadro 9 – Posição estratégica dos nossos militares nos campos de atuação para cumprimento da missão	90
Quadro 10 – Limitações que a intervenção militar nacional enfrenta	90

ÍNDICE DE ANEXOS

ANEXO I: Apresentação do inquérito por questionário	79
ANEXO II: Questionário	80
ANEXO III: Metodologia	83
ANEXO IV: Resultados	89
ANEXO V: Autorização da FAP para realização de estudo	91

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Número dos inquiridos por género	84
Figura 2 – Intervalo de idades dos inquiridos por género	85
Figura 3 – Antiguidade dos inquiridos por género	85
Figura 4 – Posto dos inquiridos por género	86
Figura 5 – Regime dos inquiridos por género	86
Figura 6 – Número de Especialidades dos inquiridos por género	87

INTRODUÇÃO

As Forças Armadas Portuguesas já não detêm, numa opinião generalizada, o relevo observado antes do 25 de abril. Atualmente, como estamos inseridos num contexto de paz, o serviço militar acaba por passar despercebido e, muitas vezes, menosprezado pelo desconhecimento da sua importância, mas não mediatizada intervenção. Neste estudo, pretende-se mudar essa mentalidade, usando como caso de estudo a Força Aérea Portuguesa (FAP).

Pretende-se, com este estudo, dar a conhecer a realidade militar em Portugal, o que envolve ser militar e os tipos de missões realizadas diária e esporadicamente tanto interna como externamente, com especial enfoque na Força Aérea Portuguesa.

Assim, definiu-se como primeiro objetivo deste trabalho, realizar uma investigação teórico-prático que visasse compreender o que representa ser militar das Forças Armadas Portuguesas. O segundo objetivo pretende explorar a atuação e limitações da Força Aérea Portuguesa, tanto em contexto nacional, como internacional.

Para tal, elaborou-se um questionário, a ser aplicado a militares da FAP, que tenham já participado em missões de cariz vário, indo ao encontro às hipóteses deste trabalho e com as quais se pretende obter respostas às seguintes perguntas:

- Quais foram as expectativas principais, realizadas e não realizadas, que o levaram a ingressar nas Forças Armadas?

- Qual é a abrangência e as limitações da intervenção da Força Aérea em contexto nacional e internacional?

Para tal, será realizada uma pesquisa intensiva, analisando documentos dos séculos XX e XXI para podermos entender a envoltura política, social e cultural de ambos os períodos. Tudo isto, de forma a enquadrar a atuação das Forças Armadas Portuguesas. Serão, igualmente, analisados estudos para conferência de grau e posto a militares da categoria oficial, de modo a termos, igualmente, a perspetiva militar de forma mais direta.

A dissertação é constituída por seis partes. A primeira parte, compreende a estruturação do estudo, os agradecimentos, o resumo, as listas de abreviaturas, siglas e símbolos e os índices. A segunda parte, capítulo 1, é constituída pela pesquisa teórica, abrangendo a história do surgimento das Forças Armadas em Portugal, a sua importância na nossa política interna e externa e a evolução da aeronáutica militar em Portugal. Após este enquadramento histórico, surge uma terceira parte, capítulo 2, dedicada à intervenção da Força Aérea Portuguesa. Para tal, é realizada uma contextualização do panorama armado do século XXI

para, de seguida nos debruçarmos sobre a intervenção da Força Aérea Portuguesa, a nível nacional e no panorama internacional, destacando o seu papel em teatros de conflito em colaboração com as organizações internacionais das quais faz parte.

Numa quarta parte, capítulo 3, abordam-se os desafios que a Força Aérea Portuguesa enfrenta atualmente na sua atuação em contexto internacional, nomeadamente a nível dos seus recursos humanos e estruturais, assim como a escassa participação de militares femininos e a observação dos direitos humanos.

Na quinta parte, capítulo 4, será realizada a análise crítica dos resultados obtidos na implementação do inquérito por questionário aos participantes à luz dos conhecimentos adquiridos ao longo da revisão bibliográfica.

Por fim, na última parte, realizar-se-ão as considerações finais sobre a importância deste trabalho de investigação e a sua importância para o conhecimento da Força Aérea Portuguesa em teatros de conflito e apontar-se-ão sugestões para futuros trabalhos decorrentes de problemáticas ou necessidades sentidas ao longo da realização deste trabalho.

A metodologia utilizada nesta dissertação é fundamentalmente pesquisa bibliográfica, uma vez que a autora elaborou um inquérito por questionário e liberação de perguntas de partida e formulação de hipóteses, de forma a conseguir obter dados mais concretos para que as hipóteses e questões que sejam respondidas da forma mais real e concisa possível. As questões contidas no questionário serão elaboradas tendo em conta o ambiente histórico profissional da discente.

Uma vez que se pretende estudar um tema atual, decorrente intrinsecamente, dum contexto histórico, é imprescindível recorrer a documentos que permitam elaborar o enquadramento teórico e histórico, de forma a compreendermos a evolução e a envoltura das forças armadas e em particular da Força Aérea Portuguesa, até ao século XXI. Deste modo, a metodologia utilizada nesta dissertação é dividida em duas partes, sendo a primeira dedicada à pesquisa bibliográfica (documentação direta e extensiva) que servirá como base para a realização da segunda parte, um inquérito por questionário baseado nas perguntas de partida, os objetivos de estudo e as hipóteses definidas, de forma a conseguir obter dados mais concretos a partir das respostas dos inquiridos. As questões contidas no questionário, serão elaboradas pela autora tendo em conta o ambiente histórico profissional da mesma. Nesta dissertação, a norma adotada é a da *American Psychological Association* (APA).

A pesquisa foi sobretudo exploratória e explicativa, de modo a familiarizar o leitor com a temática, através da identificação e análise de acontecimentos que levaram aos comportamentos e postura que se verificam atualmente nas forças militares portuguesas.

Capítulo 1 - AS FORÇAS ARMADAS EM PORTUGAL

1.1 História do surgimento das Forças Armadas em Portugal

A História do surgimento das Forças Armadas em Portugal está diretamente ligada à história do país, a partir da sua fundação. Portugal sempre foi um país que se mostrou pronto a ter um papel ativo na luta pela defesa e soberania. Lutaram pela sua autonomia em oposição a Leão, no combate aos Muçulmanos, na independência dos Castelhanos, e contra a invasão francesa. Sem esquecer que a partir do século XV contribuíram para as campanhas portuguesas no Ultramar e a nível internacional.

Desde que os primeiros marcos e registos humanos foram feitos, ao longo dos diferentes períodos, que se percebe que, em momentos de fragilidade e sensação de medo, o ser vivo recorre à violência, de forma a proteger-se. Após o início da civilização organizada, esta ação tornou-se uma forma de crescimento político, económico, social e cultural e manteve-se até aos dias de hoje (Cruz, 2014). No período de Feudalismo, os exércitos exigiam custos bem menores, comparativamente com a atualidade. A forma de fazer guerra era totalmente diferente, caracterizando-se por ser estática e de ataque e defesa a castelos e suas povoações, geralmente envolvidas dentro das suas muralhas (Serrano, 2014).

No século XX, o Exército português participou na Primeira Guerra Mundial, em França, e na Guerra do Ultramar (1961 a 1975), em África (Angola, Moçambique, Guiné), na Índia e em Timor. Mais recentemente, salienta-se a sua participação nas diferentes missões de apoio à paz em diferentes países (Angola, Moçambique, Bósnia, Timor-Leste, Kosovo, Macedónia, Afeganistão, Líbano, Iraque, Mali, Somália, República Centro-Africana...) (Exército, 2022; Silva & Caseiro, 2021).

Instala-se, após a II Guerra Mundial, um período de solidariedade e paz, que vem alterar o paradigma e travar grandemente o período de maiores conflitos armados a nível internacional, grandemente devido a organizações não-governamentais como a ONU e a Cruz Vermelha, cuja função é essencialmente prestar auxílio às populações afetadas, tanto a nível de cuidados de saúde como a nível de segurança e proteção.

Com as mudanças subsequentes do fim da Guerra Fria, houve uma alteração na conjuntura internacional e Portugal, também, se viu obrigado a alterar as suas abordagens estratégicas na África e no Atlântico. Iniciou uma intervenção mais global para a manutenção da paz, para o respeito pelos direitos humanos, e pelas minorias e pelo Estado de Direito, para a reconstrução dos Estados pós-conflito e pelo desenvolvimento, tudo isto de acordo com a revisão das missões de paz (Pinto, 2012). Para além disso, o final da Guerra Fria também fez

com que Portugal transformasse os “seus exércitos de defesa territorial em exércitos expedicionários” (Barroso, 2021, p. 12), de forma a conseguir atuar de forma mais eficaz, aumentando a sua importância em contexto de segurança internacional em operações de apoio à paz.

A partir dos anos 90, Portugal tomou uma atitude mais ativa nas missões de apoio à paz (Pinto, 2012). Em 1995, há uma alteração no conceito estratégico nacional. Surge a preocupação em alinhar as Forças Armadas Portuguesas com as forças aliadas, apostando na sua vertente técnica e operacional, iniciando a sua intervenção mais proeminente em cenários de crise, primeiramente a nível da ONU, depois a nível da OTAN e a partir de 2000, a nível da UE (Pinto, 2012). Portugal atua em missões de paz de forma a afirmar a sua estabilidade e nome internacionalmente, para além de manter o compromisso que tem, tanto com a OTAN, como com a UE e a ONU (Cruz, 2014). É imperativo fazer parte deste tipo de missões para não descredibilizar a intervenção das suas Forças Armadas, uma vez que sempre se demonstrou como um país neutro e nunca se destacou particularmente a nível militar, sendo assim, a sua participação em teatros de conflito é essencialmente uma intervenção pós conflito e orientada para o restabelecimento e manutenção da paz.

Portugal tem sido, nos últimos anos, reconhecido como um país com militares que têm forte espírito de missão e de cumprimento de dever, pelo seu elevado conhecimento, grau de qualidade e competência (Cruz, 2014). É necessário ter em conta de que o custo da manutenção das forças armadas é elevado, uma vez que envolve muito material de armamento e transporte, que acabam por obrigar a um esforço financeiro avultado em relação ao restante material necessário para se fazer cumprir missões (Serrano, 2014). Os países com recursos financeiros mais reduzidos acabam por ter, também, um orçamento mais baixo, o que impede de evoluir ou mesmo promove a estagnação deste setor, como também não permite o aumento salarial, o que acaba por desmotivar e impedir muitos dos militares de realizar missões, que é para um grande número de militares um dos principais objetivos para o seu ingresso na sua carreira militar, de forma a ganhar mais experiência, sentirem-se úteis e obterem uma maior compensação financeira. Contudo, os militares portugueses conseguem abstrair-se da falta de investimento e representar a Nação com orgulho e com um sentimento de missão muito fortalecido.

Eventos recentes e fortemente mediatizados vieram redirecionar os olhares do público para a atividade, ação e importância da intervenção das Forças Armadas, nomeadamente na planificação estratégica, como no caso da vacinação contra a COVID-19, no resgate de pessoas em perigo, no acolhimento de pessoas vítimas de conflitos armados, entre outros.

Tem vindo a verificar-se uma necessidade de envolver tanto militares como pessoas civis no apoio às populações, principalmente no que concerne a assistência humanitária (Serrano, 2014). O conflito Rússia-Ucrânia tem vindo a comprovar este facto, uma vez que, principalmente os países da Europa têm sido portos de abrigo para as vítimas deste conflito. Além disso, tem havido uma ajuda a nível de armamento, forças militares e transportes, de forma a aumentar a capacidade de ambos os países (Resolução do Conselho de Ministros n.º 174/2024, de 3 de dezembro).

1.2 As Forças Armadas na política interna e externa

As Forças Armadas Portuguesas desempenharam um papel muito importante na incorporação dos sistemas políticos portugueses, especialmente em momentos significativos da sua história.

A Revolução dos Cravos, que ocorreu a 25 de abril de 1974, é um exemplo marcante da intervenção das Forças Armadas no sistema político em Portugal (Cunha, 1975). Este golpe de estado militar pacífico, liderado pelo Movimento das Forças Armadas (MFA) derrubou o sistema ditatorial do Estado Novo que vigorava desde 1933. Este movimento militar foi motivado pelo descontentamento com a guerra colonial, o autoritarismo do regime e a falta de liberdades democráticas.

A queda do sistema ditatorial em Portugal permitiu a reformulação do regime político, através da Lei n.º 3/74, de 14 de maio, que visava instaurar um regime democrático onde o poder civil fosse independente da instituição militar.

Esta reformulação do regime político iniciou-se com a criação do Conselho da Revolução, que, segundo Ferreira foi “composto exclusivamente por militares e presidido pelo Presidente da República, assumindo este a tutela de todos os assuntos respeitantes às Forças Armadas” (1947, citado por Santos, 2011, p. 26).

Subsequente à Lei n.º 3/74, de 14 de maio, o Conselho dos Chefes de Estado-Maior das Forças Armadas, determinou que, de acordo ao Decreto-Lei n.º 400/74, de 29 de agosto, o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas (CEMGFA), “ficaria na dependência direta do Presidente da República, como responsável em tempo de paz e de guerra, pela direção efetiva do emprego das Forças Armadas.” (Santos, 2011, p. 26). Desta forma, assumindo as competências do Primeiro-Ministro em assuntos militares.

A 2 de abril de 1976 é aprovada pela Assembleia Constituinte, a Constituição da República Portuguesa pela qual se declara explicitamente, o Presidente da República como Presidente do Conselho da Revolução e de Comandante Supremo das Forças Armadas, conforme o art.º 123.º deste documento. Salientando-se que o Conselho da Revolução, como órgão do Conselho do Presidente, tinha funções políticas e legislativas em matéria militar, conforme o n.º 3 do art.º 149.º da Constituição, segundo Santos, 2011.

Na Constituição, no que concerne às Forças Armadas, estão previstas uma série de funções sobre a defesa nacional que se estendem ao campo político. Contudo, o texto estava mais focado em garantir a independência nacional, a unidade do Estado e a integridade do território, o normal funcionamento das instituições democráticas, assim como o cumprimento da Constituição. Dever-se-ia, ainda, garantir a transição de um regime ditatorial para a democracia e o socialismo da sociedade portuguesa. Esta transição para a democracia, consagrada na Constituição, foi sendo adaptada em revisões subsequentes para refletir mudanças históricas e estratégicas.

Na Revisão Constitucional de 1982, o Conselho da Revolução foi extinto, passando o Governo a dirigir a política da Defesa e a tutelar as Forças Armadas, passando a ser uma tarefa e uma obrigação assegurar a Defesa Nacional. Contudo, o Presidente da República, continuou a ser o Comandante Supremo das Forças Armadas e do Conselho Superior de Defesa Nacional (Santos, 2011).

Com a estabilização do regime democrático desde a segunda metade dos anos 70 e ao longo dos anos 80, o papel das Forças Armadas foi progressivamente redefinido. Afastadas da política ativa ganharam, contudo, uma importância renovada nas funções de defesa e segurança nacional. Do mesmo modo, a adesão de Portugal à OTAN, em 1949, e subsequente integração das Forças Armadas nas estruturas de defesa da aliança atlântica reforçaram a sua orientação profissional e afastaram-nas da política interna (Santos, 2021).

Com a queda do muro de Berlim, a 9 de novembro de 1989, termina a Guerra-Fria e com ela surge a expectativa da paz no mundo. Desta forma, na última década do séc. XX, surge uma profunda alteração no ambiente político-estratégico. Contudo, surgem, também, novas ameaças a nível internacional que juntamente com o fim das fronteiras políticas, especialmente nos países da União Europeia, vieram a contrariar essa esperança, especialmente no que concerne aos conceitos de segurança e defesa nacional. Esta mudança radical levou a que a defesa dos Estados já não seja uma questão dentro de fronteiras, mas sim além-fronteiras, sendo operacionalizado, por vezes, a milhares de quilómetros do próprio Estado. Tudo isto levou ao

envolvimento das Forças Armadas Portuguesas num sem número de missões que apoiem a sua política externa. Sendo estas missões levadas a cabo em qualquer lugar do planeta devido à sua participação em diferentes organizações mundiais (Oliveira, 2010). A garantia da independência nacional, a integridade do seu espaço territorial e a liberdade e segurança, quer dos cidadãos, quer dos interesses nacionais são os objetivos fundamentais da política de defesa nacional. O novo contexto político-estratégico leva a que esses objetivos estejam em perigo devido às ameaças de novos grupos terroristas. Assim, Portugal tem de corresponder às solicitações das organizações internacionais dando resposta a todas essas ameaças globais (Oliveira, 2010).

Após a Revisão Constitucional de 1982, foi aprovada a Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas (LDNFA), Lei n.º 29/82, de 11 de dezembro (Santos, 2011), sendo introduzida uma série de novas funções para as Forças Armadas. A Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas (LOBOFA) foi publicada em agosto de 1991 e tem como função contribuir para a dispersão do corpo legislativo, respeitante ao regime jurídico da defesa nacional e da organização militar (as principais alterações estão relacionadas com as competências do Ministério de Defesa Nacional (MDN), do CEMGFA, dos Chefes de Estado-Maior e do Conselho dos Chefes de Estado-Maior), que estava concentrado na LDNFA (Lei n.º 29/82, de 11 de dezembro). Em 2009 é publicada a segunda LOBOFA (Lei n.º 1-A/2009, de 7 de julho) e, igualmente, a Lei de Defesa Nacional (LDN, Lei n.º 31-A/2009, de 7 de julho) sem mudanças substanciais à de 1982 (Ribeiro, 2010).

A LDNFA (1982) e a LDN (2009), são as leis que determinaram as competências e poderes dos vários órgãos que intervêm na política de defesa nacional, e designaram, quer a estrutura da direção estratégica em Portugal, quer o processo de Planeamento Estratégico de Defesa Nacional no país (Lei n.º 29/82, de 11 de dezembro; Lei n.º 31-A/2009, de 7 de julho). A Estratégia total determina a missão específica de cada uma das estratégias gerais, ou seja, a política, a económica, a diplomática e a militar. Cada uma das estratégias gerais tem como função distribuir e conciliar as missões dos distintos ramos de atividade da área em questão, relacionando-se à estratégia total (Santos, 2011).

Ao nível da estratégia e planeamento, o Presidente da República e o Primeiro-Ministro têm uma responsabilidade partilhada pelo Conselho Superior de Defesa Nacional (CSDN) sendo este composto por gabinetes de estudo. No caso das Estratégias Gerais, os seus responsáveis são os Ministérios, o seu órgão é o Conselho Superior Militar (CSM, órgão de consulta para o MDN, que desenvolve e comanda a política nacional de armamento e

equipamentos de defesa nacional) e a equipa é composta pelo EMGFA. Relativamente às estratégias particulares, os seus responsáveis são os Chefes de Estado-Maior, que avaliam vulnerabilidades, tentando diminuí-las, e potencialidades, procurando otimizá-las de forma a melhorar os meios e recursos disponíveis. O órgão de conselho é constituído pelo Conselho de Chefes de Estado-Maior (órgão militar de carácter coordenador), e a equipa são os Estados-Maiores de cada ramo das Forças Armadas (Santos, 2011). Desta forma, existe uma articulação hierarquizada, algo complexa, a nível da estratégia agilizadora pelo Conceito Estratégico de Defesa Nacional (CEDN) que define os aspetos fundamentais da estratégia global do Estado para atingir os objetivos da Política de Defesa Nacional (Governo de Portugal, 2013; Vaz, 1993).

No que concerne o processo de planeamento, este inicia-se com a elaboração do Programa do Governo. Nele são definidas as orientações fundamentais da Política de Defesa Nacional. A sua execução será refletida pelo orçamento de Estado e pelas Leis de Programação Militar, cumprindo sempre com as diretivas da Constituição e da LDN (Santos, 2011).

A noção de CEDN, foi definida no número 2 do artigo 8.º da LDNFA de 1982, “definição dos aspetos fundamentais da estratégia global do Estado adotada para a consecução dos objetivos da política de defesa nacional”. Em conformidade com o artigo 8.º, o CEDN pode ser entendido como sendo o resultado do processo do planeamento estratégico, que construiu a Política de Defesa Nacional. Essa definição da abordagem realizada pelo Estado, obriga a identificar e a avaliar as áreas de interesse estratégico, tendo em conta os recursos existentes em todas as áreas (política, económica, tecnológica, entre outras) para combater as atuais ou futuras ameaças, na concretização dos objetivos do poder político (Santos, 2011).

O primeiro CEDN foi publicado na Resolução do Conselho de Ministros, n.º 10/85, de 20 de fevereiro, no qual é salientada a importância da vertente euro-atlântica e, de igual forma, reafirmando a participação de Portugal na OTAN, da qual Portugal é um membro fundador. Neste, é, igualmente, salvaguardada a capacidade de defesa autónoma que o país deve ter (Governo de Portugal, 2013).

Pode-se, assim, verificar que o papel das Forças Armadas Portuguesas é importante tanto na definição da nossa política nacional como na definição de colaboração e relações diplomáticas internacionais.

De facto, a presença de Portugal nas missões da OTAN, desde 1976, assim como a aproximação com os Estados Unidos de América que levou ao Acordo das Lajes, assinado em 1984 (Resolução do Conselho de Ministros, n.º 10/85), conduziu à reestruturação Forças

Armadas Portuguesas. Vaz (1998) refere que o CEDN de 1994 estabelece como ponto de partida reequipar, reestruturar e redimensionar as Forças Armadas.

No ponto relativo ao enquadramento internacional, são formulados alguns objetivos ao nível internacional, como o reforço e aumento da capacidade de atuação da ONU e do CSNU. No ponto dois, é feita a caracterização dos objetivos da defesa nacional (permanentes e atuais). Há uma clara interligação entre a Política de Defesa Nacional e os compromissos internacionais adotados (ONU, OTAN, UEO e CSCE) (Santos, 2011). Deste modo, Ferreira refere que a presença em missões da OTAN, ONU e União Europeia fortalece a posição de Portugal no cenário internacional e teve como consequência direta, a manutenção e/ou aumento de meios aéreos e marítimos, combinando os meios de ambos os ramos para otimizar os recursos existentes; e o desenvolvimento e profissionalização de corpos militares de forças especiais (2004, citado por Santos, 2011, p. 42).

Santos refere que na Revisão Constitucional de 1997, as Forças Armadas passam a ter como nova missão “satisfazer os compromissos internacionais do Estado Português no âmbito militar e participar em missões humanitárias e de paz assumidas pelas organizações internacionais de que Portugal faça parte” (art.º 275.º n.º 5 CRP, 2005, p. 44).

A alteração do CEDN, em 2003, atualizou a nossa participação nas alianças e organizações internacionais, assim como introduziu modificações na Política de Defesa Nacional. No caso da OTAN, houve uma análise das estruturas, comandos e forças, junto com o seu alargamento. Uma outra questão fulcral foi a compreensão dos objetivos permanentes de Portugal na sua participação junto das organizações e alianças internacionais. Como Santos refere, a importância da posição de Portugal como membro da OTAN levou o nosso país à modernização e adaptação das Forças Armadas e dos seus equipamentos, quer por interesse nacional, quer da OTAN, para que os seus membros sejam capazes de contribuir e ter um desempenho eficaz nas missões (Santos, 2011).

Tal desempenho, depende, ainda de um outro instrumento de planeamento e direção do governo, a Diretiva Ministerial de Defesa Militar (DMDM) que é da competência do Ministro da Defesa Nacional e cujo objetivo é regular orçamentos e programas do Estado-Maior-General das Forças Armadas (EMGFA) e dos Ramos das Forças Armadas para o próximo biênio, com um horizonte de seis anos, potencialmente extensível a 18 anos.

Em Portugal, a Lei de Programação Militar (LPM) identifica as forças programadas resultando no Ciclo Bienal de Planeamento de Forças (CBPF), que decide a distribuição de recursos limitados entre prioridades militares concorrentes (Ribeiro, 2006).

Por outro lado, o EMGFA tem como funções principais:

- Planear e implementar a estratégia militar operacional;
- Coordenar a prontidão, emprego e apoio das forças operacionais (Decreto-Lei n.º 184/2014, de 29 dezembro);
- Desempenhar missões para garantir a soberania, independência nacional e integridade territorial;
- Participar em missões internacionais para cumprir compromissos militares, incluindo missões humanitárias e de paz.

A participação de Portugal nas organizações internacionais tem como funções a promoção da paz e segurança internacional, destacando forças em zonas de conflito (Cruz, 2014). Na OTAN, o nosso papel é o de contribuir para missões operacionais, reforçando a cooperação com aliados enquanto na União Europeia é o apoiar na construção de uma política de defesa comum (Santos, 2011).

Se por um lado é de importância relevante o nosso papel nas missões internacionais na promoção da paz e segurança internacional, em especial nas zonas de conflito, ou na construção de uma política de defesa comum ou apoio aos nossos aliados, devem-se salientar os desafios e limitações que direta ou indiretamente interferem no desempenho eficaz das nossas forças, tais como o orçamento limitado ou a capacidade expedicionária. De facto, o orçamento limitado tem um impacto incontornável na aquisição de recursos materiais e desenvolvimento de recursos humanos, prejudicando a ambição nacional e o desempenho das Forças Armadas (Dias & Freire, 2021). Por outro lado, os recursos humanos insuficientes interferem diretamente na nossa capacidade expedicionária necessária para atuar em diversos teatros operacionais (Oliveira, 2010). Contudo, e apesar das limitações apontadas, a importante posição geoestratégica de Portugal é um ponto relevante nas relações transatlânticas e na cooperação internacional, (Dias & Freire, 2021) que em conjunto com a sua participação em missões internacionais contribuem para afirmar a posição diplomática de Portugal no cenário global (Pinto, 2012).

Podemos, assim, concluir que a participação de Portugal em missões internacionais de manutenção da paz e apoio humanitário da ONU, OTAN e UE é vital para sua política externa e afirmação geoestratégica tendo as Forças Armadas um papel crucial na estratégia de cooperação internacional, fortalecendo a posição de Portugal no panorama internacional (EMGFA, 2023).

1.3 A evolução da aeronáutica militar em Portugal

O poder aéreo tem, desde o surgimento da aviação militar, sido crucial na “resolução dos conflitos armados; na estabilização e manutenção da paz em áreas de crise; na segurança interna dos Estados; na liberdade de comunicação dos espaços interterritoriais; na preservação dos recursos e dos espaços sob jurisdição nacional; na garantia do bem-estar e na preservação da vida das populações; e, também, no desenvolvimento económico das nações” (Araújo, 2011, p. 16).

Em 1909 dão-se os primeiros passos na aviação militar em Portugal através das elites militares com o Aeroclube de Portugal. Em 1912 começam os verdadeiros investimentos de forma a equipar o Exército e surge o conceito de militar como um profissional que exige um curso que lhe conferisse o *brevet* de piloto-aviador, designado atualmente por PILAV na FAP. Contudo, é apenas em 1915 que se cria a Escola Militar de Aeronáutica, próxima de Vila Nova da Rainha e se publica o seu regulamento, sendo o primeiro voo realizado em julho de 1916. Os primeiros PILAV obtiveram os seus *brevets* no estrangeiro, sendo estes os primeiros instrutores da Escola que despoletam a Aviação Militar em Portugal e, também, integrando as forças aeronáuticas expedicionárias nos territórios do ultramar português. Com a criação desta escola, surge, pela primeira vez, a ideia da separação dos meios marítimos e aéreos, uma vez que se havia projetado a existência de um setor da Armada que desse instrução e pilotasse hidroaviões (Fraga, 2001).

Em 1918, começam a surgir os primeiros espaços que irão servir mais tarde a FAP e outros ramos das Forças Armadas como Unidades fixas. Inicialmente, eram apenas unidades de aerosteios¹ e de aviação, surgindo em Alverca (atual Depósito Geral de Material da Força Aérea) a Esquadrilha Mista de Depósito que passaria a ser transferida para Tancos (agora dividida entre Brigada de Reação Rápida e Unidade de Aviação Ligeira, pertencente ao Exército) e o Grupo de Esquadrilhas de Aviação “República” na Amadora (transformado no Estado-Maior da Força Aérea) (Fraga, 2001).

Devido às boas relações com França, nomeadamente à formação dos PILAV, estes vão criar em São Jacinto, Aveiro, uma pequena base aérea que tinha como objetivo a vigilância antissubmarina da costa norte portuguesa. Mais tarde, com a sua retirada aquando da I Grande

¹ Aerosteio – relativo ou pertencente a aeróstato ou a tropas de aerostação. Que ou quem dirige a aeróstatos militares ou pertence a tropa de aerostação (ex.: pilotos aerosteios; companhia de aerosteios) (Priberam Dicionário, 2023).

Guerra, os militares da Marinha Francesa voltam ao seu país e Portugal compra-lhes todo o material que aí tinham, estabelecendo, deste modo, a primeira base aérea operacional no país (Fraga, 2001). Por outro lado, em Ponta Delgada, os americanos ocuparam, com autorização portuguesa, uma base aeronaval durante a I Guerra Mundial que em 1919 foi recuperada pela Armada Portuguesa, denominando-a de Centro de Aviação Naval de Ponta Delgada. Entre 1927 e 1930, em Macau, temos, também, ativo um Centro de Aviação Naval que volta a recuperar atividade nos inícios da II Guerra Mundial (Fraga, 2001).

Em fevereiro de 1920, é criada em Sintra, nuns terrenos estatais, uma nova escola de instrução aeronáutica em substituição da já existente que se encontrava em fase final de arrendamento. Porém, só em 1924 é que são estabelecidas normas de procedimentos e programas de instrução para os cursos de pilotagem aí lecionados. As aeronaves usadas na altura eram, para instrução básica, os *Caudron G3* e os *Avro 504* e para aperfeiçoamento técnico eram os *Bréguet XIV*, os *Vickers Valparaíso II*, os *Spad 7C1* e os *Nieuport NI. 10*. A escola altera, também, o seu nome para Escola Militar de Aeronáutica e, em 1935, oferece às praças a possibilidade de frequentarem o curso de pilotagem. Em 1937 as unidades adquirem a designação de “Base Aérea”, que levou a que a Escola Militar da Aeronáutica perdesse a sua autonomia e se tornasse dependente da Base Aérea nº 1 (BA1) que surge também neste espaço (Fraga, 2001).

No ano de 1921, é realizado pela primeira vez um voo que recorre à navegação astronómica no qual é obtida uma precisão total, conseguindo-se controlar a aeronave tendo em conta o vento e evitando erros nas escalas. A tripulação deste voo tinha Sacadura Cabral e Ortins de Bettencourt como pilotos, Sacadura Cabral como navegador e *Roger Soubiran* como mecânico (Fraga, 2001; Rodrigues, 1972).

Em 1922, quando a Aviação Naval cumpre trinta e cinco anos, é realizada por Gago Coutinho e Sacadura Cabral a primeira travessia aérea do Atlântico Sul, de forma a enaltecer os serviços prestados pela mesma (Fraga, 2001; Rodrigues, 1972). Esta foi a primeira travessia aérea realizada pelo Atlântico da Europa para a América e do Oriente para o Ocidente com recursos a instrumentos e métodos inventados por portugueses (Matos, 2022).

No final da década de 20, Portugal conseguiu que a Aviação Naval evoluísse através do aumento da aquisição de uma grande quantidade de aeronaves, uma grande parte proveniente da Grã-Bretanha (Fraga, 2001). Foram, ainda, criadas mais infraestruturas, foi construída a Base Aérea do Montijo, Base Aérea Nº 6 (BA6), em substituição da Escola da Aviação Naval do Bom Sucesso (FAP, 2023). Esta Unidade foi equipada, através da Esquadra 61 dedicada ao

reconhecimento marítimo, com *Lockheed PV-2 Harpoon*, avião bimotor, utilizados na luta antissubmarina e foram transferidos para a Base Aérea Nº 9 (BA9), em Luanda, para auxiliar no início da Guerra da Ultramar e para a Base Aérea Nº 10 (BA10), em Beira, para apoio de fogos pesados. Esta aeronave foi posteriormente substituída pela *Lockheed P2 V-5 Neptune* que foi, também, utilizado na Guerra do Ultramar (Diniz & Proença, 2012).

Em 1937 existiam, já, três bases aéreas, as quais em Sintra, em Tancos e a recém-construída na Ota que se encontravam, nesta altura, em contenção subsequente das necessidades estratégicas e do estado financeiro do país nessa altura (Fraga, 2001).

Durante a II Guerra Mundial, era importante manter a soberania nacional nos arquipélagos dos Açores e Cabo Verde que detinham uma posição estratégica importante no Oceano Atlântico, sendo aí então colocadas forças militares credíveis e as melhores aeronaves militares que Portugal detinha e que ofereceriam resistência a quem se quisesse apropriar indevidamente das mesmas. Foi, mais tarde, criado na Ilha de São Miguel e na Ilha Terceira, o Comando de Aviação Militar e instalada a Base Aérea Nº 4 (BA4) (Fraga, 2001), que atualmente se encontram instalados apenas na Ilha Terceira. A divisão do Comando realizou-se com a instalação da Esquadilha Expedicionária nº 1 em Rabo de Peixe, em São Miguel e da Esquadilha Expedicionária nº 2 nas Lajes, na Ilha Terceira. Em 1941, a BA4 foi reforçada com doze aeronaves cedidas pela Inglaterra, criando-se a Esquadilha de Caça nº 3. O atual Aeródromo de Trânsito nº 1 (AT1), na altura conhecido como Aeroporto da Portela, que partilha pista com o Aeroporto Humberto Delgado, foi, ainda, reforçado com a Esquadilha de Caça nº 1, de forma a proteger a cidade.

Em 1943, o Ministério dos Negócios Estrangeiros do Estado Novo, apercebendo-se que os arquipélagos se encontravam em risco de invasão e ocupação, iniciou conversações com o Governo de Londres para estabelecer a utilização das nossas ilhas dos Açores pelas forças britânicas. No ano seguinte, foi permitido aos EUA a utilização das mesmas ilhas. Desta forma, para além de proteger as ilhas, Portugal conseguiu modernizar e renovar a sua Aviação Militar. Esta aliança estratégica que surgiu com o acordo sobre a Base das Lages foi fulcral na relação bilateral luso-americana demonstrando um maior empenhamento das forças militares portuguesas na OTAN (Monteiro, 2023, p. 501-523). Fruto de “ofertas” da Grã-Bretanha, Portugal aumentou largamente a sua frota aérea de guerra. No final da II GM, os EUA tiveram a permissão de permanecer na Ilha Terceira, onde, todavia se mantêm. Portugal recebeu ainda mais aeronaves como compensação pela cedência de terrenos e gerou-se, assim, um novo ramo das Forças Armadas em Portugal (Fraga, 2001). A Aeronáutica Militar, que surge da fusão entre

as Aeronáuticas do Exército e da Armada, é criada a 27 de maio de 1952 pela Lei nº 2.055, dirigida por um Subsecretariado de Estado da Aeronáutica que dependeria do Ministério Nacional tendo em conta o DL N.º 38.805 de 28 de junho desse ano e surge a 1 de julho, com a junção da Aviação Militar e Naval, tendo como sua primeira grande missão a Guerra do Ultramar (Fraga, 2001).

Em 1955, cria-se o primeiro Batalhão de Tropas Paraquedistas, que se fixa em Tancos e surge a primeira estação de radar em Montejunto (ER1). Já em 1956, estabelece-se o Grupo de Detecção e Controlo de Interceção na Serra de Monsanto, onde se encontra agora o Comando Aéreo. Naquela altura, esta unidade definia os locais onde se deveriam estabelecer as suas Esquadras, tendo em conta o seu propósito e fazia a interligação com a Artilharia Antiaérea do Exército e da Armada (Fraga, 2001).

A Guerra Colonial Portuguesa, também conhecida como a Guerra do Ultramar, levada a cabo pelos movimentos independentistas africanos ocorreu nas províncias do Ultramar Português (Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau e Moçambique), entre 1961 e 1974. A FAP é chamada a intervir logo no primeiro confronto, após a 4.^a Companhia perder dois dos seus homens e Portugal ser pressionado pela Companhia Geral dos Algodões de Angola para terminar com a revolta e castigar a rebelião. Assim, a FAP, com recurso a um *Lockheed PV-2 Harpoon*, bombardeia várias povoações da Baixa do Cassange. A FAP juntamente com o *PV-2* participou, em Angola, em missões de bombardeamento, reconhecimento armado e apoio às forças terrestres (Catarino, 2021).

Capítulo 2 - A INTERVENÇÃO DA FORÇA AÉREA PORTUGUESA

2.1 Contextualização do panorama armado no séc. XXI: FAP

O conceito de conflito pode ter uma visão dúplice; tanto pode ser visto como algo negativo que pode ser destruidor e corrosivo, ou como algo positivo, necessário e facilitador na construção de um mundo melhor. Ao longo dos anos, tendo em conta a evolução dos tempos desconstruindo o ideal de que os conflitos resolviam crises mundiais, foram tomadas algumas atitudes que visaram diminuí-los, levando a prósperos anos de paz que se mantêm, globalmente, até aos dias de hoje. Contudo, continuam a persistir os conflitos periféricos que são conflitos numa escala a nível regional, sobretudo nos países em desenvolvimento. Estes conflitos propiciam uma contínua desordem internacional que afeta de certa forma em menor escala, mas que fazem persistir problemas a grandes escalas, uma vez que ocorrem em locais onde se encontram grandes riquezas que dominam o globo (Cruz, 2014).

As operações de cariz multinacional são levadas a cabo de três formas, sendo através da ONU, de uma organização ou de uma coligação.

As Forças Armadas, ao longo do tempo, para os mais diversos e distantes teatros de operações destacaram os diferentes ramos que as compõem. Podem-se salientar os destacamentos da Força Aérea para o Afeganistão e a República Democrática do Congo e Timor-Leste. Estas missões realizam-se, geralmente, através de coligações internacionais, o que permite a redução dos custos logísticos de projeção e sustentação dos meios envolvidos. Contudo, em algumas ocasiões a projeção de forças é por conta e risco de cada Estado participante. No caso de Portugal, quando participa nestas missões, o planeamento, movimento e transporte, sustentação e retração das forças é da responsabilidade de cada um dos ramos intervenientes. A Força Aérea Portuguesa (FAP) tem utilizado a aeronave C-130H, a qual tem se revelado suficiente por serem destacamentos aéreos (Oliveira, 2010).

Devido aos novos conceitos de defesa e segurança, a partir dos anos noventa, houve uma reorganização e adaptação das forças dos diferentes Estados com o intuito de lhes atribuir a capacidade de mobilidade e as tornar projetáveis. Portugal começou a fazer estudos sobre a aquisição de meios aéreos e navais que proporcionassem a capacidade expedicionária das nossas Forças Armadas. No ano 2000, Portugal detetou a necessidade de aquisição de duas aeronaves de transporte de longo curso (Portugal - Timor-Leste) e a FAP fez uma proposta ao governo de adquirir aeronaves que fossem capazes de transportar passageiros e carga, providenciar evacuação sanitária, como transporte especial e, igualmente, de tropas. O modelo

proposto, o A310-300 cumpria os requisitos necessários, contudo, isto não passou do papel (Oliveira, 2010).

O século XX tem um peso importante na forma como atualmente o mundo funciona, não só por estar tão próximo ainda, mas, também, porque foi neste século que foram definidos os parâmetros de tudo aquilo que conhecemos hoje no que concerne às políticas europeias e nacionais e ao empenhamento das Forças Armadas. Nos anos 60, iniciam as missões de patrulhamento marítimo na Guiné com o *Lockheed P2V-5*, que se mostraram não serem missões suficientemente eficientes a nível logístico e operacional devido à sua manutenção, uma vez que, como era realizada no Montijo, na BA6, fazia com que se passasse mais tempo entre viagens do que propriamente a realizar a missão, e a obter a permissão para a aeronave ficar estacionada na Guiné, uma vez que a missão era realizado em concordância com a OTAN e a missão era realizada fora do âmbito geográfico que a organização havia estabelecido, sendo necessário adotar outras medidas (Diniz & Proença, 2012).

Segundo Silva (2006) Portugal encontrava-se ativo militarmente no Afeganistão com o ISAF, no Kosovo com o KFOR por parte da OTAN e na Bósnia-Herzegovina com o EUFOR por parte da UE.

O seu envolvimento na segurança internacional traduzida em números, revela que já empenhamos aproximadamente 30.000 militares em mais de trinta teatros de operações distintos, devido ao equilíbrio entre a aplicação da diplomacia e das forças militares (Barroso, 2021).

As principais missões da FAP centram-se na defesa do espaço aéreo nacional, na participação em operações internacionais, nas missões de busca e salvamento (SAR) e no apoio em situações de catástrofe. Relativamente à defesa do espaço aéreo, Portugal tem como missão garantir a soberania do espaço aéreo português, trabalhando desta forma a vigilância, interceção e identificação de aeronaves desconhecidas que possam entrar neste espaço. Internacionalmente, Portugal participa em várias missões no âmbito da OTAN, UE e ONU (Nogueira, 2014). Geralmente, estas missões têm um cariz de manutenção da paz, missões humanitárias e apoio logístico. Relativamente à SAR, são realizadas missões deste âmbito em todo o território nacional. Por fim, as catástrofes naturais são mais frequentes nos Arquipélagos dos Açores e da Madeira, contudo, como se tem verificado nos últimos invernos, o país tem albergado algumas inundações. Desta forma, a FAP oferece apoio logístico e operacional, auxiliando nas operações de resgate e assistência às populações afetadas (FAP, 2024a).

Todo este tipo de missões é desenvolvido através das suas diversas aeronaves da FAP:

- Através do helicóptero *AW119 Koala* e do drone *UAVision Ogassa OGS 42N/VN*, a FAP garante o apoio ao combate de incêndios (FAP, 2024b). Para apoiar este tipo de missão, em finais de agosto, de 2022, foram adquiridos seis helicópteros bombardeiros *Sikorsky UH-60 Black Hawk*, dos quais dois foram modernizados e estão já em Portugal, encontram-se em qualificação para poder operar, previsivelmente a partir de 2026 (FAP, 2022). De forma a complementar esta missão, a FAP anunciou em julho de 2024, a compra de dois aviões bombardeiros *DHC-515 Firefighter*, através do apoio de fundos comunitários do programa *RescUE* e de verba nacional, que se prevê serem entregues ao país em 2029 e 2030 (FAP, 2024c);
- Com o F-16M, a FAP trabalha, desde 2003, na luta aérea ofensiva e defensiva e as operações contra alvos de superfície (FAP, 2024d);
- O P-3C *CUP+*, que opera desde 2011, tem como missões a busca e salvamento, a guerra antissubmarina e anti superfície e a vigilância e reconhecimento (FAP, 2024e), sendo a esquadra que realiza mais operações internacionais, trazendo, consequentemente uma maior receita para o país;
- O C-295M realiza missões de SAR, de transporte de tropas e carga, evacuações médicas, vigilância e lançamento de cargas desde 2009 (FAP, 2024f);
- Ao serviço do país desde 1977, o *Lockheed C-130H* realiza missões de transporte aéreo tático e geral, SAR e apoio logístico não só à FAP como à OTAN (FAP, 2024g);
- O KC-390 é uma aeronave recente na FAP, em operação desde 2023, que tem como objetivo primário o reabastecimento em voo e o combate a incêndios florestais. Pretende-se, ainda, que esta realize missões de busca e salvamento, de ajuda humanitária e evacuações médicas. Tem, ainda, a capacidade transportar até 74 macas ou 80 passageiros (FAP, 2024h);
- Já o *Falcon 50*, que realizou o seu primeiro em 1976, é uma aeronave versátil que pode efetuar sobrevoos em teatros de operação hostis por cerca de 5.500km sem necessidade de reabastecimento. A sua estrutura possuía equipamentos e instrumentos modernos aquando da sua aquisição, o que permitia realizar aproximações em zonas de baixa visibilidade. Atualmente, realiza principalmente missões de transporte de doentes e de órgãos (FAP, 2024i; FAP, 2024j).

2.2 A influência da FAP em teatros de operações de conflito

Portugal sempre afirmou a sua vontade em assumir um papel numa ordem internacional multilateral relativamente à política e segurança. Assim, as forças armadas portuguesas têm estado empenhadas em situações de apoio à política externa, na gestão de crises e missões humanitárias e de promoção de paz (Silva, 2006; EMGFA, 2023).

Em 1956, quando a FAP já se encontrava estabelecida com o seu Estado-Maior, fez-se uma divisão territorial em três Regiões Aéreas que tinham comando próprio. A primeira incorporava Portugal Continental, os arquipélagos dos Açores e da Madeira e Cabo Verde; a segunda era composta por Angola, Guiné e S. Tomé e Príncipe; a terceira agregava Moçambique, Índia Portuguesa, Macau e Timor (Fraga, 2001).

Portugal realiza algumas missões diárias, mensais e anuais que conferem ao país um destaque internacional. Um exemplo desse tipo de missões é o *Multidimensional Integrated Stabilization Mission in the Central African Republic* (MINUSCA) da ONU, no âmbito das missões da União Europeia. Esta missão veio reforçar a necessidade de participação de Portugal em missões da ONU e auxiliar a França que teve de se retirar da missão devido a questões internas. Com esta missão, destacou-se a capacidade das Forças Armadas Portuguesas em atuar em cenários complexos e perigosos, assumindo funções de comando, reforçando a imagem de Portugal como uma nação que respeita a ética e os valores internacionais, contribuindo para as missões da ONU e da UE de forma coesa, e proporcionando retorno financeiro ao orçamento nacional (Dias & Freire, 2021).

A MINUSMA, a MINUSCA e a MONUSCA foram autorizadas em 2011 pelo Conselho de Segurança e desde aí realizam-se em territórios de conflito aberto que compreendem o envolvimento de terceiros (Barroso, 2021).

Remontando ao nosso passado, salienta-se a importância da FAP na Guerra do Ultramar, na qual teve um papel de destaque e foi fonte de apoio para o General Spínola em termos de forças helitransportadas, ajudando a ultrapassar as dificuldades territoriais encontradas durante a época das chuvas. Nessa altura, os Paraquedistas, força ainda pertencente à FAP, assumiram grande relevo nas missões, nomeadamente no bem-sucedido heliassalto levado a cabo pelo Major-General Heitor Almendra com recurso aos *Alouette III*, a primeira missão do género naquela guerra. Na operação Torrado, os paraquedistas em conjunto com os comandos estreiam os helicópteros *AS-330 Puma* (Catarino, 2021).

Após a Guerra do Ultramar, devido à descolonização, houve dificuldades em reorganizar a FAP com o retorno dos militares, aeronaves e material aeronáutico, sendo, desta forma, necessário, que Portugal se modernizasse tendo em conta os parâmetros estruturais da OTAN. Assim, em 1982, surge o posto de Chefe de Estado-Maior da Força Aérea (CEMFA) que irá depender, operacionalmente, do Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas (CEMGFA) e, logística e administrativamente, do Ministro da Defesa. O Estado-Maior vai, então, assumir a responsabilidade de estabelecer as normativas e o Vice-Chefe de Estado-Maior da Força Aérea (VCEMFA) será o responsável das atividades levadas a cabo pelo Estado-Maior. O CEMFA passa a ter na sua dependência, três Comandos, os quais, o Comando de Pessoal da Força Aérea (CPESFA), o Comando Logístico da Força Aérea (CLAFA) e o Comando Operacional da Força Aérea (COFA, atual Comando Aéreo) (Fraga, 2001).

Na dependência do CPESFA estão a gestão do pessoal, com o recrutamento e formação dos militares e o Centro de Medicina Aeronáutica. No CFMTFA é ministrada a formação das categorias de praças e sargentos em regime de contrato e quadros permanentes e de oficiais em regime de contrato. Na Academia da Força Aérea (AFA), em Sintra, é ministrada a formação de oficiais dos quadros permanentes. Assim, a formação do pessoal da FAP passou a ser inteiramente da sua responsabilidade, sem mais envolvimento de outros ramos.

O CLAFA é responsável pelo planeamento, a coordenação e a aquisição de recursos materiais necessários às unidades da FAP e a gestão dos recursos financeiros atribuídos pelo Estado à FAP; o Depósito Geral de Material da FAP (DGM) e ao Direção de Infraestruturas (DI).

Na dependência do COFA está toda a parte operacional, os Aeródromos de Manobra, o Aeródromo de Transito, as Bases Aéreas, o Campo de Tiro, as Estações de Radar, o Centro de Treino e Sobrevivência (CTSFA) e o Comando da Zona Aérea dos Açores (CZAA).

O poder aéreo português tem sido crucial para o país através da sua participação na segurança cooperativa, na vigilância e controlo do espaço aéreo, na fiscalização e patrulhamento do espaço interterritorial, na projeção e sustentação das forças destacadas e na segurança dos seus cidadãos (Moutinho, 2012). Das missões primordiais da FAP mencionadas no tópico III relativo ao panorama armado no século atual, as missões mais recorrentes da organização são, portanto, a vigilância do espaço aéreo, o patrulhamento marítimo, o transporte de órgãos, busca e salvamento, resgate em navios e o transporte urgentes de doentes. Estas missões são todas asseguradas através das diferentes aeronaves que a FAP possui, como os caças, os aviões e os helicópteros (FAP, 2023).

Na Guerra do Golfo Pérsico, entre 1990 e 1991, a FAP ofereceu apoio logístico na BA4, em detrimento da participação dos Estados Unidos na mesma, que foi cedida para uso das aeronaves americanas e dos Aliados e prestado apoio médico nos Hospitais Militares de Lisboa e Porto (RTP, 1991). Desde a II Guerra Mundial, esta unidade alberga militares americanos, fruto do Acordo de Cooperação e Defesa entre Portugal e os Estados Unidos. Desde essa altura, as Forças Armadas Americanas têm permissão para utilizar as instalações da BA4, encontrando-se destacados militares e tendo os seus próprios edifícios dentro desta Unidade.

Surge, atualmente, um novo panorama de teatros de operações de conflito, em que já não se combate apenas corpo a corpo e armado, mas intervém-se, maioritariamente, no espetro da atividade civil. Tudo isto englobado numa estratégia global para operar e atuar nos conflitos. Desta forma, Portugal vai ter um papel importante nestes campos, uma vez que o Conceito Estratégico de Defesa Nacional abrange a sua participação em missões de paz e humanitárias no âmbito da ONU, da OTAN e da União Europeia (Moutinho, 2012).

O TACP assume um papel de relevo nos teatros de operações, sendo este grupo aquele que aconselha o comandante da força terrestre, participando no planeamento e realizando a coordenação e controlo das missões. Na ISAF, a força especial da FAP adquiriu já um relevo na OTAN, atuando como a entidade que permite a entrada por via aérea dos países no Afeganistão. Este estatuto vem afirmar a posição estratégica e operacional portuguesa, internacionalmente (Moutinho, 2012). Em 2022, Portugal assume, em simultâneo, a liderança de três missões da União Europeia, a Operação ATALANTA, a *EUTM* Moçambique e a *EUTM* RCA. Estas últimas incutidas no Mecanismo Europeu de Apoio à Paz (DGPDN, 2023), o que vem demonstrar a relevância que as Forças Armadas Portuguesas têm nas missões internacionais, adjacente à sua capacitação e formação em contexto de teatros de operação e nas relações multilaterais.

2.2.1 Em missões OTAN

O Tratado do Atlântico Norte, mais conhecido por NATO ou OTAN, resultou de uma reunião realizada a 04 de abril de 1949, em *Washington*, na qual 11 Nações assinaram um documento que levou à aliança destes países, com o objetivo de defesa mútua coletiva em situações de ataque por outros Estados ou nações (Silva, 2006). Para cumprir tal objetivo, a OTAN responde a crises através da sua componente aérea da Força Conjunta, e tem como função o comando e controlo de meios aéreos (processos militares mais integrados, adaptáveis,

flexíveis, responsivos e de ritmo acelerado) que existem. É dada grande importância à coordenação e sincronização precisa do Plano Aéreo (características do Poder Aéreo). Da mesma forma, a enorme procura de meios aéreos, por parte de todas as componentes militares, exige que o comando e controlo aéreo aloque tarefas e missões de uma forma altamente reativa e flexível (NATO, s/d).

A OTAN desenvolve uma série de medidas para proteger o seu espaço aéreo. Isto só pode ser realizado se se assegurar o policiamento aéreo, garantindo a sua integridade, segurança e proteção, 24 horas por dia, 7 dias por semana, 365 dias por ano. Para tal, a entidade desenvolve um processo que se divide em oito fases: a deteção, a decisão, o lançamento, a interceção, a identificação, o escoltar, o retornar e o relatório (NATO, s/d).

Esta organização está sempre sob alerta e para que possa funcionar adequadamente são realizados treinos e exercícios constantes, contínuos, repetidos e baseados em cenários realistas para garantir a excelência da sua atuação. Mais ainda, é imprescindível o máximo profissionalismo de todo o pessoal que colabora e está empenhado em fornecer o Poder Aéreo para a Aliança, protegendo e mantendo a nossa liberdade e segurança. À medida que a OTAN se adapta constantemente aos novos desafios e a um ambiente de segurança em evolução, as táticas, técnicas e procedimentos requerem um desenvolvimento contínuo e uma formação prática (Santos, 2021). Os exercícios oferecem a oportunidade de identificar melhores práticas e áreas para a melhoria (Ferreira, 2019).

A criação de uma Componente Aérea da Força Conjunta (centro de comando e controlo que planeia e executa o fornecimento do Poder Aéreo da OTAN em todo o tipo de operações conjuntas) através das estruturas de Comando e Controlo Aéreo da OTAN permitem as operações de resposta a crises. A constituição da Componente Aérea da Força Conjunta da Estrutura de Comando da OTAN é da responsabilidade do Comando Aéreo Aliado e o seu tamanho será adaptado de acordo com a operação em que a OTAN esteja envolvida (NATO, s/d).

Um dos exemplos que Portugal tem na ordem de manutenção dos compromissos, por ser Estado-membro desta organização, é a *Kosovo Force* (KFOR) em que participou, entre 1999 e 2001, para estabelecer a paz na cidade. Na sua participação, a FAP empenhou três F-16 em operações aéreas limitadas e faseadas (Portaria 946/98, MDN). A nível da Força Aérea, Portugal inseriu neste cenário o *Tactical Air Control Party* (TACP), com 12 militares, duas viaturas e equipamento necessário para o cumprimento da missão, mais tarde integrado na restante equipa militar portuguesa já aí instalada e designada por Agrupamento Bravo. Assim,

o TACP teve como missão principal apoiar a Brigada Multinacional Oeste em operações relacionadas com o controlo aéreo relativo tanto ao treino de aeronaves da Aliança como a situações de ataque (Cruz, 2014).

A Força Aérea assume, de certa forma, um papel pertinente na guerra do Afeganistão, em apoio à OTAN, uma vez que, através de tratados diplomáticos entre diversos países, que visaram a cessação de espaço aéreo e de bases aéreas de forma a poder apoiar logisticamente o teatro de operações nesse conflito (Santos, 2021; Serrano, 2014).

Portugal assume, atualmente, uma posição forte e ativa militarmente na defesa coletiva da Aliança Atlântica, na OTAN Response Force (NRF) Por outro lado, os investimentos bem-sucedidos do país em Angola e Moçambique fizeram com que Portugal integrasse em 1996 a *Implementation Force* (IFOR) da OTAN, inserindo o país num teatro de operações hostil pela primeira vez, na Bósnia-Herzegovina (Silva, 2006).

Entre 2000 e 2002, Portugal participou na operação *United Nations Transitional Administration in East Timor* (UNTAET), com o *Lockheed C-130H*, de fevereiro a junho de 2000, e com o *SE 3160 Alouette III*, que iniciou conjuntamente com o C-130 e no qual participou até julho 2002. O C-130 esteve destacado em *Darwin*, na Austrália e fazia voos entre esta cidade e Díli, em Timor-Leste, com objetivo de prestar apoio aos militares destacados na operação. Era responsável por fazer o transporte de pessoal e de equipamentos que eram usados nas missões pelos militares, o transporte de carga de agências humanitárias, transporte de pessoal civil português que esteve a trabalhar na operação e de realizar missões inopinadas levadas a cabo pela ONU. Já o *Alouette III* esteve destacado em Díli e era responsável pelo transporte VIP, transporte aéreo tático (TAT), de efetuar evacuações médicas e aéreas em área de combate, transporte aéreo geral (TAG), *search and rescue* e observação e monitorização de fogos. A aeronave e respetiva Esquadra 552 realizou, neste âmbito, a operação Cobra que foi criada para combater o terrorismo, estabelecendo uma parte da Esquadra em Same (Timor-Leste) e teve como missão o transporte sanitário do teatro de operações para o hospital de campanha, o TAT, o reconhecimento visual e transporte de militares em missões SAR. Apesar de missão OTAN, a participação das forças armadas portuguesa em Timor-Leste está refletida nos interesses estratégicos de Portugal, no que respeita às CPLP (Moutinho, 2012). De referir que o *Alouette* já não está ao serviço da FAP, uma vez que foi substituído pelo *AW 119 Koala* em 2020 (Moutinho, 2012).

Em 2016, a OTAN iniciou a operação *Sea Guardian* dedicada à segurança marítima do Mediterrâneo que está a ser comandada pelo Comando Aliado marítimo em *Northwood* no

Reino Unido. Neste momento, os esforços concentram-se em capacitar este tipo de segurança, estando em constante contacto com agências civis, alertar para essa necessidade e combater e evitar o terrorismo marítimo, impedindo o acesso dos terroristas a determinadas áreas e combater ameaças recorrendo ao uso da força, em parceria com os seus países-membros e outras organizações internacionais. Esta operação surge no âmbito do transporte de petróleo e gás natural para a Europa Ocidental, através do Mar Mediterrâneo e, também, de forma a evitar ataques terroristas e manter a segurança nas rotas marítimas mais frequentes de transporte de mercadorias. Esta operação permite, assim, que outros países que não pertençam à organização, possam participar como parceiros operacionais. Anualmente, esta operação divide-se em cinco a seis missões que ocorrem em áreas de interesse predefinidas, recorrendo tanto a meios aéreos, como aquáticos e subaquáticos (NATO, 2023a).

Relativamente à defesa do espaço aéreo, em novembro de 2007, Portugal participou pela primeira vez na operação *Baltics Air Policing* com a Esquadra 301 e os F-16. A participação portuguesa veio reforçar a defesa do seu espaço geográfico e a valorização da sua posição estratégica. Esta operação é constante e visa assegurar e vigiar o espaço aéreo da Lituânia, da Letónia e da Estónia, todas estas banhadas pelo Báltico e localizadas na zona da antiga União Soviética, uma zona que desde o fim da Guerra Fria tem gerado desconforto nos restantes países, apesar do desmantelamento desta federação (Moutinho, 2012). A atual preocupação mundial com a Rússia é já um assunto antigo para a OTAN que tem apostado em garantir a sua eficiência em operações de alta intensidade, em que as forças militares portuguesas realizam exercícios na região do Báltico, como a defesa do espaço aéreo na Polónia (Barroso, 2021), em que a FAP esteve até finais de janeiro de 2022, semanas antes do início do conflito na Ucrânia.

Em 2011, a FAP participa na operação *Ocean Shield* com a Esquadra 601 e o *Lockheed P-3Cup+* introduzindo, pela primeira vez, uma aeronave que permitia fazer patrulhamento e reconhecimento marítimo. A participação portuguesa destaca-se devido às capacidades do avião que permitiram que ter acesso a informação que com outros meios não haviam conseguido, permitindo moldar o seu modo de atuação para um que se adaptasse à realidade. Esta operação tinha como principal objetivo combater a pirataria marítima no corno de África, em que a Somália é o centro do ataque dos piratas afetando a segurança das rotas comerciais marítimas importantes (Moutinho, 2012).

2.2.2 Em missões na União Europeia

Em detrimento da dissolução da República Socialista Federativa da Jugoslávia (RSFI), existiram diversos conflitos políticos que geraram o surgimento de seis repúblicas (Bósnia e Herzegovina, Croácia, Eslovénia, Macedónia, Montenegro e Sérvia). Neste âmbito, ao abrigo da União Europeia e da OTAN, a FAP participou em missões de paz na ex-Jugoslávia de 1991 a 1977 que estiveram divididas primeiramente, de 1991 a 1995, em missões de paz tradicionais e numa segunda fase, de 1996 a 1997, com a imposição da paz (Janus, 2005).

Em junho de 1992 são estabelecidas, através da Declaração de *Petersberg*, as missões com o mesmo nome. Os países-membros da União da Europa Ocidental (UEO) puderam, então, colocar as suas tropas, independentemente do ramo, à disposição desta entidade, da UE e da OTAN. Estas missões revestem-se de um carácter humanitário, de evacuações de civis, de prevenção de conflitos e de manutenção da paz, de empenhamento de forças de combate para gestão de crises, de desarmamento, de aconselhamento e assistência militar e de estabilização no termo dos conflitos (EUR-Lex, s/d).

Em finais de 1998, com a cimeira Franco-Britânica em *Saint Malot* na Bretanha, a Política Europeia de Segurança e Defesa (PESD) evoluiu relativamente ao enquadramento da EU na segurança internacional com a criação do Comité Político e de Segurança (PSC), do Comité Militar da UE (EUMC), do Estado-Maior Militar da UE (EUMS), da Agência Europeia da Defesa (EDA), da criação da Força de Reação Rápida Europeia (FRR) e da *Battle Group*; e do estabelecimento de uma Estratégia Europeia de Segurança (EES) (Silva, 2006, p. 16). Estes organismos e políticas serviram para estabelecer missões ambas militares e civis tendo, em conta as ameaças relativas à segurança, para auferir operacionalidade e aumentar a força da UE. A PESD tem ganhado uma importância significativa no que respeita à gestão de crises e operações humanitárias. Portugal pretende, assim, assumir um papel de relevo na sua construção e participar nas missões militares sob o comando da UE (Silva, 2006).

Em relação à realização de operações de paz, a nível da UE, Portugal assume o sétimo lugar, demonstrando “a ambição e o esforço feito pelos governos portugueses nos últimos 20 anos” através “da multiplicidade das forças utilizadas, bem como a diversidades dos locais de sua projecção” (Pinto, 2012, p. 66).

Como outras missões importantes, salienta-se a participação de Portugal na operação *EUNAVFOR MED IRINI* (*European Union Naval Force – Mediterranean*), na Líbia, da qual formam parte 23 países-membros. Iniciou a sua participação a 31 de março de 2020, após a

Conferência de Berlim ocorrida em janeiro do mesmo ano, e está prevista terminar a 31 de março de 2025. Esta operação foca-se em terminar a Guerra Civil Libanesa, com a apreensão de armas recorrendo a meios aéreos, marítimos e por satélite e treinar a Marinha e a Guarda Costeira, para que estas consigam combater o crime organizado. Como objetivos secundários, esta operação reúne e monitoriza informações sobre exportações de petróleo e produtos associados ilegais e trabalha para terminar com o tráfico humano e redes de tráfico (Fabaris SpA, 2020).

Para além destas missões, a FAP faz destacamentos aéreos em prol da *FRONTEX* para realizar vigilância marítima com o objetivo de controlar as fronteiras marítimas, tendo em conta as migrações que geram grandes fluxos migratórios e fragilizam estas fronteiras. Desta forma, a FAP controla a imigração ilegal, controla o tráfego marítimo, deteta e impede o transporte de droga e contrabando, controla a poluição marítima e faz SAR (Moutinho, 2012).

Devido à sua posição euro-atlântica, na qual o país investe consistentemente, junto dos PALOP, de forma a consolidar a sua credibilidade externa, Portugal assume-se como um Estado-membro importante da UE que pretende consolidar o seu papel no que respeita a segurança humana (Barroso, 2021).

2.2.3 Em missões em alguns países da CPLP

Em 1960, Portugal dá os primeiros passos na instalação de elementos da FAP em Angola, focando-se em proteger o Norte e o Leste e desvalorizando o Sul com Luanda como o ponto principal de atuação, com complementaridade no Luso e em Moçâmedes, em que este último caiu por terra em 1961. Deste modo, foram a BA9 em Luanda, o Aeródromo-Base Nº 3 no Negage e o Nº 4 em Henrique de Carvalho que receberam estes primeiros investimentos com a construção de infraestruturas e receção de militares, máquinas e financiamento, cruciais para a atuação dos meios aéreos em Angola (Fraga, 2001).

Em 1963, já com conhecimentos mais sólidos gerados pela inserção em Angola, a FAP instala-se no aeroporto de Bissalanca, na Guiné, criando a Base Aérea Nº 12 (BA12).

Portugal tem vindo a demonstrar uma constante preocupação em criar fortes relações com as suas ex-colónias, de forma a desenvolver as áreas de interesse estratégico nacional, apostando nas relações externas de defesa, tanto multilateral como bilateralmente. Assim, tem vindo a empenhar-se nas relações de amizade e cooperação em termos de defesa e apoio ao seu desenvolvimento, envolvendo-se em Acordos de Cooperação Técnico-Militar (Silva, 2006).

O fim da Guerra Fria fez com que os sentimentos de revolta para com os portugueses que se retiraram das PALOP, após o 25 de abril, e que se fizeram acompanhar de guerras civis longas amenizassem. Portugal procurou, a partir daí, intervir, introduzindo as suas Forças Armadas nesses países, com o intuito de introduzir a paz, através da ONU, de forma a acalmar as guerras internas nestas regiões e iniciar relações bilaterais entre ambos. Este processo iniciou-se oficialmente com o Exército lusitano após a I Guerra Mundial com a criação da *ONUMOZ* com a operação da ONU, em Moçambique. (Silva, 2006).

É apenas em 1992 que é assinado um acordo de paz, no qual é estabelecida a Missão Militar Portuguesa e que se determina a participação militar portuguesa para a defesa em Moçambique, com a criação de condições de segurança no país e criando uma aproximação entre ambos os países. Já em Angola, Portugal introduz como política externa, a intervenção e influência política, diplomática e militar, estabelecidas na Comissão Conjunta Político-Militar em 1991/1992, com a formação de Forças Armadas Angolanas pelos portugueses. Assim, Portugal gerou um novo sentimento de confiança e amizade com estes dois países, a nível militar (Silva, 2006).

Em 1994, surge, pela primeira vez, a ideia de que as Forças Armadas Portuguesas podiam realizar missões internacionais, aliada à independência nacional e a integridade territorial. Começa-se a apostar na modernização dos equipamentos, tanto a nível de armamento como de transporte e de apoio. Também se iniciam mudanças na estruturação e emprego das forças. Além disso, é, nesta altura, que o serviço militar deixa de ser obrigatório, com o intuito de sir ao encontro com os ideais políticos da altura e se apostar na formação e técnica militar, que assumem um custo demasiado elevado (Silva, 2006).

Subsequente das operações de assistência humanitária, a FAP tem participado no Ruanda, no Congo e em Angola e empenhado meios aéreos na zona de conflito permanente em Timor-Leste. Além disso, teve um destacamento permanente em São Tomé e Príncipe (Fraga, 2001) com a Esquadra 502 e o *Aviocar*, agora substituída pelos Fuzileiros.

De forma a criar uma cooperação entre Portugal e os PALOP, foi criado o Departamento de Cooperação Técnico-Militar pelo ministério da Defesa Nacional e Comissões Mistas Permanentes de Cooperação nos Estados Luso-Guineense, Luso-Cabo-verdiana, Luso-Santomense, Luso-Moçambicana e Luso-Angolana que permitiu uma atualização, coordenada e programada, constante de ações para a “definição do ordenamento jurídico e da organização superior da Defesa Nacional e das Forças Armadas” (Silva, 2006, p. 30). Assim, são desenvolvidos projetos constantemente que visam a formação militar a nível de estudos

superiores, de Oficiais e Sargentos, de Pilotos, de técnicos da Armada; a constituição e desenvolvimento de Guardas Costeiras; o treino de Forças Especiais; o apoio às entidades superiores das Forças Armadas; e o apoio sanitário específico ao Laboratório Militar da Análises em Maputo e ao projeto AFICRA em Angola (EuroDefense Portugal, 2020).

Capítulo 3 - OS DESAFIOS ATUAIS DA FORÇA AÉREA PORTUGUESA

A FAP enfrenta várias limitações significativas no que respeita os seus recursos, sendo estes materiais e humanos. Um dos principais desafios é a falta de efetivo, com uma necessidade urgente de mais de 1.400 militares, o que resulta numa sobrecarga nos militares em efetividade de serviço e compromete a execução eficiente das missões levadas a cabo diariamente. Além disso, a competitividade do mercado de trabalho torna difícil reter e atrair pessoal qualificado, apesar de existir interesse nos jovens em início de carreira (Veiga, 2023). Para ajudar a colmatar esta necessidade, a FAP aprovou o regime de Quadros Permanentes para as Praças, levando a cabo, no penúltimo trimestre do ano, o primeiro Estágio Técnico-Militar de Praças em que cerca de cinquenta militares ingressaram agora neste regime (Defesa Nacional, 2023).

Outro problema relevante com que o ramo se depara é a obsolescência de alguns equipamentos e infraestruturas. A FAP tem investido na modernização das suas instalações e no aprimoramento das condições de trabalho e alojamento para os militares como uma medida para aumentar a motivação e retenção de pessoal (Veiga, 2023).

Por fim, as questões financeiras também limitam a FAP. A aprovação de novas leis de Programação Militar e de Infraestruturas Militares, que preveem investimentos de cinco mil milhões de euros até 2034, é vista como uma solução para mitigar algumas dessas deficiências (Veiga, 2023).

Apesar destas dificuldades, a FAP ainda consegue demonstrar a sua qualidade quanto às suas capacidades, principalmente na formação, tendo protocolos estabelecidos com a GNR e a Marinha relativamente à formação na utilização de drones (Oliveira, 2016), com o Exército quanto à formação em assistência e socorro, com outras instituições civis como a PSP, Bombeiros (Escola Nacional de Bombeiros, s/d) e outras entidades na formação de Transporte de Mercadorias Perigosas (IMT, 2024), entre outros.

3.1 A participação da FAP em contexto internacional

Quando falamos de números, estes parecem-nos sempre muito ambíguos, contudo em alguns estudos, é possível quantificarmos a nossa participação em missões no estrangeiro.

Ao analisarmos os dados estatísticos publicados pela Direção-Geral do Emprego Público, conseguimos perceber que num espaço de 12 anos, entre 2011 e 2023, houve uma redução de 11.000 efetivos (31,74%) nas Forças Armadas. Contudo, conseguimos perceber através de documentos públicos, que o EMGFA e o Estado Português vão publicando que a

escassez dos nossos recursos muitas vezes passa despercebida em contexto internacional (DGPDN, 2024).

Ao verificarmos o *Deployed National Forces 2022 – Contribution to international peace, security and stability* conseguimos entender que a Força Aérea realizou missões em cerca de seis países, sendo duas no âmbito da OTAN, uma no âmbito das Nações Unidas e três missões derivadas de acordos bilaterais e multilaterais, em antigas ex-colónias do país (EMGFA, 2022). Nas missões da OTAN, foram empenhadas seis aeronaves sendo que quatro foram F-16M acompanhadas por 95 militares que estiveram na Islândia em prol do *Enhanced Air Policing*; e os outros dois foram P-3C Cup+ que participaram na *Operation Sea Guardian* no Mediterrâneo (NATO, 2023b). Na *Sea Guardian*, um dos P-3C contou com 46 militares e o outro com treze para realização da missão. As missões da União Europeia envolveram apenas um P-3C e 46 militares na *EUNAVFOR MED (European Union Naval Force – Mediterranean) Operation Irini*. Relativamente aos acordos bilaterais e multilaterais, a FAP participou, mais uma vez, com o P3C, na *African Maritime Law Enforcement Partnership* no Golfo da Guiné com o empenhamento de 46 militares; na *Portuguese Training Mission* na Guiné-Bissau e a *Joint Intelligence Module* no Golfo da Guiné com o empenho de apenas militares, juntamente com os outros ramos.

Relativamente a 2023, a 14 de janeiro de 2024, o EMGFA informou que empenhou 4.433 militares dos três ramos e oito aeronaves em 24 missões internacionais no âmbito da OTAN, União Europeia, em missões da ONU de apoio à paz e de acordos bilaterais e multilaterais em quatro continentes (EMGFA, 2024). Portugal assume compromissos muito importantes no que concerne à defesa e segurança dos seus aliados e parceiros (DGPDN, 2024), provenientes de acordos e alianças antigos. Além disso, a intervenção militar portuguesa vem servir como uma afirmação da capacidade do país, em âmbito de política externa (EMGFA, 2023). Para além disso, o país sente a necessidade de se afirmar no espaço ibérico e de aumentar e melhorar as suas relações externas com outras Nações. A intervenção militar portuguesa no âmbito das missões provindas de acordos bilaterais resulta principalmente na Cooperação no Domínio da Defesa na CPLP e “na criação de condições de segurança em zonas geográficas de interesse para Portugal” (Cruz, 2024, p. 2), estabelecidos no CEDN. O Corno de África é alvo de grande preocupação devido à pirataria (Cruz, 2024), e por isso, a FAP tem estado presente nas missões desenvolvidas nesta região desde o início do século XXI, tanto na preservação da segurança como na proteção das rotas comerciais.

3.2 A participação da mulher em missões internacionais

Segundo o relatório anual elaborado pelo Gabinete de Estado-Maior-Geral das Forças Armadas sobre a participação de militares portugueses em missões internacionais, em 2022, a FAP teve oito aeronaves empenhadas e 76 militares, dos quais 10 eram mulheres. No *Iceland Air Policing*, na Islândia, a FAP participou com quatro aeronaves F-16; a Operação *Sea Guardian*, no Mediterrâneo, contou com uma aeronave P-3 CUP+ que realizou seis missões; nas Operação *Noble Shield*, no Mediterrâneo e no Mar Negro, foi empenhada outra aeronave P-3 CUP+, com uma tripulação de 46 militares, que realizou 80 horas de voo; na Operação *IRINI*, no Mediterrâneo, foi empenhada uma aeronave P-3 CUP+ que realizou 95 horas de voo; na missão de treino portuguesa na Guiné-Bissau foi empenhada uma equipa da FAP; por fim, a FAP participou na Operação *Indalo* da *FRONTEX* com o C295 e 16 militares, dos quais 90% do efetivo era masculino e 10% era feminino. A FAP contou ainda com assessores militares na Cooperação no Domínio da Defesa, no primeiro trimestre de 2022, na República de Angola 5 oficiais masculinos, 1 oficial feminina e 1 sargento masculino permanentes e 1 oficial masculino temporário; na República de Moçambique 5 oficiais e 6 sargentos masculinos permanentes e 1 oficial masculino temporário; e na República Democrática de Timor-Leste 1 oficial feminina permanente. No segundo trimestre, na República de Angola 8 oficiais masculino e 2 oficiais femininas permanentes; na República da Guiné-Bissau 1 sargento masculino permanente; na República de Moçambique 5 oficiais masculinos, 6 sargentos masculinos 1 sargento feminina permanentes; e, por fim, 1 oficial masculino e 1 oficial feminina permanente na República Democrática de Timor-Leste (DGPDN, 2023; Perdigão, 2010).

Em 2023, a FAP realizou cerca de 1700 horas de voo de patrulhamento e vigilância em espaço nacional e internacional nas fronteiras da Europa, em missões nas fronteiras da Europa ao serviço da Agência *FRONTEX*. Além disso, no mesmo ano, realizou 1300 horas de voo de transporte de pessoas e carga, também a nível nacional e internacional (FAP, 2023).

Segundo o relatório relativo à participação de militares portugueses em missões internacionais, no 4º trimestre de 2023, publicado pela Direção-Geral de Política da Defesa Nacional (DGPDN) em janeiro de 2024, é mencionado que a FAP participou em atividades de cooperação no domínio da defesa com um percentual de 24% relativo aos militares empenhados, sendo o ramo que menos contribui a este nível no 4.º trimestre. Esta baixa participação em relação ao Exército e à Armada deve-se ao empenhamento dos militares noutras missões, oriundas de compromissos assumidos anteriormente (DGPDN, 2024).

Portugal tem vindo a preocupar-se com a participação da mulher nas Forças Armadas (Perdigão, 2010). Contudo, continua a ser muito pequena a percentagem das mulheres que entram para as Forças Armadas, ocupando um pequeno rácio na participação em missões internacionais. Segundo o Ministério da Defesa, em 2015 tivemos uma participação feminina em missões internacionais de 6,80%, enquanto a participação masculina foi de 93,20%, traduzindo por número redondos, neste ano participaram 1.354 homens em missões internacionais, enquanto tivemos apenas 97 mulheres a fazer a participar. Isolando a FAP, neste contexto, é possível verificar, ainda, que tem havido um esforço em enviar cada vez mais mulheres em missão, conforme têm entrado mais para o ramo.

A preocupação da FAP com o aumento do seu efetivo feminino está alinhada com os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas. Para além disso, o país assume compromissos relativos à igualdade e à não-discriminação com outras entidades como a OTAN, a ONU, a UE, a Organização para a Segurança e a Cooperação na Europa (OSCE), o Conselho da Europa (Coe) e a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) (FAP, 2024k).

O *International Military Staff (IMS) Office of the Gender Advisor* e o *Committee on Gender Perspectives* (NCGP) da OTAN trabalham em conjunto, considerando o empenhamento de militares do género feminino e masculino nas operações da OTAN, de forma a empregar ambos da forma a beneficiar e potencializar as suas missões e operações militares. Para além disto, existem discussões entre países sobre a integração dos géneros em operações militares (NATO, 2023b).

Nas Forças Armadas, apesar de a mulher desempenhar aí funções, há, todavia, uma tendência para as afastar das áreas mais operacionais e de combate, sendo aqui aplicadas como questões as suas características físicas e psicológicas, uma vez que se considera que a mulher tens várias condicionantes nestes campos que as impedem de estarem no mesmo patamar dos homens (Carreiras, 2013). Em 2016, a República Portuguesa partilhou uma comunicação no Dia Internacional da Mulher em que afirmava que 10% dos militares portugueses eram já mulheres e em 2022 foi publicado que este número havia aumentado para 13%. Obviamente que este crescimento parece ínfimo, contudo se verificarmos o número de efetivos atual nas Forças Armadas, conseguimos perceber que estes valores de crescimento são relevantes, num mundo que tem tido um decréscimo exponencial nestes últimos anos.

Em 2019, Morais realizou um estudo focado nas dinâmicas de género na FAP, onde determinou que o estigma de o ramo ser maioritariamente um mundo masculino tem vindo a

ser desconstruído lentamente, que a educação e os valores transmitidos variam consoante os géneros e que existem motivos impeditivos a nível físico e relacionadas com a necessidade de quererem formar família, que as impedem de assumir certas funções ou concorrerem a certas especialidades que são de risco. É também percebido que existe uma consideração homogénea dos géneros em questões de recrutamento e fardamento e que as mulheres na FAP são vistas positivamente, ao contrário do que acontecia inicialmente, trazendo algumas alterações necessárias e importantes a nível estrutural e de socialização. Contudo, é também percebido que a FAP continua a ter um número consideravelmente superior de homens em relação ao de mulheres e que estas sentem mais pressão para um maior desempenho de forma a demonstrar que conseguem atingir os mesmos objetivos que os homens (Morais, 2019). Assim, tal como existe a preocupação na FAP da integração feminina, surgem em várias entidades internacionais de carácter militar esta mesma preocupação. Na OTAN, surge o NCGP, mencionado acima, que tem como objetivo promover a integração dos géneros, “através da implementação, monitorização e avaliação de políticas, programas e operações militares” (NATO, 2023b). Este Comité aconselha a OTAN em tópicos de liderança política e militar, de forma a contribuir para a o cumprimento dos objetivos e prioridades da Aliança.

A FAP tem implementado, desde 2019, um Plano Setorial para a Igualdade de Género que vem responder aos objetivos estratégicos sendo estes a institucionalização da integração da perspetiva de género na defesa nacional, a promoção da igualdade e não-discriminação, a promoção da participação das mulheres e a promoção da conciliação da vida profissional, pessoal e familiar e dos direitos de proteção da parentalidade (DGRPN, 2022). Desta forma, estabeleceu a implementação de medidas, tendo em conta quatro eixos: a igualdade (quadro 1), a conciliação (quadro 2), a formação (quadro 3) e mulheres, paz e segurança (quadro 4). Estas medidas podem ser verifica nas tabelas apresentadas no Plano que se coloca abaixo:

Quadro 1 - Eixo 1: Igualdade

Eixo 1: Igualdade								
Medidas		Indicadores de resultado	Origem	Entidades		Calendarização e Metas		
				Responsáveis	Envolvidas	2023	2024	2025
Institucionalização da integração da perspetiva de género na Defesa Nacional								
1	Nomear formalmente o/a Assessor/a de Género junto do Gabinete do CEMFA, preferencialmente com funções desempenhadas a tempo inteiro	Despacho de nomeação aprovado e comunicado à tutela (anualmente ou sempre que houver alteração)	PSDNI (2)	GABCEMFA	Assessor/a de Género GTG	31DEZ	31DEZ	31DEZ
2	Criar a estrutura da Perspetiva de Género na Força Aérea	Despacho de criação da estrutura da Perspetiva de Género na Força Aérea aprovado	--	GTG	Assessor/a de Género DJFA	31DEZ	--	--
3	Criar o Gabinete da Perspetiva de Género na Força Aérea	Despacho de criação da estrutura da Perspetiva de Género na Força Aérea aprovado, com inclusão do Gabinete da Perspetiva de Género na Força Aérea	--	GTG	Assessor/a de Género DJFA	31DEZ	--	--
4	Identificar uma rede de Pontos Focais de Género em todas as Unidades/Órgãos/Serviços	Despacho de criação da estrutura da Perspetiva de Género na Força Aérea aprovado, com inclusão da rede de Pontos Focais de Género	--	GTG	Todas as Unidades/Órgãos/Serviços	31DEZ	--	--
5	Incluir objetivos de promoção da igualdade e integração da perspetiva de género nos documentos estratégicos	N.º de objetivos de promoção da igualdade incluídos nas Diretivas ou documentos estratégicos	PSDNI (3)	EMFA CPESFA	Assessor/a de Género GTG	1	1	1
6	Assegurar a recolha, o tratamento e a divulgação de informação estatística relativa aos recursos humanos, desagregada por sexo	Informação estatística relativa aos recursos humanos desagregada por sexo nos seguintes documentos: Planos de Atividades, Relatórios de Atividades, Reporte Mensal de Efetivos, Anuário Estatístico da Força Aérea, Balanço Social, Relatório de Gestão, Relatório de Gestão da Formação, etc.	PSDNI (7) e Relatório da Auditoria da IGDN	EMFA IGFA DP DFFA DINST	--	60%	80%	100%
7	Realizar, no Dia Internacional da Mulher, iniciativas alusivas à comemoração deste dia	Iniciativas alusivas à comemoração do Dia Internacional da Mulher, realizadas	--	GABCEMFA UNIDADES	--	1	1	1
8	Participar nas reuniões da Equipa Interdepartamental para a Igualdade do Ministério da Defesa Nacional	Participação nas reuniões da Equipa Interdepartamental para a Igualdade do Ministério da Defesa Nacional	--	GTG	--	100%	100%	100%
9	Contribuir para a elaboração de relatórios (Plano Setorial da Defesa Nacional para a Igualdade, NATO Committee on Gender Perspectives , etc.)	Contributos para a elaboração de relatórios (Plano Setorial da Defesa Nacional para a Igualdade, NATO Committee on Gender Perspectives , etc.), enviados	--	GTG	--	100%	100%	100%
10	Participar no júri do Prémio Defesa Nacional e Igualdade	Participação no júri do Prémio Defesa Nacional e Igualdade	--	GTG	--	1	1	1

Fonte: Força Aérea Portuguesa

Promoção da Igualdade e Não-Discriminação								
11	Rever o Código de Boa Conduta para a Prevenção e Combate ao Assédio no Trabalho	Código de Boa Conduta para a Prevenção e Combate ao Assédio no Trabalho revisto e aprovado	Relatório da Auditoria da IGDH	DJFA	Assessor/a de Género GTG SJD	31DEZ	--	--
12	Divulgar o Código de Boa Conduta para a Prevenção e Combate ao Assédio no Trabalho revisto	Código de Boa Conduta para a Prevenção e Combate ao Assédio no Trabalho revisto divulgado nas páginas da intranet e na Newsletter do CPESFA e apresentado nas Unidades	--	CPESFA SJD Assessor/a de Género DJFA	--	31DEZ	31DEZ	31DEZ
13	Registar e atualizar conteúdos no Portal da Perspetiva de Género (documentos estratégicos, atividades, eventos, etc.)	Conteúdos no Portal da Perspetiva de Género (documentos estratégicos, atividades, eventos, etc.) registados e atualizados	--	Assessor/a de Género	--	31DEZ	31DEZ	31DEZ
Promoção da participação das mulheres								
14	Aumentar o n.º de mulheres nas Equipas de Divulgação do Dia da Defesa Nacional (DDN)	% de mulheres nas equipas de divulgação do DDN	PSDNI (14)	DP	--	28%	30%	35%
15	Desenvolver ações/projetos que incentivem as raparigas a ingressar na Força Aérea (recrutamento dirigido, Open Day da AFA, Mini Recruta, ações de Role Model, etc.)	N.º de ações/projetos implementados	PSDNI (16)	CRFA AFA SAS Assessor/a de Género	--	31DEZ	31DEZ	31DEZ
16	Participar no projeto Engenheiras por Um Dia	N.º de participações no projeto Engenheiras por Um Dia	--	Assessor/a de Género	AFA	1	1	1

Fonte: Força Aérea Portuguesa (continuação).

Quadro 2 - Eixo 2: Conciliação

Eixo 2: Conciliação								
Medidas		Indicadores de resultado	Origem	Entidades		Calendarização e Metas		
				Responsáveis	Envolvidas	2023	2024	2025
Promoção da conciliação da vida profissional, pessoal e familiar e dos direitos de proteção na parentalidade								
17	Divulgar os mecanismos facilitadores da conciliação da vida profissional, pessoal e familiar e dos direitos de proteção na parentalidade	Publicação nas páginas da intranet e na Newsletter do CPESFA	PSDNI (21)	CPESFA DP Assessor/a de Género	--	31DEZ	31DEZ	31DEZ
18	Desenvolver programas/protocolos de apoio a descendentes (crianças e jovens) e ascendentes	N.º de programas/protocolos desenvolvidos	PSDNI (24)	SAS	--	31DEZ	31DEZ	31DEZ
19	Dinamizar a sala de Atividades de Tempos Livres (ATL)	N.º de períodos de funcionamento ou eventos/atividades da sala de ATL	--	SAS UAL	--	31DEZ	31DEZ	31DEZ
20	Acompanhar o funcionamento da Sala de Extração de Leite Materno (SELMA)	Relatório sobre o funcionamento da SELMA elaborado e apresentado ao CEMFA	--	Assessor/a de Género	UAL	31DEZ	--	--
21	Equacionar a replicação da SELMA noutras Unidades	SELMA criada noutras Unidades	--	Assessor/a de Género	Unidades	31DEZ	31DEZ	31DEZ

Fonte: Força Aérea Portuguesa.

Quadro 3 - Eixo 3: Formação

Eixo 3: Formação								
Medidas		Indicadores de resultado	Origem	Entidades		Calendarização e Metas		
				Responsáveis	Envolvidas	2023	2024	2025
Institucionalização da integração da perspetiva de género na Defesa Nacional								
22	Aplicar a harmonização de conteúdos a ministrar nos cursos de formação e promoção e a todo o pessoal projetado (Forças Nacionais Destacadas (FND) e Elementos Nacionais Destacados (END))	Conteúdos harmonizados aplicados	PSDNI (25)	GTG	AFA CA CFMTFA	31DEZ	31DEZ	31DEZ
23	Integrar a temática da igualdade e não-discriminação e Agenda Mulheres, Paz e Segurança (MPS) em todos os referenciais dos cursos de formação e promoção ministrados na Força Aérea	Temática da igualdade e não-discriminação e Agenda MPS incluída em todos os referenciais dos cursos de formação e promoção ministrados na Força Aérea	PSDNI (26)	GTG	AFA DINST CFMTFA	31DEZ	31DEZ	31DEZ
24	Integrar a temática da Agenda MPS na formação, durante o aprontamento, de todo o pessoal projetado (FND e END)	Temática da Agenda MPS incluída na formação, durante o aprontamento, de todo o pessoal projetado (FND e END)	PSDNI (27)	GTG	CA	31DEZ	31DEZ	31DEZ
25	Nomear pessoal para frequentar o Curso de Formação Especializada em Igualdade de Género na Defesa Nacional	N.º de nomeações para a frequência do Curso de Formação Especializada em Igualdade de Género na Defesa Nacional	PSDNI (31)	GTG	DP	Consoante o n.º de vagas disponíveis para a Força Aérea	Consoante o n.º de vagas disponíveis para a Força Aérea	Consoante o n.º de vagas disponíveis para a Força Aérea
26	Nomear pessoal da área financeira para a frequência de formação em orçamentos com perspetiva de género	N.º de nomeações de pessoal da área financeira para a frequência de formação em orçamentos com perspetiva de género	PSDNI (35)	GTG	DFFA	Consoante o n.º de vagas disponíveis para a Força Aérea	Consoante o n.º de vagas disponíveis para a Força Aérea	Consoante o n.º de vagas disponíveis para a Força Aérea
27	Manter atualizada a bolsa de formadores referente a pessoal da Força Aérea com formação no âmbito da perspetiva de género	Bolsa de formadores referente a pessoal da Força Aérea com formação no âmbito da perspetiva de género atualizada	--	GTG	--	31DEZ	31DEZ	31DEZ
Promoção da Igualdade e Não-Discriminação								
28	Organizar em coordenação com a Secretaria-Geral do MDN a realização de ações de sensibilização sobre Igualdade, Não-Discriminação e Assédio no Local de Trabalho em Unidades da Força Aérea	Ações de sensibilização sobre Igualdade, Não-Discriminação e Assédio no Local de Trabalho realizadas em Unidades da Força Aérea	PSDNI (38)	GTG	Unidades	5	1	1
29	Colaborar com entidades externas sempre que solicitado (fornecimento de dados para meios de comunicação, preenchimento de relatórios, participação em palestras, etc.)	Colaboração com entidades externas sempre que solicitado (fornecimento de dados para meios de comunicação, preenchimento de relatórios, participação em palestras, etc.)	--	Assessor/a de Género GTG	--	1	1	1
30	Colaborar com entidades externas a nível académico (formação, entrevistas e orientação de trabalhos académicos, etc.)	Colaboração com entidades externas a nível académico (formação, entrevistas e orientação de trabalhos académicos, etc.)	--	Assessor/a de Género GTG	--	1	1	1

Fonte: Força Aérea Portuguesa

Quadro 4 - Eixo 4: Mulheres, Paz e Segurança

Eixo 4: Mulheres, Paz e Segurança								
Medidas		Indicadores de resultado	Origem	Entidades		Calendarização e Metas		
				Responsáveis	Envolvidas	2023	2024	2025
Institucionalização da integração da perspetiva de género na Defesa Nacional								
31	Participar na reunião anual do NATO Committee on Gender Perspectives (NCGP)	Participação na reunião anual do NATO Committee on Gender Perspectives (NCGP)	PSDNI (41)	Assessor/a de Género GTG	--	1	1	1
32	Participar em eventos nacionais e internacionais sobre MPS	Participação em eventos nacionais e internacionais sobre MPS	PSDNI (41)	Assessor/a de Género GTG	--	1	1	1
33	Nomear Gender Focal Points em todas as rotações de todas as FND	Gender Focal Points nomeados em todas as rotações de todas as FND	PSDNI (43)	CA	--	100%	100%	100%
34	Dotar todos os GFP nomeados para as FND com formação NATO ADL 169 e 171	Formação NATO ADL 169 e 171 concluída para todos os GFP nomeados para as FND	PSDNI (42)	GTG	CA	90%	90%	90%
35	Formar especialistas em género através dos seguintes cursos: - A comprehensive approach to gender in operations (ESDC/EU) - NATO Gender Focal Point Course (NCGM ou CMDR-CE)	Especialistas de género formados através dos seguintes cursos: - A comprehensive approach to gender in operations (ESDC/EU) - NATO Gender Focal Point Course (NCGM ou CMDR-CE)	PSDNI (43)	GTG	--	1	1	1
36	Integrar a Agenda MPS e a perspetiva de género nos Planos e Ordens de Operações, Diretivas de Aprontamento e Exercícios	Planos e Ordens de Operações, Diretivas de Aprontamento e Exercícios com integração da Agenda MPS e da perspetiva de género	PSDNI (44)	CA	--	--	31DEZ	--
Promoção da participação das mulheres								
37	Promover o aumento da participação das mulheres em operações e missões internacionais	Divulgar as operações e as missões internacionais	PSDNI (46)	CA DP	--	Acompanhar ao longo do ano	Acompanhar ao longo do ano	Acompanhar ao longo do ano
38	Apresentar, nos cursos de promoção ministrados na Força Aérea, evidências que resultem em vantagem operacional pela participação das mulheres em operações e missões internacionais	Evidências que resultem em vantagem operacional pela participação das mulheres em operações e missões internacionais apresentadas nos cursos de promoção ministrados na Força Aérea		Assessor/a de Género	--	31DEZ	31DEZ	31DEZ

Fonte: Força Aérea Portuguesa.

3.3 Os direitos humanos em teatros de conflito

O contributo das missões internacionais da FAP tem sido muito relevante e reflete um compromisso para a paz, a segurança global e a defesa dos direitos humanos. A sua participação em operações conjuntas com organizações como a ONU, a OTAN e a União Europeia incluem operações de paz, missões humanitárias, de evacuação, de transporte aéreo estratégico e tático, bem como operações de policiamento aéreo e de resgate. Estas missões são orientadas por princípios de respeito pelos direitos humanos, a proteção de civis e o apoio a nações em crise (Gil, 2017).

Com o intuito de não tornar a informação redundante, uma vez que as missões internacionais nas quais a FAP participa em colaboração com os acordos realizados com as organizações internacionais, foram já abordadas anteriormente destacaremos as mais relevantes a nível do seu carácter humanitário e respeito pelos direitos humanos.

No âmbito das missões de paz e humanitárias, a FAP participa regularmente em missões de manutenção da paz sob a égide da ONU e da OTAN, proporcionando suporte logístico, assistência médica e transporte de doentes. Deste tipo de missões, podem-se destacar a sua participação na KFOR e SFOR no Kosovo e Bósnia-Herzegovina para estabilização do país e proteção de civis (NATO, 2020; NATO, 2024).

Outra participação muito relevante foi no Afeganistão na operação da ISAF (Força Internacional de Assistência para a Segurança no Afeganistão) e, igualmente na missão *Resolute Support* no treino e suporte às forças afegãs (NATO, 2020), ou nas missões da ONU da República Centro-Africana e no Mali (ONU, 2017).

Relativamente às operações de policiamento aéreo, a FAP contribui para o policiamento do espaço aéreo no âmbito da OTAN, como parte da defesa coletiva dos países membros. Isto inclui a defesa do espaço aéreo dos países bálticos e outras regiões que necessitam de suporte aéreo adicional (FAP, 2023). Uma das referências relevantes deste tipo de missões é *Baltic Air Policing* na Lituânia e na Polónia, uma missão da OTAN para proteger o espaço aéreo dos estados bálticos e reforçar a presença na Europa Oriental (NATO, 2020).

A FAP participa, ainda, em missões de busca e salvamento (SAR) e em missões de evacuação médica (MEDEVAC) em zonas de conflito ou de catástrofes naturais (FAP, 2024b).

No que concerne aos direitos humanos, a FAP, ao participar nas missões internacionais, segue rigorosos padrões de direitos humanos e leis humanitárias internacionais, em consonância com o seu objetivo de colaboração na paz e segurança. Deste modo, a sua

atuação assenta no seu firme compromisso do respeito dos princípios do direito internacional e um foco importante na minimização dos danos a civis.

A atuação da FAP deve, ainda, cumprir as diretivas definidas pela Comissão Nacional para os Direitos Humanos. Esta comissão, criada pela Resolução do Conselho de Ministros nº27/2010, de 8 de abril é responsável por criar o Quadro Estratégico e os Planos de Ação da EU para os Direitos Humanos e Democracia. É composta pelos membros do governo, incluindo o da defesa e, dentro das suas competências, destacam-se: a coordenação dos vários ministérios tanto no que respeita à definição da posição nacional nos organismos internacionais de direitos humanos, como ao cumprimento por Portugal das obrigações decorrentes de instrumentos internacionais neste domínio. Tem, ainda, a competência de fomentar a produção e a divulgação de documentação sobre as boas práticas nacionais e internacionais nesta matéria e promover a divulgação e o conhecimento da temática dos direitos humanos (República Portuguesa, 2023; Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2018).

As missões internacionais são, ainda, realizadas sob rigorosas regras de engajamento (ROE), elaboradas para minimizar os danos colaterais e proteger as populações civis, segundo a *“Security Council resolution 1674 (2006) on the protection of civilians in armed conflict”* (UN, 2008, p. 15) e as regras da Nações Unidas no que respeita os direitos humanos cuja função principal é promover e assegurar o respeito dos direitos humanos. Esta organização tem como objetivo principal, entre outros, contribuir para a proteção dos direitos humanos em ações imediatas e a longo termo; possuindo equipas de trabalho nas suas operações de paz, das quais se podem destacar a MONUSCO no Congo, a MINUSCA na República Central Africana, a MINUSCA no Mali, a UNMIK no Kosovo e outras equipas especiais, como as UNAMI no Iraque, UNSMIL na Líbia, UNIOGBIS na Guiné-Bissau, UNSON na Somália e UNAMA no Afeganistão (Silva & Caseiro, 2021; UN, s/d).

Além da obrigação do cumprimento de todas estas regras de respeito pelos direitos humanos, as operações são frequentemente monitorizadas e avaliadas para garantir que as ações estão em conformidade com as normas internacionais de direitos humanos. Isto inclui investigações e relatórios sobre quaisquer alegações de violações, (EU, 2021).

Como é referido por Garcia, 2022, nas forças militares existe uma relação hierárquica no que competem as avaliações, sendo estas: a missão, a análise, a avaliação, a validação e a certificação. Estas etapas são importantes para acompanhar as missões em si e perceber como estas se estão a desenvolver e se os métodos aplicados nas mesmas são os mais adequados. Contudo, existe uma disposição para facilitar neste campo, misturando um pouco os resultados

qualitativos dos quantitativos. Apesar disto, a avaliação de cada missão continua a ser crucial para de entender o quão necessária é a realização destas missões e o papel que os militares desempenham nas mesmas (Garcia, 2022).

Por fim, a colaboração de Portugal com as organizações internacionais, incluindo a ONU e a OTAN, que têm mecanismos robustos para a proteção dos direitos humanos, impõem-lhe na sua atuação o respeito pelos mesmos.

Do exposto, podemos inferir que o compromisso da FAP pelo respeito dos direitos humanos nas suas operações internacionais numa adesão aos valores fundamentais da dignidade humana e de justiça, coloca o nosso país como um interveniente importante no cenário internacional.

Capítulo 4 - ANÁLISE CRÍTICA DO ESTUDO

4.1 Descrição dos resultados

A opção metodológica adotada neste estudo é quantitativa, baseada num inquérito por questionário, uma vez que se considera ser o mais adequado, apesar das suas limitações. O universo inicial pretendido do estudo era de cem (100) pessoas, contudo, foram validados, apenas sessenta e seis (66) questionários, amostra utilizada neste estudo.

Ao longo da dissertação, cujo objetivo geral passa por compreender qual a perceção que os militares da FAP têm acerca dos tipos de missões realizadas, com especial enfoque ao nível nacional e internacional, utilizado, também, no desenvolvimento do inquérito por questionário, recolhemos informação que nos permitiu elaborar pequenas reflexões. Esta discussão de resultados permite-nos, tendo em consideração os objetivos e as hipóteses do estudo, fazer uma síntese dos aspetos mais significativos e realizar algumas considerações.

Começamos por caracterizar os sujeitos inquiridos (Figura 1), salientando que, em relação ao género, a maioria dos inquiridos são do sexo masculino.

Em relação à primeira hipótese do presente trabalho que se propôs como a verificação das expectativas que levam as pessoas a ingressar na Força Aérea. Da análise dos resultados podemos verificar que a maioria das respostas (66,7%) vai de encontro à nossa primeira variável - Ter uma carreira profissional estável -, seguida de uma percentagem significativa (44%), igualmente da escolha desta carreira para contribuir para a segurança do país. O desenvolvimento de capacidades como a disciplina, a camaradagem e o respeito obteve uma minoria, ainda que significativa (39,4%) de respostas.

Desta forma, pudemos constatar que as expectativas iniciais das pessoas que optam por uma carreira profissional na Força Aérea se prende com expectativas de ter uma carreira segura e/ou o cumprimento do sentido patriótico ou segurança do país.

De facto, a segurança do país ou o sentido patriótico estão na base da criação das Forças Armadas cujo início está ligado à defesa do território. Já nos primórdios da nossa nacionalidade ou defesa do território conquistado, ou ainda para as nossas expedições ultramarinas, indo ao encontro do que refere Cruz, que salienta que em momentos de fragilidade e sensação de medo o ser humano tem como instinto de sobrevivência responder de forma a se proteger (2014). Mesmo tendo em conta o facto de as Forças Armadas Portuguesas não terem um papel preponderante a nível de intervenção armada nos últimos anos e o seu papel se centrar na manutenção da paz, os seus militares, como refere Cruz (2014), têm um forte espírito de missão e de cumprimento do dever. Contudo, é de salientar que a aposta numa carreira profissional estável, referida como a expectativa primordial pela maioria dos inquiridos, poderá,

de alguma forma, ser um dos principais motivos da desmotivação atual dos seus recursos humanos, pois, como salienta Serrano (2014), os constrangimentos de elevados custos, tanto a nível militar como de equipamentos não permite uma intervenção como desejável, nas suas missões resultando numa estagnação do setor e uma desmotivação dos seus militares. Esta situação deve-se ao facto de Portugal, atualmente não ter uma relevância de intervenção militar armada muito forte e atuar essencialmente na manutenção da paz.

Contudo, os nossos militares conseguem abstrair-se da falta de investimento e representar a Nação com orgulho e com um sentimento de missão muito fortalecido, conforme se verifica nas respostas às perguntas 4 e 9.

Relativamente à nossa segunda hipótese de trabalho, que dizia respeito ao carácter das missões, mais de metade dos inquiridos (56,1%) indicou como mais importante a defesa e vigilância do espaço aéreo, seguida de uma percentagem, igualmente relevante (53%) apontaram como carácter das missões a ajuda humanitária e, ainda a busca e salvamento. A intervenção em conflitos armados foi referida como a mais importante para 37% dos inquiridos.

Assim, tendo em conta os resultados obtidos, verificamos que a intervenção em conflitos armados apenas é referida como sendo a mais importante para 37% dos inquiridos. De facto, sabemos que a nossa intervenção em conflitos armados, a nível internacional, teve uma relevância muito importante, no passado, com a nossa participação na Primeira Guerra Mundial, ou na Guerra do Ultramar (1961 a 1975). Mais recentemente, salienta-se a sua participação nas diferentes missões de apoio à paz em diferentes países (Angola, Moçambique, Bósnia, Timor-Leste, Kosovo, Macedónia, Afeganistão, Líbano, Iraque, Mali, Somália, República Centro-Africana...) (Exército, 2022; Silva & Caseiro, 2021). Contudo, o período de paz e solidariedade que se instalou após a II Guerra Mundial, devido ao papel mediador e de intervenção das organizações não governamentais, como a ONU ou a Cruz Vermelha, veio propiciar uma menor necessidade de intervenção armada a nível internacional. Intensificou-se, assim, uma maior intervenção a nível de cuidados de saúde como a nível de segurança e proteção. O final da Guerra Fria e subsequente alteração na conjuntura internacional levou Portugal, tal como referem Pinto (2012) e Barroso (2021) a alterar e rever a sua abordagem estratégica em Africa e iniciar uma intervenção mais global para a manutenção da paz, para o respeito pelos direitos humanos, e pelas minorias e pelo Estado de Direito, para a reconstrução dos Estados pós-conflito e pelo desenvolvimento, de forma a conseguir atuar de forma mais eficaz, aumentando a sua importância em contexto de segurança internacional em operações de apoio à paz.

Assim, como constatamos, para 53% dos nossos inquiridos o carácter das missões que consideram mais importante é, de facto a ajuda humanitária e, ainda a busca e salvamento, que é realizada pelos *AW119 Koala* e do *UAVision Ogassa OGS 42N/VN* (drone) no apoio ao combate de incêndios, o *Falcon 50* e o C-295M permitem o transporte de órgãos; o *AW119 Koala*, o P-3C CUP+, o C-295M, o *EH-101 Merlin*, o *Falcon 50* e o C-130H executam missões de busca e salvamento e resgate em navios; e por fim, é realizado o transporte urgente de doentes através do C-295M, do *EH-101 Merlin*, do *Falcon 50* e do C-130H (FAP, 2023).

Relativamente à defesa do espaço aéreo, em novembro de 2007, Portugal participou pela primeira vez na operação *Baltics Air Policing* com a Esquadra 301 e os F-16. A participação portuguesa vem reforçar a defesa do seu espaço geográfico e a valorização da sua posição estratégica. Esta operação é constante e visa assegurar e vigiar o espaço aéreo da Lituânia, da Letónia e da Estónia, todas estas banhadas pelo Báltico e localizadas na zona da antiga União Soviética, uma zona que desde o fim da Guerra Fria tem gerado desconforto nos restantes países, apesar do desmantelamento desta federação (Moutinho, 2012). Deste modo, podemos constatar que o fator que foi considerado mais importante é, primordialmente a vigilância e defesa do nosso espaço aéreo. Por um lado, subsequente da já referida diminuição de intervenção em conflitos armados internacionais e por outro lado pela revisão, como refere Barroso (2021) do nosso papel em conflitos internacionais. Contudo, o papel de defesa do nosso espaço aéreo é uma das missões importantes da Força Aérea Portuguesa, tendo sido referida como a mais importante para (56,1%) dos inquiridos e sendo, atualmente, realizado com o apoio de diversas aeronaves, nomeadamente com o F-16M, o P-3C CUP+ e o C-295M realiza a vigilância do espaço aéreo e o patrulhamento marítimo.

No que concerne à nossa hipótese de trabalho número três relativa à abordagem mais adequada e a adotar nas missões, o resultado foi o esperado e único possível em consonância com a nossa posição e legislação. De facto, e como já mencionado anteriormente, o final da Guerra Fria trouxe, como refere Pinto (2012) alterações na conjuntura internacional e nas abordagens estratégicas de Portugal em Africa, iniciando uma intervenção mais global para a manutenção da paz e pelo respeito dos direitos humanos, assim como pela reconstrução dos Estados pós-conflito, transformando, como refere Barroso (2021), os seus exércitos de defesa nacional em exércitos expedicionários para atuar de forma mais eficaz e mais relevante em contexto de segurança internacional e de apoio à paz. Assim, esta é a atuação que 63,65% dos inquiridos respondeu como sendo a mais adequada, a de cooperação, seguida de 24,2% respondendo como sendo a de proteção. Uma percentagem bastante menos significativa

considerou a de defesa, 10,6% dos inquiridos e apenas 1,5% dos inquiridos optou pela de retaliação.

De facto, nas Revisões Constitucionais de 1982, a LDNFA (1982) e a LDN (2009) em consonância com a linha de atuação de cooperação e manutenção da paz, o Concelho da Revolução foi extinto e a defesa nacional passou a ser dirigida pelo governo, (Lei n.º 29/82, de 11 de dezembro; Lei n.º 31-A/2009, de 7 de julho). Em 2009 é publicada a segunda LOBOFA (Lei n.º 1-A/2009, de 7 de julho) e, igualmente, a Lei de Defesa Nacional (LDN, Lei n.º 31-A/2009, de 7 de julho) sem mudanças substanciais ao de 1982.

Esta posição de Portugal no apoio à paz, tornou-se, como refere Pinto (2012) mais ativa a partir dos anos 90 e, em 1997, Portugal define como missão das Forças Armadas a satisfação dos nossos compromissos internacionais e a sua participação em missões humanitárias e de paz assumidas pelas organizações de que Portugal faz parte, como é referido por Santos (2011).

Atualmente, Portugal procura um papel significativo na criação e desenvolvimento de uma paz internacional. Para tal, colabora ativamente com entidades como a ONU e a OTAN, mantendo os seus interesses estratégicos, de identidade e a sua história, como referido por Silva (2006). Do mesmo modo coopera com o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), no que concerne o respeito pelos direitos humanos, a proteção de civis e o papel das mulheres nos processos de paz e reconciliação nacionais, referido por Pinto (2012). O seu crescente envolvimento e cooperação com as organizações internacionais, como a ONU, a OTAN e a União Europeia tem como objetivos tanto o fortalecimento do sistema de forças de defesa do espaço territorial nacional, como o de dar resposta aos seus compromissos internacionais referido por Santos (2011). Tal como é referido na sua constituição:

- a) Desempenhar todas as missões militares necessárias para garantir a soberania, a independência nacional e a integridade territorial do Estado;
- b) Participar nas missões militares internacionais necessárias para assegurar os compromissos internacionais do Estado no âmbito militar, incluindo missões humanitárias e de paz assumidas pelas organizações internacionais de que Portugal faça parte (art. 3.º n.º 1 Decreto-Lei n.º 184/2014, de 29 dezembro).

Em relação à nossa quarta hipótese de trabalho, que era verificar a importância da Força Aérea no Teatro de Operações, e cuja variável considerava essa importância como muito boa, verificamos pelos resultados obtidos junto dos inquiridos da nossa amostra que esta corresponde às expectativas antecipadas, visto que ela é percecionada como muito boa para

53% dos inquiridos e como boa para 30%, restando apenas 8,5% dos inquiridos que a consideram suficiente e para 3% dos inquiridos essa importância da Força Aérea no teatro de Operações é considerada insuficiente.

Se remontarmos um pouco na nossa história e na história mundial, podemos observar que como estratégia e essência militar, a Força Aérea foi criada como força militar de intervenção e defesa, contudo com as alterações políticas e geográficas, ela foi-se, também, alterando, sobretudo nos objetivos a que se propõe como força de atuação.

A Força Aérea, desde a sua origem tem tido um papel crucial na resolução de conflitos armados, na estabilização e manutenção da paz em áreas de crise, ou ainda na segurança interna, na comunicação entre espaços internacionais, como aponta Araújo (2011). Em Portugal, a aviação militar surge inicialmente em 1909, mas o investimento em equipamento e formação profissional para pilotos aviadores do exército só acontece por volta de 2015 com a Escola Militar de Aeronáutica e o seu primeiro regulamento. Rapidamente, a viação militar portuguesa ganhou relevo integrando as forças expedicionárias nos territórios do ultramar português. Em 2018 surgem os primeiros espaços da FAP, em Alverca e Tancos e na Amadora. Este último transformado no Estado-Maior da Força Aérea (Fraga, 2001). Em 1937, já com três bases aéreas, Sintra, Tancos e a Ota, a Força Aérea adquire um relevo importante, durante a II Guerra Mundial na manutenção da soberania nacional e defesa geoestratégica dos arquipélagos dos Açores e Cabo Verde, sendo enviadas naves para apoiar as forças militares aí colocadas. Graças aos laços e boas relações internacionais com a Inglaterra, foi possível a Portugal modernizar e renovar a sua aviação militar, como referido por (Fraga, 2001).

A Aeronáutica Militar é criada a 27 de maio de 1952, através da fusão das Aeronáuticas do Exército e da Armada, e a sua intervenção em zonas de conflito é requerida no primeiro confronto da nossa Guerra Colonial para intervir na revolta dos movimentos independentistas, bombardeando várias povoações para conter a rebelião, em missões de reconhecimento armado e apoio às forças terrestres, segundo Catarino (2021).

O conceito de conflito, como refere Cruz (2014), pode ter uma dupla abordagem. Por um lado, representa uma situação negativa de crise que requer intervenção para ser solucionado ou, por outro lado, pode ser necessário para a construção de um mundo melhor. Salienta-se, ainda a existência de conflitos em áreas que representam grande riqueza e que monopolizam a atenção e intervenção a grande escala.

Com a queda do muro de Berlim em 1989 não só termina a Guerra Fria, como se abre a expectativa de paz no mundo provocando profundas alterações no ambiente político-

estratégico. No entanto, surgem novas ameaças a nível internacional que juntamente com o fim das fronteiras políticas, especialmente nos países da União Europeia, vieram a contrariar essa esperança, especialmente no que concerne aos conceitos de segurança e defesa nacional e Portugal, que sempre afirmou, como refere Silva (2006), a sua vontade de assumir um papel na ordem internacional multilateral, no que diz respeito à política e segurança, tem-se empenhado nas suas missões humanitárias e de promoção de paz.

Santos (2011), refere que na Revisão da Constituição de 1997, Portugal passou a ter como missão, não só de satisfazer os compromissos internacionais como também participar em missões humanitárias e de paz assumidas pelas organizações internacionais que faça parte, como consagrado no art.º 275.º e n.º 5 da CRP, 2005.

Assim, estas missões são realizadas em qualquer parte do mundo, através da cooperação das nossas Forças Armadas em colaboração com diferentes organizações mundiais, como referido por Oliveira (2010), nomeadamente com a UE, na qual a participação de Portugal assume o papel de sétimo lugar, segundo Pinto (2012).

A Força Aérea interveio em operações de cariz civil em zonas de conflito numa estratégia global, indo ao encontro do seu Conceito Estratégico de Defesa Nacional, participando em missões de paz e humanitárias no âmbito da ONU, da OTAN e da União Europeia, como é apontado por Moutinho (2012). Este autor salienta o papel relevante do TACP no planeamento e coordenação e controlo das missões e apoio ao comandante da força terrestre nas áreas de conflito. Do mesmo modo, é evidenciado o papel que a ISAF, a força especial da FAP adquiriu na OTAN, no que concerne a entrada por via aérea dos países no Afeganistão.

Atualmente, Portugal tem missões diárias, mensais e anuais que nos trazem reconhecimento e destaque positivo a nível da atuação em frente internacional. De facto, segundo Dias e Freire (2021), as Forças Armadas Portuguesas tem evidenciado uma boa capacidade de atuação em cenários complexos e perigosos, com distinção; a assunção de funções de comando; o reforço da imagem do país como nação que respeita a ética e os valores internacionais. De igual modo, a sua colaboração em missões da ONU e subsequente reconhecimento da sua importância tem permitido o retorno financeiro que é injetado no orçamento nacional para as forças nacionais destacadas.

O posicionamento geoestratégico e geopolítico de Portugal é reconhecido e a sua participação em operações de paz, em consonância com a afirmação e valorização do país em contexto multilateral conferem-lhe um papel importante nas relações internacionais, combinando competências relevantes de diplomacia com forças militares e evidenciando uma

imagem do país moderno que pretende assumir responsabilidades no panorama internacional. Assim, Portugal é chamado a intervir em algumas missões de foro internacional, dado o reconhecimento das suas competências por outros países, como referido por Barroso (2021).

Podemos, deste modo reafirmar que a sua participação em zonas de conflito é, de facto muito boa e como referia Moutinho (2012) este estatuto vem afirmar a posição estratégica e operacional portuguesa, internacionalmente.

No que concerne a nossa quinta hipótese de trabalho, que era verificar a posição estratégica dos militares nos campos de atuação para cumprimento da missão, esta foi considerada como muito boa para 53% dos inquiridos e boa para 34,8% dos mesmos. Apenas 7,6% dos inquiridos a consideraram suficiente e 4,5% não a consideraram suficiente.

Portugal, como refere Silva (2006), sempre afirmou a sua vontade de assumir uma posição ativa e militarmente forte na defesa coletiva da Aliança Atlântica, na *OTAN Response Force* (NRF). Participou com sucesso nos conflitos das nossas colónias do ultramar, nomeadamente Angola e Moçambique, integrando, em 1996, a *Implementation Force* (IFOR) da OTAN. Participou num teatro de operações hostil pela primeira vez, na Bósnia-Herzegovina.

Nos PALOP, Portugal beneficiando da sua posição euro-atlântica, procura consolidar a sua credibilidade externa, assumindo-se como um Estado-membro importante da UE e que, segundo Barroso (2021), pretende consolidar o seu papel no que respeita a segurança humana. Contudo, só em 1992, quando é assinado um acordo de paz, é que se determina a participação militar portuguesa para a defesa de Moçambique e criação de condições de segurança do país. Em Angola, segundo o referido por Silva (2006), Portugal intervém a nível diplomático e militar, segundo o determinado pela Comissão Conjunta Político-Militar em 1991/1992, assegurando a formação de Forças Armadas Angolanas pelos portugueses e criando um clima de confiança e amizade, ao nível militar entre os dois países. Foi criado o Departamento de Cooperação Técnico-Militar a fim de gerar uma cooperação entre Portugal e os PALOP, permitindo uma coordenação atualizada de ações para a definição do ordenamento jurídico e a organização da defesa nacional e das Forças Armadas, segundo o referido por Silva (2006). Desta forma, foram criadas as condições para uma formação superior de oficiais, sargentos, pilotos e técnicos da armada, o treino de forças especiais e de apoio e, igualmente o apoio às Forças Armadas, entre outros.

Em 2011, a FAP participa na operação *Ocean Shield* com a Esquadra 601 e o *Lockheed P-3Cup+* introduzindo, pela primeira vez, uma aeronave que permitia fazer patrulhamento e reconhecimento marítimo. A participação portuguesa destaca-se devido às capacidades da

aeronave que permitia ter acesso a informação que com outros meios não haviam conseguido, permitindo moldar o seu modo de atuação para um que se adaptasse à realidade. Esta operação tinha como principal objetivo combater a pirataria marítima no corno de África, em que a Somália é o centro do ataque dos piratas afetando a segurança das rotas comerciais marítimas importantes (Moutinho, 2012).

O panorama de teatros de operação de conflito mudou, passando de uma vertente de intervenção de combate corpo a corpo para uma intervenção centrada na atividade civil.

Surge, atualmente, um novo panorama de teatros de operações de conflito, em que já não se combate apenas corpo a corpo e armado, mas se intervém, maioritariamente, no aspeto da atividade civil. Assim, em consonância com o seu Conceito Estratégico de Defesa Nacional, Portugal vai participar em missões de paz e humanitárias no âmbito da ONU, da OTAN e da União Europeia, como mencionado por Moutinho (2012).

O papel de Portugal, através do TACP assume um papel de relevo nos teatros de operações, no aconselhamento ao comandante da força terrestre, participando no planeamento e realizando a coordenação e controlo das missões. Na ISAF, a força especial da FAP adquiriu já um relevo na OTAN, atuando como a entidade que permite a entrada por via aérea dos países no Afeganistão. Este estatuto vem afirmar a posição estratégica e operacional portuguesa, internacionalmente (Moutinho, 2012).

Segundo Dias e Freire (2021), a atuação dos militares portugueses nos campos de atuação em cumprimento da missão em cooperação com as organizações internacionais das quais faz parte, como a ONU ou a UE tem-lhe dado um destaque positivo no que concerne a atuação das suas Forças Armadas em cenários complexos e perigosos. Portugal é visto como um país que respeita a ética e os valores internacionais e que possui boas capacidades nas funções de comando.

Assim, tendo em conta a atuação dos nossos militares da Força Aérea portuguesa para cumprimento das missões, podemos destacar a sua participação na *United Nations Transitional Administration in East Timor* (UNTAET), de fevereiro a junho de 2000 e, conjuntamente com o C-130 na Austrália até julho de 2002, no transporte de pessoal e de equipamentos que eram usados nas missões levadas a cabo pela ONU. O *Alouette III*, destacado em Díli, estava encarregue do transporte *VIP*, Transporte Aéreo Tático (TAT), de efetuar evacuações médicas e aéreas em área de combate, Transporte Aéreo Geral (TAG), *Search And Rescue* (SAR) e, observação e monitorização de fogos. A aeronave e respetiva Esquadra 552 realizou, neste âmbito, a operação Cobra que foi criada para combater o terrorismo, estabelecendo uma parte

da Esquadra em Same e teve como missão o transporte sanitário do teatro de operações para o hospital de campanha, o TAT, o reconhecimento visual e transporte de militares em missões SAR.

Desde 2016, a OTAN iniciou a operação *Sea Guardian* dedicada à segurança marítima do Mediterrâneo que está a ser comandada pelo Comando Aliado marítimo em *Northwood* no Reino Unido e cuja missão é combater e evitar o terrorismo marítimo, impedindo o acesso dos terroristas a determinadas áreas. Para tal, é necessária a cooperação tanto de meios aéreos, como aquáticos e subaquáticos (NATO, 2023a).

No que concerne a defesa do espaço aéreo, desde novembro de 2007, quando Portugal participou pela primeira vez na operação *Baltics Air Policing* com a Esquadra 301 e os F-16, Portugal tem reforçado a defesa do seu espaço geográfico e a valorização da sua posição estratégica. Esta operação, referida por Moutinho (2012), é constante e visa assegurar e vigiar o espaço aéreo das zonas banhadas pelo Báltico e localizadas na zona da antiga União Soviética, zona que, apesar do final da Guerra Fria, tem gerado desconforto nos restantes países. A atual preocupação mundial com a Rússia é um assunto antigo para a OTAN que tem apostado em garantir a sua eficiência em operações de alta intensidade, em que as forças militares portuguesas realizam exercícios na região do Báltico, como a defesa do espaço aéreo na Polónia em que a FAP esteve até finais de janeiro de 2022, semanas antes do início do conflito na Ucrânia, como referido por Barroso (2021).

Em relação à realização de operações de paz, a nível da UE, salienta-se “a ambição e o esforço feito pelos governos portugueses nos últimos 20 anos” através “da multiplicidade das forças utilizadas, bem como a diversidades dos locais de sua projeção”, como referido já por Pinto (2012, p. 66). Como outras missões importantes, salienta-se a participação de Portugal na operação *EUNAVFOR MED IRINI*, na Líbia, iniciada a 31 de março de 2020, após a Conferência de Berlim de janeiro desse ano e prevista terminar a 31 de março de 2025. Esta operação tem como objetivo terminar a Guerra Civil Líbia. A intervenção conjuga meios aéreos, marítimos e por satélite, no treino da Marinha e a Guarda Costeira, a fim de combater o crime organizado, assim como a monitorização de informações sobre exportações de petróleo e produtos associados ilegais e trabalha para terminar com o tráfico humano e redes de tráfico (Fabaris SpA, 2020).

No que respeita a nossa sexta hipótese, dizendo respeito às limitações para a intervenção militar nacional e cuja variável seria a falta de recursos, as respostas dos inquiridos da nossa amostra foi coincidente com a variável prevista, isto é 48,5% respondeu que a principal

limitação era a falta de recursos humanos. Uma percentagem considerável, 34,8%, considerou como limitação a necessidade de reestruturação das Forças Armadas e infraestruturas. A falta de materiais e a necessidade de melhoramento de estratégias e técnicas militares foram apontadas como limitação para 6,1% dos inquiridos e apenas 4,5% considerou como limitação o alinhamento político. Desta forma, podemos considerar que as políticas sobre a qual assenta a ação e intervenção militar nacional se pode considerar a adequada e a necessidade de melhoramento das estratégias não é muito relevante. Por outro lado, é relevante o sentimento e o facto de que a falta de recursos humanos afeta a intervenção militar, Do mesmo modo a necessidade de reestruturação assim como as infraestruturas é, igualmente, um fator relevante.

Desta forma, podemos concluir que as estratégias são boas e o alinhamento político é bom, mas há falta de recursos humanos e infraestruturas para as pôr em prática, o que leva à necessidade de reestruturar as Forças Armadas.

As características dos teatros de operações em missões internacionais, além de ser uma perceção pessoal, são influenciados por vários fatores, como a natureza da missão, o contexto geopolítico, ou ainda o contexto histórico, sem esquecer as necessidades estratégicas.

Tendo em conta a falta de recursos humanos e de equipamentos, já referida em diferentes momentos deste trabalho, consideramos pertinente inquirir os militares da Força Aérea Portuguesa envolvidos em missões internacionais sobre a sua perceção das características do teatro de operações nos locais de intervenção (pergunta aberta 1).

Da análise de respostas obtidas, a mais relevante referida pelos inquiridos era a de um clima calmo (6), pacífico (5), estável (3) ou não hostil (3). Apenas 1 dos inquiridos considerou o clima hostil e um outro inquirido o considerou violento. Podemos inferir que este clima pode estar relacionado com a própria natureza das missões que a força aérea realiza, sendo estas na sua maioria de manutenção de paz, como definido pelo conceito Estratégico de Defesa Nacional, que abrange a sua participação em missões de paz e humanitárias no âmbito da ONU, da OTAN e da União Europeia (Moutinho, 2012).

No que concerne ao grau de risco sentido, 2 pessoas inquiridas consideram-no médio e 2 outras elevado. Tendo em conta que as missões podem ocorrer tanto em áreas de conflito ativo, como no caso de resgate de pessoas nas missões de restabelecimento de paz da OTAN, ou atualmente coma a preocupação mundial com a Rússia, referida já por Barroso (2021) e na qual a OTAN tem apostado em garantir a sua eficiência em operações de alta intensidade, em que as forças militares portuguesas realizam exercícios na região do Báltico.

Relativamente á nossa pergunta aberta número 2, dizendo respeito à perceção dos militares no contexto das missões, esta foi considerada muito positiva.

A perceção dos militares portugueses em contexto das missões é, como já referimos anteriormente, muito própria e um tema complexo, que envolve várias dimensões, como as características das missões, o contexto geopolítico, ou mesmo a maturidade, a finalidade da missão ou a capacidade de adaptação cultural e a sua preparação.

A nível nacional, as várias missões levadas a cabo pelos militares da força aérea são, muitas vezes, desconhecidas, daí o tema deste trabalho pretender elencar, com a despretensiosa intenção, a importância da sua intervenção em teatros de conflito.

A participação de Portugal nas missões internacionais para assegurar os compromissos do Estado no âmbito militar, incluindo missões humanitárias e de paz, segundo o Decreto-Lei n.º 184/2014, de 29 de dezembro, exige uma capacidade expedicionária nos diferentes teatros de operações, como referido por Oliveira (2010). Contudo, algo que influencia o desempenho dos militares é o orçamento reduzido que não permite a aquisição de recursos materiais ou o desenvolvimento de recursos humanos que vai interferir na resposta às necessidades atuais, ficando aquém das ambições nacionais, tal como refere Dias e Freire (2021).

Apesar destas limitações, as respostas dos inquiridos no que se refere à sua perceção da maturidade e modo de ação no contexto das missões é muito positiva, sendo considerada na sua globalidade boa ou muito boa.

No que se refere à maturidade, foi referido que os militares portugueses têm uma postura de coragem, respeito, responsabilidade e disponibilidade acima da média e são proativos, disponíveis e solidários. Contudo é, também, apontado que atualmente há um quadro de militares mais jovens muito imaturos preocupados com os benefícios e que há militares menos experientes em missões, devido à falta de efetivos nas forças armadas. De facto, como referido neste trabalho ao nível das limitações, a falta de militares no efetivo segundo João Cartaxo Alves, Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, "traduz-se numa sobrecarga das restantes pessoas, como mencionado por Veiga (2023) e tem também implicações nas missões que têm de ser cumpridas, sendo este um dos desafios da força aérea portuguesa neste momento.

Ao nível do modo de ação, os inquiridos foram, na sua globalidade, unânimes em considerar que os militares portugueses envolvidos nas missões evidenciaram conhecimentos sólidos e consolidados por uma boa experiência; como sendo muito profissionais e com bom sentido de missão; bem preparados e bem treinados. Há, porém, opiniões diversas de uma minoria dos inquiridos que refere que os militares portugueses estão bem preparados nas

missões de busca e salvamento, mas ao nível prático há falta de coordenação e de preparação. Esta situação, uma vez mais pode estar influenciada pela falta de efetivos e de recursos, de forma a conseguir um serviço militar mais completo e que responda às necessidades atuais, como referido por Dias & Freire (2021) ou ainda pela sobrecarga dos efetivos, como referido por Veiga (2023). Todavia, a participação da FAP em missões internacionais, como a OTAN, ONU e União Europeia, tem sido significativa nas últimas décadas e os militares portugueses são elogiados pelo seu comportamento e profissionalismo, havendo grandes expectativas nas novas leis de Programação Militar e de Infraestruturas Militares, que preveem investimentos de cinco mil milhões de euros até 2034, como referiu João Cartaxo Alves no discurso de Comemoração dos 71 anos da FAP (Veiga, 2023).

Relativamente ao respeito dos direitos humanos em relação às pessoas que intervêm nos conflitos, como foi inquirido na nossa terceira pergunta aberta, as respostas dos inquiridos foram maioritariamente positivas. Vinte e seis dos inquiridos responderam que sim, que eram respeitados, enquanto dez dos inquiridos respondeu que não. Alguns inquiridos responderam que não se aplicava às Missões em que tinham participado ou não sabiam.

Dos direitos humanitários mais referidos foram o do direito à vida e direito da liberdade, segurança e o direito de proteção das pessoas que não intervêm nos conflitos. É ainda, referido pelos inquiridos que “os portugueses são por norma cordiais e respeitosos”.

Porém, quando referido que os direitos humanitários não são respeitados, alguns dos inquiridos afirmaram que no “teatro real não há lei”, ou ainda a dificuldade das organizações como as Nações Unidas de intervirem na violação dos direitos humanos a risco da missão ser cancelada. É de salientar que, como referido, o conceito de direito humanitário ser “bastante díspar” a nível internacional, sobretudo em estados falhados ou autocráticos.

Assim, pela análise das respostas podemos inferir que os teatros de operações de conflito, tal como referido por Moutinho (2012) são teatros de intervenção maioritariamente no aspeto da vida civil, segundo os preceitos já estabelecidos pela Declaração de *Petersberg* de 1992 na qual se estipula que a intervenção dos países membros da União europeia Ocidental se revestem de um carácter humanitário, de evacuação de civis, de prevenção e manutenção da paz, na gestão de crises, de desarmamento e assistência militar e de estabilização no termo dos conflitos (EUR-Lex, s/d). Esta estratégia global para operar e atuar nos conflitos está na base do Conceito Estratégico de Defesa Nacional de Portugal e das suas missões humanitárias no âmbito da ONU, da OTAN e da União Europeia. De salientar que a posição estratégica euro-atlântica de Portugal tem favorecido o seu papel junto dos PALOP e tem possibilitado a sua

credibilidade externa como um Estado-membro importante da UE que pretende consolidar o seu papel no que respeita a segurança humana (Barroso, 2021).

Restringindo-nos à intervenção da Força Aérea Portuguesa, podemos referir que o poder aéreo português tem sido crucial, não só a nível da resolução dos conflitos armados como na estabilidade e manutenção da paz em áreas de crise, segurança interna dos estados e manutenção da paz em áreas de crise, como referido por (Araújo, 2011), assim, como na participação na segurança cooperativa, vigilância e controlo do espaço aéreo e do espaço interterritorial, assim como, na proteção e segurança dos seus cidadãos, como referido por (Moutinho, 2012). De facto, o contributo das missões internacionais da FAP tem sido muito relevante e reflete um compromisso para a paz, a segurança global e a defesa dos direitos humanos. No que diz respeito pelos direitos humanos, a FAP, ao participar nas missões segue os rigorosos padrões de direitos humanos e leis humanitárias Internacionais, em consonância com o carácter das suas missões, nomeadamente na colaboração na paz e segurança, importantes direitos humanos universais. A sua atuação é ainda regida pelas diretivas definidas pela Comissão Nacional. A atuação da FAP deve, ainda, cumprir as diretivas definidas pela Comissão Nacional para os Direitos Humanos, responsável por criar o Quadro Estratégico e os Planos de Ação da UE para os Direitos Humanos e Democracia (República Portuguesa, 2023) e as regras da Nações Unidas no que respeita aos direitos humanos cuja função principal é promover e assegurar o respeito dos direitos humanos (UN, 2008). A proteção dos direitos humanos, impõem-lhe na sua atuação o respeito pelos mesmos.

Do exposto, podemos inferir que o compromisso da FAP pelo respeito dos direitos humanos nas suas operações internacionais numa adesão aos valores fundamentais da dignidade humana e de justiça, coloca o nosso país como um interveniente importante no cenário internacional. Assim, o respeito pelos direitos humanos, apesar de ainda persistirem visões contraditórias, como as verificadas nos nossos inquiridos, está na base das missões humanitárias da FAP, nomeadamente no respeito pela segurança, pelo respeito à vida e à liberdade, tendo uma percentagem das respostas dos nossos inquiridos demonstrando que estão conscientes e empenhados no respeito por estes direitos.

Para concluir análise crítica deste trabalho de investigação, deparamo-nos com a nossa última pergunta, que consistia em saber se os nossos inquiridos consideravam que “Há alguma consideração prévia relativa às vítimas envolvidas nos conflitos?”.

Tendo em conta que estas considerações relativas às vítimas envolvidas estão indissociavelmente ligadas tanto ao carácter das missões que Portugal realiza, na sua maioria de

caráter humanitário, como ao respeito pelos direitos humanos, consideramos pertinente analisá-la de forma analítica, para em seguida tirarmos as nossas ilações.

Assim, para 13 dos inquiridos, estas considerações não se aplicam ou não sabem. Isto pode resultar de terem participado em missões sem envolvimento direto com vítimas de conflitos.

Para 10 dos nossos inquiridos não há considerações prévias em relação às vítimas envolvidas, referindo que não há formação relativa a esta componente ou a nível de defesa pessoal ou ainda de suporte de vida, segurança pessoal ou coletiva. Menciona-se, igualmente que se houvesse, certos conflitos não existiriam, por si mesmos. É referido, igualmente, que não houve qualquer sentimento de segurança e proteção, nomeadamente no que se refere mesmo aos militares envolvidos e que os ataques são normalmente indiscriminados.

Uma grande percentagem dos inquiridos (27%) considerou que havia considerações prévias em relação às vítimas envolvidas nos conflitos e que estas são dadas conforme o teatro de operações, sobretudo no que respeito ao direito à vida, embora nem sempre seja fácil de avaliar as vítimas indiretas do conflito, ou nem sempre ser possível de se confirmar a posição hostil se encontra livre de não combatentes e utilizando a força mínima necessária para neutralizar as ameaças.

Foi mencionada, igualmente, a necessidade de serem encontradas mais soluções por parte das organizações no que diz respeito a este assunto, pois por vezes os interesses políticos sobrepõem-se aos interesses humanitários de proteção.

Há consciência da existência de regras de empenhamento no que concerne as vítimas e uma vontade de fazer o bem e o apoio às pessoas e sobretudo a proteção das crianças e o respeito pela situação difícil que estas pessoas estão a enfrentar.

De salientar, que por um lado, existe uma forte consciência da necessidade de respeito pelas vítimas envolvidas, tendo em conta as considerações ROE a cumprir, ter uma preparação prévia para enfrentar a realidade com que podem deparar no terreno e a forma de atuação, porém esta preparação não é suficiente ou mesmo, referida como inexistente.

Refere-se que se deve evitar as vítimas civis, que é um dever prestar todo o apoio possível, no enquadramento da missão, contudo é referido, igualmente que há falta de respeito pelas normas internacionais ou preparação eficaz.

À luz destas respostas, recordamos (Cruz, 2014) que referia que Portugal é reconhecido como um país com militares com forte espírito de cumprimento do dever, que se conseguem abstrair da falta de investimento e representar a Nação com orgulho. O apoio

humanitário, o resgate de pessoas em perigo, o acolhimento de pessoas vítimas de conflitos armados, como refere (Serrano, 214) tem dado a Portugal um papel relevante na criação da ordem internacional. Este papel, como expresso na sua constituição atribui-lhe uma atuação colaborante com a ONU e a OTAN no desenvolvimento da paz e da justiça, como defende (Pinto, 2012). Este autor defende, ainda, que Portugal acredita na atuação dos seus militares como afirmação da sua política externa e como instrumento de cooperação e segurança internacional, salientando-se o poder aéreo português que desde o seu surgimento tem sido crucial na “resolução de conflitos armados, na estabilização e manutenção da paz em áreas de crise; na segurança interna dos Estados; na liberdade de comunicação dos espaços interterritoriais; na preservação dos recursos e dos espaços sob jurisdição nacional; na garantia do bem-estar e na preservação da vida das populações; e, também, no desenvolvimento económico das nações” (Araújo, 2011: 16).

Assim, podemos inferir, tal como referimos, anteriormente, que o próprio caráter das nossas missões, sendo este de caráter humanitário tem, impreterivelmente, em consideração as vítimas de conflitos. Esta linha de raciocínio está em consonância com o mencionado em algumas das respostas, como a existência de alguma preparação prévia relativa a este assunto, nomeadamente: a necessidade do respeito pelos direitos universais, com a vida, a segurança, a liberdade, as pessoas mais frágeis como as crianças, a ideologia religiosa, entre outros, que caracteriza o caráter de uma grande parte das missões da FAP, como o resgate de pessoas, a assistência humanitária e a colaboração com as organizações internacionais humanitárias.

Está, igualmente em consonância com o estipulado pelos padrões rigorosos de respeito pelos direitos humanos e leis humanitárias internacionais definidas pela Resolução do Conselho de Ministros e o seu Quadro estratégico e Planos de Ação da UE para os direitos humanos e, igualmente, pelas rigorosas regras de engajamento (ROE), elaboradas para minimizar danos colaterais e proteger as populações civis segundo a *Security Council resolution 1674 (2006) on the protection of civilians in armed conflict* (UN, 2008).

Além da obrigação do cumprimento destas regras, existem, mecanismos de monitorização para garantir o seu cumprimento e relatórios são elaborados para analisar o seu incumprimento (UE, 2022).

Podemos, assim, concluir que para o papel cada vez mais relevante que Portugal tem vindo a adquirir na esfera internacional no âmbito das suas missões tem contribuído a sua atuação de respeito pelos direitos internacionais e a sua colaboração na ordem internacional.

Contudo, salientamos que tal como foi referido há ainda muito a fazer no que respeita à preparação prévia para uma atuação mais eficaz em relação às vítimas dos conflitos

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação sobre a importância da Força Aérea Portuguesa nos teatros de operações de conflito, no séc. XXI teve como objetivo elencar o papel, quase sempre desconhecido por ter uma vertente, por um lado, de acesso restrito ao público em geral e pelo facto de estarmos inseridos num contexto de paz e ser subestimado, muitas vezes o papel das Forças Armadas Portuguesas e, mais em particular, o papel da Força Aérea Portuguesa, e, mais especificamente, na importância das missões que realiza e o seu papel nos teatros de operações de conflito. Por se tratar de uma investigação sobre uma realidade atual decorrente de todo um contexto histórico, considera-se necessário realizar uma pesquisa abrangente da nossa história militar para melhor explorarmos e darmos a entender o papel atual da FAP.

Assim, foi realizada uma investigação teórico-prática que se iniciou pela história do surgimento das FFAA em Portugal e o seu papel na política interna e externa e a evolução da aeronáutica em Portugal. Essa visita ao nosso passado histórico, mostrou-nos a importância das nossas Forças Armadas na luta pela nossa autonomia do Condado de Leão ou dos Muçulmanos, ou na manutenção do nosso território em África. Já mais recentemente, no século XX, o seu papel foi de destaque na I Guerra Mundial e, do mesmo modo, na Guerra do Ultramar. Com o clima de solidariedade e de paz, instalado na Europa após a II Guerra Mundial e o fim da Guerra Fria, Portugal alterou, tal como aconteceu a nível internacional, a sua intervenção militarmente ativa para uma intervenção focada na manutenção da paz, no respeito pelos direitos humanos, pelas minorias e pelo estado de direito, destacando-se em missões pós-conflito, em colaboração com organizações internacionais, como OTAN, a ONU e a UE em prol do restabelecimento e manutenção da paz.

No que concerne a importância das Forças Armadas na política interna e externa, podemos destacar o seu apelo na Revolução dos Cravos de 25 de abril de 1974 pelo seu papel destacado no movimento de derrube do sistema ditatorial e o de garantir a transição para um sistema democrático, assumindo, assim, um papel crucial tanto na defesa nacional como político. Este papel que foi progressivamente redefinido a partir da segunda metade dos anos 70 e ao longo dos anos 80, afastado da política e concentrado na defesa e segurança nacional, sobretudo a partir da adesão de Portugal à OTAN, em 1949, e tendo um papel mais ativo na política externa colaborando com organizações internacionais para dar resposta a ameaças globais. A presença militar em missões internacionais tem fortalecido a posição diplomática de relações e colaboração de Portugal no cenário internacional.

Contudo, foi evidente, que apesar desta importância, a FAP, em particular, debate-se atualmente com algumas limitações, como a falta de recursos humanos e estruturais, que

influenciam o seu desempenho. Contudo, estas limitações são, de certo modo, compensadas pelo forte espírito de patriotismo e de dever dos seus militares.

O estudo apresentado tentou complementar a pesquisa bibliográfica com um inquérito por questionário que viesse verificar os objetivos definidos inicialmente e as suas hipóteses. Foi possível determinar que todas hipóteses apresentadas inicialmente são válidas.

A primeira hipótese é, de facto, algo que atualmente, em Portugal, é muito importante devido à frágil condição política e social que se vive. Esta é uma condição que advém de já há alguns anos após a instauração da democracia. Nos dias de hoje, trabalhar para o Estado e mais especificamente para a FAP, representa um sentido de orgulho e patriotismo elevado acrescido ao fator da estabilidade. De facto, Portugal é reconhecido como um país com militares com forte espírito de missão e cumprimento do dever, o seu elevado conhecimento, grau de qualidade e competência. Estas qualidades estão intrínsecas nas expectativas iniciais dos militares para os quais, tanto a estabilidade de uma carreira segura como o cumprimento do sentido patriótico ou segurança do país, os fazem ultrapassar a desmotivação causada pela sobrecarga de tarefas devido à falta de recursos humanos ou a falta de equipamentos adequados que não permite uma intervenção como desejável nas missões que realizam.

Relativamente à segunda hipótese, a FAP trabalha essencialmente em contexto de vigilância e defesa do espaço aéreo, como podemos perceber no final do capítulo. 2.1., onde é contextualizado o panorama armado atualmente, quando abordamos as aeronaves e os tipos de missão de realizam. A FAP participa em inúmeras missões de vigilância e defesa do espaço aéreo com o P3 e o F-16M, em conjugação com a Marinha, no Mar Báltico na operação *Baltics Air Policing* na defesa do espaço geográfico europeu e em operações como o *Sea Guardian*, como mencionado nos capítulos 2.2 ou, ainda, com destacamentos aéreos na operação *FRONTEX*, realizando a vigilância e o controlo do espaço e fronteiras marinhas. Também no capítulo 3.1 consegue-se refletir a participação da FAP em contexto internacional, onde se destaca a missão MINUSCA da ONU, que confere a Portugal um destaque internacional. Desta forma e recorrendo a estes capítulos também é fácil concluir, tendo ainda em conta o inquérito realizado, que a principal abordagem adotada nas missões realizadas é a de cooperação. Como Portugal se encontra num período de paz, sem conflitos e, simultaneamente pertence a entidades como a OTAN e a UE, este fica obrigado a cooperar com os países-membros destas entidades e a atuar conforme o que as mesmas definem, assumindo ainda acordo bilaterais e multilaterais. O trabalho de país “cooperador” assume um relevo no que respeita às missões em que o país tem obrigatoriedade de participar. A sua cooperação com entidades internacionais exige uma

formação e treino que garantam a excelência da atuação célere, responsiva e flexível na força conjunta de comando e controlo da Força Aérea. De facto, a Força Aérea Portuguesa tem uma importância crucial na defesa mútua coletiva e na resposta a situações de crise.

Quanto ao seu grau de importância nos teatros de operações e a posição estratégica dos militares no campo de atuação, a FAP, apesar da escassez de recursos com que se depara, consegue destacar-se devido à sua formação de alto nível, obtendo papéis de destaque nas tomadas de decisão em teatros de operações, dos quais se pode referir a sua participação na KFOR, em missão de restabelecimento da paz, em 1999 e 2001; e a participação dos TACP, no âmbito do controlo aéreo, em treino de aeronaves e situações de ataque. De relevo foi igualmente o seu papel nas relações diplomáticas entre diversos países na Guerra do Afeganistão. Outra das suas missões importantes é a *EUNAVFOR MED IRINI*, na Líbia, na qual Portugal alia os seus meios marítimos e aéreos para terminar a Guerra Civil na Líbia. Por fim, destaca-se o papel da FAP na Cooperação no Domínio da Defesa na CPLP. O reconhecimento dos militares portugueses empenhados é feito regularmente internacionalmente e é percebido através dos exercícios internacionais que a OTAN realiza no país e pelos cargos que são adotados pelos portugueses nestas instituições. Podemos observar o caso recente da eleição de Marcos *Perestello*, deputado e vice-presidente da Comissão Portuguesa do Atlântico e da Assembleia da República, que foi eleito Presidente da Assembleia Parlamentar da OTAN no dia 25 de novembro de 2024.

De facto, o que fica a faltar à FAP é a modernização dos equipamentos e o recrutamento de mais militares. Esta hipótese foi apontada como o maior problema do ramo que acaba por impossibilitar o melhor desempenho das forças destacadas. Estas limitações que são significativas, limitam a prática de um desempenho de excelência, embora como sobejamente foi mencionado anteriormente, este seja altamente reconhecido. Traz, contudo, o sentimento de querer fazer mais e tentar fazer o melhor com o escaço que possuímos. Resta acreditar nos ventos de mudança que a aprovação de novas leis de programação militar possa trazer.

Durante a realização da pesquisa para este estudo, encontraram-se algumas adversidades, principalmente em encontrar documentação e relatórios, tanto da parte das Forças Armadas como do Ministério da Defesa Nacional, atualizada com os números reais das missões internacionais efetuadas no ano transato e no decorrer do ano atual, dos militares empenhados e das viaturas empenhadas. Ao se analisar o Relatório do terceiro trimestre de 2023 publicado pela República Portuguesa, apesar de nos serem informadas as quantidades de militares, por

género e mês, e viaturas empenhadas nesse ano, os tipos de missões e o âmbito das mesmas, não há dados exatos relativos a cada um dos ramos. Desta forma, o *Deployed National Forces 2022 – Contribution to international peace, security and stability* do EMGFA foi o relatório mais completo, especificado e recente que pôde ser usado como base para aproximação dos números atuais.

Também se sentiu alguma dificuldade em ter resposta às questões mais complexas do questionário, ficando a nota que, para questionar militares sobre questões mais sensíveis sobre as missões realizadas, seria melhor adotar um inquérito de escolha múltipla ao invés de um questionário híbrida com respostas abertas e/ou descritivas. Notou-se o desconforto que os mesmos sentiram ao descrever os ambientes mais conflituosos que viveram e os tipos de missão que desenvolverem.

Outra dificuldade que se considera pertinente foi a de encontrar bibliografia recente sobre a história e, também, em relação às missões mais recentes, pelo que o presente trabalho se reveste de maior importância.

Como proposta a estudos futuros, sugeria-se restringir mais o grupo de estudo a uma tipologia específica de missão e talvez a adoção de um estágio integrada ao invés só do estudo, para se poder viver a realidade, podendo a opinião do discente ser mais imersiva e contextualizada no ambiente militar. Também seria interessante explorar a questão dos recursos, humanos e materiais, o trabalho que a FAP tem desenvolvido para melhorar as condições dos militares, aumentar o recrutamento e atualizar o ramo a nível de que equipamentos. Deixa-se, ainda, a sugestão de fazer um estudo sobre as forças especiais portuguesas, uma vez que são estas que têm uma maior representatividade nas missões internacionais e um desempenho reconhecido pelas forças de intervenção estrangeira. Por último, sugeria-se, também, um estudo sobre o papel da FAP na proteção do espaço aéreo nacional em conjugação com a Armada, o Exército e as Nações europeias em detrimento da proteção dos Estados e conjuntura política.

Considera-se que a presente dissertação se reveste de grande importância para a construção de uma visão mais lúcida da realidade que constitui ser militar nos nossos dias, desconstruindo a visão simplista bastante generalizada do papel pouco relevante das Forças Armadas Portuguesas, em particular da intervenção da Força Aérea Portuguesa, quiçá resultado duma narrativa voltada para o nosso passado histórico e estoico que desvanece a sua relevância atual.

Este trabalho granjeia de importância ao realizar uma envoltura abrangente a nível histórico para uma melhor compreensão da realidade atual, facto que apercebemos ao longo da sua realização não ter sido feito e que constituiu, por si mesmo, uma das limitações para a obtenção de uma visão abrangente da realidade e importância militar portuguesa. Relevando a desconhecida existência de trabalhos realizados de cariz semelhante.

Tendo em conta a intenção inicial de evidenciar a importância da existência das Forças Armadas Portuguesas e, em particular, da Força Aérea, podemos concluir este trabalho com a satisfação de termos abordado o trabalho estoico de militares, que tantas vezes se debatem contra a falta de meios humanos e estruturais, levando a cabo objetivos de missões de construção e manutenção da paz, de resgate e salvamento, de relações internacionais e diplomáticas que conferem a Portugal um reconhecimento importante na esfera internacional.

BIBLIOGRAFIA

Alves, L. (1991). *Participação portuguesa na guerra do Golfo*, (online). Recuperado de <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/participacao-portuguesa-na-guerra-do-golfo/>.

Araújo, L. E. E. de. (2011). Prefácio. In Santos, E. S. dos, *Poder Aéreo: sua evolução e influência na Estratégia*. Parede: Tribuna da História. Ch. Prefácio. pp.15-18.

Barroso, L. (2021). As “novas operações de apoio à paz”: oportunidade e desafios para Portugal. *OBSERVARE - JANUS 2020-2021 – As relações internacionais em contexto de pandemia*, 20, 12-13, (online). Recuperado de https://repositorio.ual.pt/bitstream/11144/4909/1/Janus_20_1_02_LB.pdf.

Carreiras, H. (2013). Mulheres, direitos e eficácia militar: O estado de debate. *Revista Militar*, 2563, 477-495, (online). Recuperado de <http://www.revistamilitar.pt/artigopdf/826>.

Catarino, M. (2021). *Grandes operações da Guerra Colonial: Angola, Guiné, Moçambique*. Lisboa: Cofina Media Books.

Cruz, S. (2024). *A participação de Portugal em missões internacionais como eixo de política externa*. Observatório Político, Working Paper #123, (online). Recuperado de http://www.observatoriopolitico.pt/wp-content/uploads/2024/06/7.-Fevereiro-2024_WP-123-Sara-Cruz.pdf.

Cruz, J. (2014). *O processo de paz no Kosovo: Perceções dos militares no exército português no Teatro de Operações*. Lisboa: Universidade Aberta.

Cunha, M. (1975). *Radiografia Militar*. Lisboa: Editorial O Século.

Defesa Nacional. (2023). *Aprovados quadros permanentes da categoria de Praças no Exército e na Força Aérea*, (online). Recuperado de <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc23/comunicacao/noticia?i=aprovados-quadros-permanentes-da-categoria-de-pracas-no-exercito-e-na-forca-aerea>.

Defesa Nacional. (2016). *Presença feminina nas forças armadas em números*, (online). Recuperado de https://www.defesa.gov.pt/pt/comunicacao/noticias/Documents/20160307_Mulheres_nas_FA_em_n%C3%BAmoros.pdf.

DGPDN (2024). *Relatório, Participação de Militares Portugueses em Missões Internacionais – 4.º trimestre 2023* (online). Recuperado de https://www.defesa.gov.pt/pt/comunicacao/documentos/Lists/PDEFINTER_DocumentoLookupList/20240123-Relatorio_Envolverimento-militares-exterior_4TRI-2023.pdf.

DGPDN (2023). *A participação de militares portugueses em missões internacionais, Relatório Anual 2022*. Lisboa: Ministério da Defesa Nacional.

Dias, V. A. & Freire, M. R. (2021). *A participação de Portugal em missões internacionais e a concretização do interesse nacional: Tendências, retorno político e recomendações*. Lisboa: Instituto da Defesa Nacional E-briefing Papers.

Diniz, M. & Proença, L. (2012). *P2V-5 “Neptune” muito mais do que um avião de luta anti-submarina, Nº 4711, muito mais do que um avião de luta anti-submarina, 1.ª parte*, (online). Recuperado de https://www.museudoar.pt/conteudos/galeria/p2v-5-4711-i-parte-para-museu-marjun2012_652.pdf.

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional - DGRPN. (2022). *Relatório de Atividades 2021 da DGRDN*. Lisboa: Ministério da Defesa Nacional.

EMGFA - Estado-Maior-General das Forças Armadas. (2024). *Forças Armadas empenharam 4 433 militares em 24 missões internacionais em 2023*, (online). Recuperado de <https://www.emgfa.pt/pt/comunicacao/noticias/Paginas/faempenharammmmi23.aspx>.

EMGFA - Estado-Maior-General das Forças Armadas. (2023). *Diretiva Estratégica do Estado-Maior-General das Forças Armadas 2023-2026*, (online). Recuperado de <https://www.emgfa.pt/pt/quem-somos/Documents/2023%20DEEMGFA%2023-26.pdf>.

EMGFA - Portuguese Armed Forces General Staff. (2022). *Deployed National Forces 2022: Contribution to international peace, security and stability*, (online). Recuperado de <https://www.emgfa.pt>.

Escola Nacional de Bombeiros. (s/d). *Parcerias*, (online). Recuperado de <https://www.enb.pt/publicacao.php?id=35&bloco=1022&bloco=83>.

EUR-Lex (s/d). *Missões de Petersberg*, (online). Recuperado de <https://eur-lex.europa.eu/PT/legal-content/glossary/petersberg-tasks.html>.

EuroDefense-Portugal. (2020). *Cooperação Portugal/CPLP nos domínios da Segurança e Defesa*, (online). Recuperado de <https://eurodefense.pt/cooperacao-portugal-cplp-nos-dominios-da-seguranca-e-defesa/>.

Exército. (2022). *9 Séculos de História*, (online). Recuperado de <https://www.exercito.pt/pt/quem-somos/historia>.

Fabaris SpA (2020). *EUNAVFOR MED operation IRINI: about us*, (online). Recuperado de <https://www.operationirini.eu/about-us/>.

FAP (2024a). *Missão e Organização da Força Aérea*, (online). Recuperado de <https://recrutamentomilitar.bud.gov.pt/missao-e-organizacao-da-forca-aerea>.

FAP (2024b). *Ministro da Defesa destaca importância dos militares* (online). Recuperado de <https://www.emfa.pt/noticia-4710-ministro-da-defesa-destaca-importancia-dos-militares>.

FAP (2024c). *Assinado contrato de aquisição de aviões bombardeiros*, (online). Recuperado de <https://www.emfa.pt/noticia-4699-avioes-bombardeiros-entregues-a-forca-aerea>.

FAP (2024d). *Lockheed Martin F-16 AM*, (online). Recuperado de <https://www.emfa.pt/aeronave-18-lockheed-martin-f16-am>.

FAP (2024e). *Lockheed P-3C CUP+ Orion* (online). Recuperado de <https://www.emfa.pt/aeronave-15-lockheed-p3c-cup-orion>.

FAP (2024f). *EADS C-295M* (online). Recuperado de <https://www.emfa.pt/aeronave-19-eads-c295m>.

FAP (2024g). *Lockheed C-130H* (online). Recuperado de <https://www.emfa.pt/aeronave-2-lockheed-c130-h-h30-hercules>.

FAP (2024h). *KC-390* (online). Recuperado de <https://www.emfa.pt/aeronave-81-kc390>.

FAP (2024i). *Marcel-Dassault Falcon 50* (online). Recuperado de <https://www.emfa.pt/aeronave-12-marceldassault-falcon-50>.

FAP (2024j). *Falcon 50* (online). Recuperado de <https://www.emfa.pt/p-1309-falcon-50>.

FAP (2024k). *Plano Setorial da Força Aérea para a Igualdade de Género*, (online). Recuperado de <https://www.emfa.pt/paginas/fap/ficheiros/informação%20legal/Plano%20Setorial%20da%20Força%20Aérea%20para%20a%20Igualdade%20de%20Género.pdf>.

FAP (2023). *Um ano de missões dedicadas ao país*, (online). Recuperado de <https://www.emfa.pt/noticia-4468-2023-um-ano-de-missoes-dedicadas-ao-pais>.

FAP (2022). *Força Aérea adquire novos meios para combate a incêndios rurais*, (online). Recuperado de <https://www.emfa.pt/noticia-3862-forca-aerea-adquire-novos-meios-para-combate-a-incendios-rurais>.

Ferreira, J. J. B. (2019). Portugal e a NATO: breve ponto de situação. *Revista Militar*, 2607, 477-493, (online). Recuperado de <https://www.revistamilitar.pt/artigo/1425>.

Fraga, L. M. A. de (2001). Súmula histórica das aviações militares da Força Aérea de Portugal. *Revista Militar*, 1-39, (online). Recuperado de

<https://repositorio.ual.pt/bitstream/11144/652/1/História%20da%20Aviação%20e%20da%20Força%20Aérea%20-%202004%20-%20Revista%20Militar%20-%20Repositório.pdf>.

Garcia, G. (2022). *Modelo de análise da participação em missões no âmbito das Forças Nacionais Destacadas*, (Trabalho de Investigação Individual do CPOG 2021/2022, Instituto Universitário Militar), (online). Recuperado de https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/42401/1/Lopes%20Garcia_MODELO%20DE%20ANÁLISE%20DA%20PARTICIPAÇÃO%20EM%20MISSÕES%20NO%20ÂMBITO%20DA%20FND.pdf.

Gil, A. (2017). *Imigração e Direitos Humanos*. Vila Franca de Xira: Petrony Editora.

Governo de Portugal. (2013). *Conceito estratégico de defesa nacional* (online). Recuperado de https://www.defesa.gov.pt/pt/comunicacao/documentos/Lists/PDEFINTER_DocumentoLookupList/Conceito-Estrategico-de-Defesa-Nacional.pdf.

Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I.P. (IMT). (2024). *Transporte de Mercadorias Perigosas*, (online). Recuperado de <https://www.imt-ip.pt/sites/IMTT/Portugues/TransportesRodoviaros/TransporteMercadoriasPerigosas/Paginas/TransporteMercadoriasPerigosas.aspx>.

Janus. (2005). A guerra e a paz nos nossos dias: Missões de paz da ONU e participação portuguesa. *JANUS: Anuário de Relações Internacionais*, (online). Recuperado de <http://www.janusonline.pt/arquivo/2005/2005.html>.

Ministério dos Negócios Estrangeiros (2018). *Intervenção do Vice-Presidente da CNDH no Seminário Evocativo dos 70 anos da DUDH e dos 40 anos CEDH, no Instituto Superior de Ciências Políticas e Administração Interna* (online). Recuperado de https://direitoshumanos.mne.gov.pt/images/documentacao/intervencoes_nacionais/i_-_seminario_evocativo_dos_70_anos_dudh_e_dos_40_anos_cedh_-_mai.pdf.

Monteiro, J. F. (2023). A evolução da Política de Defesa Nacional em Portugal. *Revista Militar*, 2657/2658, 501-523.

Morais, P. S. (2019). *Dinâmicas de género num contexto profissional masculino: o caso da Força Aérea Portuguesa* (Dissertação de mestrado, Iscte - Instituto Universitário de Lisboa), (online). Recuperado de Repositório do Iscte. <http://hdl.handle.net/10071/19728>.

Moutinho, P. J. F. (2012). *O poder aéreo na conflitualidade contemporânea: Tendências*, (Trabalho de Investigação Individual do Curso de Estado-Maior Conjunto 2011/2012, Instituto de Estudos Superiores Militares), (online). Recuperado de <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/10032/1/MAJ%20Ferreira%20Moutinho.pdf>.

Nogueira, J. R. R. (2014). A importância estratégica do espaço para a segurança e defesa: a NATO e a União Europeia. *Revista de Ciências Militares*, II(2), pp. 267-291.

NATO (2024). *NATO's role in Kosovo*, (online). Recuperado de https://www.nato.int/cps/en/natohq/topics_48818.htm.

NATO (2023a). *Operation sea guardian*, (online). Recuperado de https://www.nato.int/cps/en/natohq/topics_136233.htm.

NATO (2023b). *IMS Office of the Gender Advisor*, (online). Recuperado de https://www.nato.int/cps/en/natohq/topics_101372.htm.

NATO. (2020). *Resolute Support Mission (RSM): Key Facts and Figures*, (online). Recuperado de https://www.nato.int/nato_static_fl2014/assets/pdf/2021/2/pdf/2021-02-RSM-Placemat.pdf.

NATO. (s/d). *AIRCOM - ALLIED AIR COMMAND*, (online). Recuperado de <https://ac.nato.int/missions>.

Oliveira, J. G. (2016). O programa de sistemas aéreos não tripulados da Força Aérea Portuguesa com alicerce da capacidade aérea não tripulada nacional. *Proelium VII*(11), 57 – 101,

(online). Recuperado de <file:///C:/Users/User/Downloads/11894-Texto%20do%20Trabalho-35283-1-10-20170422.pdf>.

Oliveira, D. M. D. de (2010). *A capacidade expedicionária portuguesa – do mito à realidade*, (Trabalho de investigação individual do curso de Promoção a Oficial Superior, Instituto de Estudos Superiores Militares), (online). Recuperado de <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/12691/1/CTEN%20Grad%20SEH%20Dinis%20Oliveira.pdf>.

ONU (2017). *Missões da ONU fundamentais para paz em África, diz embaixador português*, (online). Recuperado de <https://news.un.org/pt/story/2017/06/1587331>.

Perdigão, R. (2010). *O Papel das Mulheres no Processo de Manutenção de Paz no Teatro de Operações do Afeganistão*. (Pós-Graduação em Direitos Humanos, Faculdade de Direito, Universidade de Coimbra), (online). Recuperado de <https://www.igc.fd.uc.pt/data/fileBIB201782312250.pdf>.

Pinto, M. do C. (2012). Portugal: a participação em missões de paz como factor de credibilização externa. *JANUS.NET e-journal of International Relations*, 3(1), 66-78, (online). Recuperado de http://observare.ual.pt/janus.net/images/stories/PDF/vol3_n1/pt/pt_vol3_n1_art3.pdf.

Priberam Dicionário (2023), (online). Recuperado de <https://dicionario.priberam.org/Aerosteiro>.

República Portuguesa. (2023). *Comissão Nacional para os Direitos Humanos - Missão, Competências e Composição*, (online). Recuperado de <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc23/area-de-governo/negocios-estrangeiros/informacao-adicional/-comissao-nacional-para-os-direitos-humanos.aspx>.

Ribeiro, A. S. (2010). Planeamento Estratégico e de Forças Processo da LDN e da LOBOFA, *Temas e Reflexões*, (8), 1-25, (online). Recuperado de <https://www.marinha.pt/pt/a-marinha/estudos-e-reflexoes/temas-e-reflexoes/Documents/em-TEMAS-N8.pdf>.

Ribeiro, A. S. (2006). Planeamento Estratégico e de Forças. *Revista Militar*, 2457, 1019-1034, (online). Recuperado de <https://www.revistamilitar.pt/artigo/136>.

Rodrigues, I.; Lázaro, C.; & Marques, M. Â. (2022). *Centenário da primeira travessia aérea do Atlântico Sul*. SIcNotícias, (online). Recuperada de <https://sicnoticias.pt/pais/2022-06-17-Centenario-da-primeira-travessia-aerea-do-Atlantico-Sul-ff0cdddd>.

Rodrigues, M. M. S. (1972). Cinquentenário da I Travessia Aérea do Atlântico-Sul. Por Gago Coutinho e Sacadura Cabral (1922-1972). *Revista Militar*, 6, 270-286. Em: *Revista Militar*. 2644, 459-470, (online). Recuperado de <https://www.revistamilitar.pt/artigo/1642>.

Santos, S. S. dos. (2021). *O contributo do Instituto da Defesa Nacional para as missões internacionais para as forças armadas portuguesas*, (Dissertação de Mestrado, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa), (online). Recuperada de <https://run.unl.pt/bitstream/10362/121644/1/Relat%C3%B3rio%20de%20Est%C3%A1gio%20Sara%20Santos%2057814.pdf>.

Santos, V. M. dos. (2011). *A indústria de defesa como componente da estratégia genética nacional (1994-2010)*. (Dissertação de Mestrado, ISCTE, Instituto Universitário de Lisboa), (online). Recuperada de <https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/4589/1/DISSERTA%C3%87%C3%83O.pdf>.

Serrano, P. (2014). *A logística multinacional em teatros de operações. O caso da NATO*. Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa.

Silva, J. G. da & Caseiro, I. B. (2021). As Forças Armadas Portuguesas na República Centro-Africana. *EuroDefense-Portugal, Reflexões EDJ*, (online). Recuperado de <https://eurodefense.pt/as-forcas-armadas-portuguesas-na-republica-centro-africana/>.

Silva, J. J. da. (2006). *As Forças Armadas como instrumento da política externa portuguesa no actual contexto internacional*. (Trabalho Individual de Longa Duração, Curso de Promoção a Oficial General, Instituto de Estudos Superiores Militares), (online). Recuperado de

<https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/12278/1/13%20-%20COR%20Jesus%20Silva.pdf>.

UE. (2022). *Relatório sobre a situação dos direitos fundamentais na União Europeia em 2020 e 2021*, (online). Recuperado de https://www.europarl.europa.eu/doceo/document/A-9-2022-0224_PT.html.

UN (2008). *Luta contra o abuso de crianças em linha – acordo informal com o Parlamento Europeu sobre regras temporárias*, (online). Recuperado de <https://peacekeeping.un.org/en/promoting-human-rights>.

UN (s/d). *Promoting Human Rights*, (online). Recuperado de <https://peacekeeping.un.org/en/promoting-human-rights>.

Vaz, M. do R. (1998). Conceito estratégico de defesa nacional, lei da programação militar. *Janus Suplemento Especial Forças Armadas*, (online). Recuperado de https://www.janusonline.pt/arquivo/1998fa/1998fa_2_7.html.

Vaz, M. do R. (1993). Acerca do Conceito Estratégico de Defesa Nacional – Dos anos 60 à actualidade. *Nação e Defesa, ano XVIII-* (67), 49 - 70.

Veiga, N. (2023). *Força Aérea Portuguesa precisa de mais 1.400 militares, diz chefe do Estado-Maior*, (online). Recuperado de <https://observador.pt/2023/07/01/forca-aerea-portuguesa-precisa-de-mais-1-400-militares-diz-chefe-do-estado-maior/>.

Legislação

Constituição da República Portuguesa - VII Revisão Constitucional (C.R.P.). (2005). <https://www.parlamento.pt/Legislacao/Documents/constpt2005.pdf>

Decreto-Lei n.º 184/2014, de 29 de dezembro. Diário da República n.º 250/2014, Série I de 2014-12-29. <https://dre.pt/dre/detalhe/decreto-lei/184-2014-65983261>

Decreto-Lei 400/74, de 29 de agosto. Diário da República n.º 201/1974, Série I de 1974-08-29. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/400-474321>

Lei Orgânica n.º 1-A/2009, de 7 de julho. Diário da República n.º 129/2009, 1º Suplemento, Série I de 2009-07-07. <https://dre.pt/dre/legislacao-consolidada/lei-organica/2009-72981157>

Lei n.º 31-A/2009, de 7 de Julho. Diário da República, I Série - n.º 129/2009. <https://www.idn.gov.pt/pt/formacao/educacao/recursos/Documents/Defesa%20Nacional%20e%20Seguran%C3%A7a%20Internacional/lei%20de%20defesa%20nacional%20de%202009.pdf>

Lei n.º 29/82, de 11 de dezembro. Diário da República, I Série - n.º 285/1982. <https://files.dre.pt/1s/1982/12/28500/40634079.pdf>

Lei n.º 3/74, de 14 de maio. Diário da República, I Série – n.º 112/1974. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/3-1974-623395>

Portaria 946/98, de 31 de outubro. Diário da República n.º 252/1998, Série I-B de 1998-10-31, <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/portaria/946-222776>

Resolução do Conselho de Ministros n.º 174/2024, de 3 de dezembro. Diário da República n.º 234/2024, I Série. <https://files.diariodarepublica.pt/1s/2024/12/23400/0021900221.pdf>

Resolução do Conselho de Ministros n.º 27/2010, de 8 de abril. Diário da República n.º 68, I Série. https://direitoshumanos.mne.gov.pt/images/regulamento/rcm_27_2010_cndh.pdf

Resolução do Conselho de Ministros, n.º 10/85, de 20 de fevereiro. Diário da República n.º 42, I Série. <https://files.dre.pt/1s/1985/02/04200/03770380.pdf>

ANEXOS

ANEXO I: APRESENTAÇÃO DO INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO

O presente questionário destina-se a militares da **Força Aérea**, e insere-se no âmbito de uma dissertação de Mestrado em Diplomacia e Relações Internacionais, da Universidade Lusófona e será apenas usado para este fim. Tem como objetivo perceber a realidade militar portuguesa, o que envolve ser militar e os tipos de missões realizadas diária e esporadicamente, tanto interna como externamente, com especial enfoque na Força Aérea Portuguesa.

Este questionário apresenta-se dividido em duas partes. Na primeira, deverá responder a elementos sobre a sua situação pessoal. Na segunda, deverá responder a cada pergunta da melhor e mais completa forma possível.

Não há respostas certas ou erradas às questões que lhe são postas. O que conta é a sua experiência sobre o tema em questão.

Pedimos a sua colaboração, lembrando-lhe que o questionário é totalmente confidencial e visa unicamente o tratamento de dados.

Obrigada pelo tempo e atenção dispensados.

Diana Correia Díaz

ANEXO II: QUESTIONÁRIO

PARTE I: Dados Sociodemográficos

POSTO:

ESPECIALIDADE:

ANTIGUIDADE (ANOS):

REGIME:

☐

Contrato

☐

Quadros permanentes

GÉNERO:

☐

Feminino

☐

Masculino

IDADE:

☐

18 - 25

☐

26 - 35

☐

36 ou mais

EXPECTATIVAS INICIAIS DE ENTRADA:

☐

Ter uma carreira estável

☐

Contribuir para a segurança do país/sentido patriótico

☐

Desenvolvimento de capacidades como a disciplina, camaradagem e respeito

☐

Antecedentes familiares

☐

Outra: _____

PARTE II: Questionário

1. Qual o carácter das missões que já realizou?

☐

Vigilância/defesa do espaço aéreo

☐

Ajuda humanitária

☐

Cooperação em conflitos armados

☐

Transporte de órgãos

☐

Transporte urgente de doentes

☐

Busca e salvamento

☐

Patrulhamento marítimo

☐

Formação

2. Como caracteriza o teatro de operações nesse(s) local/locais?

R: _____

3. Qual a abordagem que considera mais adequada a adotar perante as missões?

- ☐ Cooperação
- ☐ Defesa
- ☐ Retaliação
- ☐ Proteção

4. Qual é a sua opinião relativamente à perceção dos militares portugueses nesse contexto (maturidade e modo de ação)?

R: _____

5. Qual a importância que atribui à Força Aérea nacional nos teatros de operações?

- ☐ Muito boa
- ☐ Boa
- ☐ Suficiente
- ☐ Insuficiente

6. Como considera a posição estratégica dos nossos militares nos campos de atuação para cumprimento da missão?

- ☐ Muito boa
- ☐ Boa
- ☐ Suficiente
- ☐ Insuficiente

7. Considera que os direitos internacionais humanitários relativos às pessoas que não intervêm nos conflitos são respeitados? Se sim, pode mencionar quais?

R: _____

8. Há alguma consideração prévia relativa às vítimas envolvidas nos conflitos? Se sim, quais? Se não, porquê?

R: _____

9. Quais são as limitações que a intervenção militar nacional enfrenta?

☐

Falta de recursos humanos

☐

Falta de recursos materiais

☐

Necessidade de melhoramento de estratégias e técnicas militares

☐

Necessidade de reestruturação das Forças Armadas e infraestruturas

☐

Carência de fundos monetários

ANEXO III: METODOLOGIA

3.1 OBJETIVOS DE ESTUDO

3.1.1 OBJETIVO GERAL

Perceber a realidade militar portuguesa, o que envolve ser militar e os tipos de missões realizadas diária e esporadicamente, tanto interna como externamente, com especial enfoque na FA.

3.1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Com este estudo pretende-se atingir os seguintes objetivos:

- Verificar quais as expectativas iniciais para ingressar na Força Aérea.
- Descrever o tipo de missões realizadas.
- Verificar quais as abordagens mais adequadas e a adotar nas missões.
- Verificar a importância da Força Aérea no Teatro das operações.
- Verificar a posição estratégica dos militares nos campos de atuação para cumprimento da missão.
- Analisar as limitações para a intervenção militar nacional.

3.2 HIPÓTESES E VARIÁVEIS

3.2.1 FORMULAÇÃO DE HIPÓTESES

Assim, de acordo com a problemática em estudo e com os objetivos definidos, consideram-se como hipóteses:

- A principal expectativa inicial dos militares quando ingressam na Força Aérea é ter uma carreira profissional estável.
- A maioria das missões realizadas são as de natureza vigilância/defesa do espaço aéreo.
- A principal abordagem a adotar nas missões é a de cooperação.
- No teatro das operações, a FA representa um grau de importância muito bom.
- A posição estratégica dos militares no campo de atuação para o cumprimento da missão é muito boa.
- As principais limitações para intervenção militar é a falta de recursos humanos.

3.2.2 DEFINIÇÃO DE VARIÁVEIS

As variáveis são fatores que podem influenciar este estudo, permitir clarificar o objeto de estudo e explicitar as hipóteses.

Assim, como limitações ao estudo apresentam-se como variáveis independentes: posto, especialidade, antiguidade, regime, género, idade e expectativas iniciais de entrada. Estas podem influenciar a variável dependente que se baseia na realidade militar portuguesa dos tipos de missões realizadas.

3.3 AMOSTRA

Em função do tema em estudo e dos objetivos delineados no mesmo, esta dissertação tem como público-alvo os militares da FAP que realizaram missões, quer em Portugal, quer internacionalmente.

A amostra em estudo engloba um conjunto de requisitos considerados suficientemente abrangentes para o estudo, uma vez que incorpora características e experiências distintas, pertencentes aos militares dos Quadros Permanentes e com Contrato.

Foram entregues 100 questionários aos militares da FAP na Base aérea n.º 11.

A amostra resume-se aos questionários válidos que foram entregues (66), verificando-se na figura 1 a sua distribuição por género. Verifica-se que a maioria dos inquiridos são do género masculino, 59 (89,4%), e 7 do género feminino (10,6%).

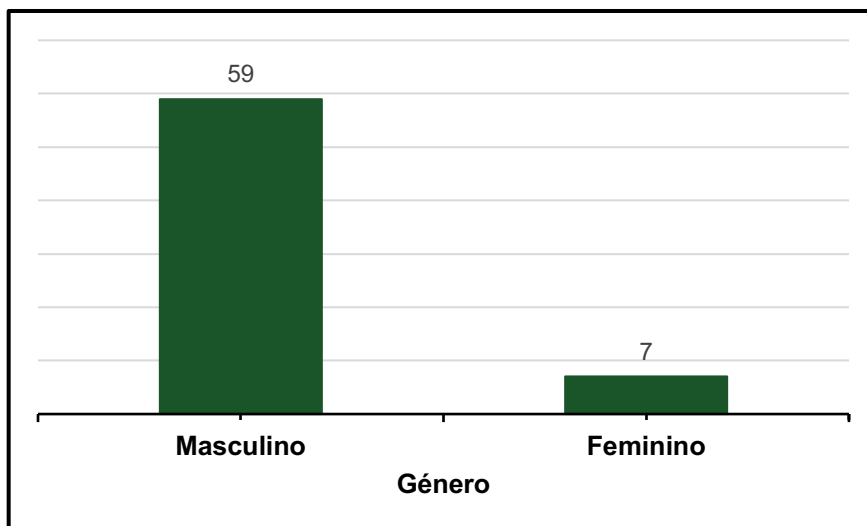


Figura 1 - Número dos inquiridos por género.

Em termos de idades, é importante referir que agrupamos as mesmas por intervalos, por forma facilitar a comparação entre as variáveis. Assim, podemos verificar na figura 2 que, no total e na sua maioria, os inquiridos têm idades compreendidas entre os 36 ou mais anos,

sendo que 35 são do género masculino e 3 do género feminino que correspondem a 57,6% da população inquirida.

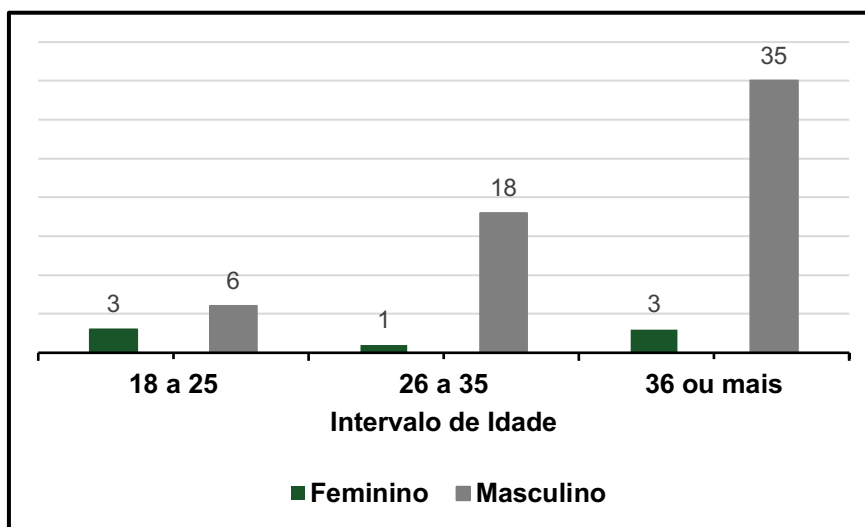


Figura 2 - Intervalo de idades dos inquiridos por género.

Também no que respeita à antiguidade dos militares inquiridos decidimos balizar a experiência profissional. Assim, observa-se através da figura 3, que a maioria dos militares trabalha na FAP até 10 anos e há mais de 20 anos. Importa salientar que de estes inquiridos e que trabalham há mais de 20 anos, 37,9% são do género masculino e 1,5% são do género feminino. No caso dos que trabalham até 10 anos, 33,3% são do género masculino e 6,1% são do género feminino.

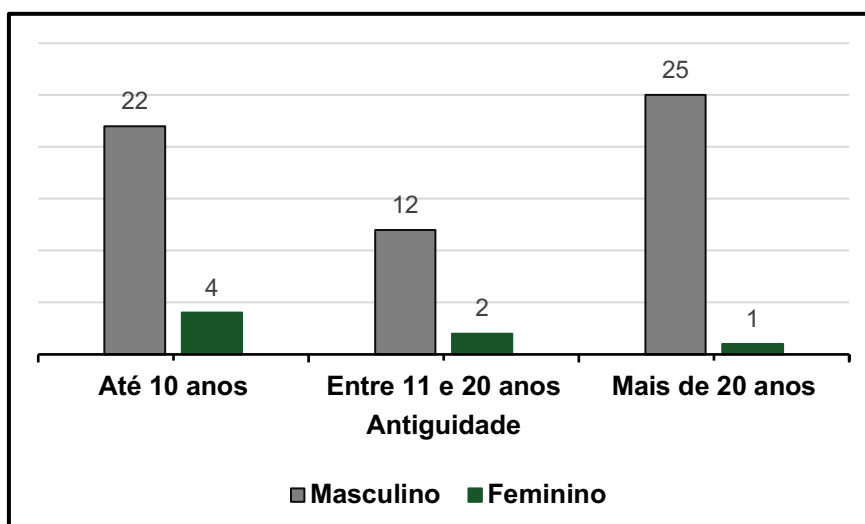


Figura 3 - Antiguidade dos inquiridos por género.

Em análise à figura 4, o Posto que ocupam, verificamos que a maioria dos militares tem como mais representativos o 1SAR, correspondendo 24,2% ao género masculino e nenhum

do género feminino, 16,7% 2SAR, dos quais 13,6% ao género masculino e 3% ao género feminino, e 15,2% corresponde ao total dos militares do género masculino. Porém, consideramos pertinente referir que dos postos com maior graduação ocupados, quer pelo género masculino, quer pelo género feminino, em proporção o género feminino apresenta um maior número, TEN (1,5%), CAP (3%) e MAJ (1,5%).

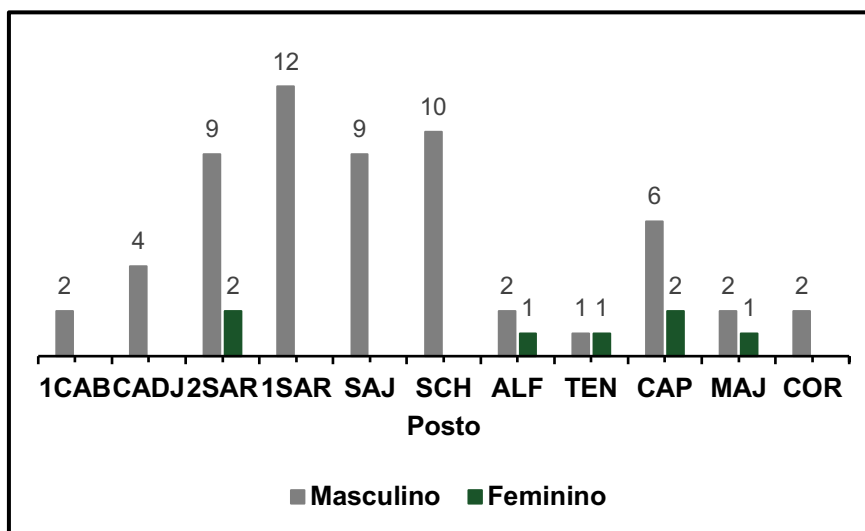


Figura 4 -- Posto dos inquiridos por género.

Em relação ao regime a grande maioria pertencem aos quadros permanentes com 75,8% (n = 50) e a minoria está com contrato, 24,2% (n = 16). Podemos observar na figura 5 que o género masculino apresenta 69,7% (n = 46) e o género feminino 6,1 (n = 4).

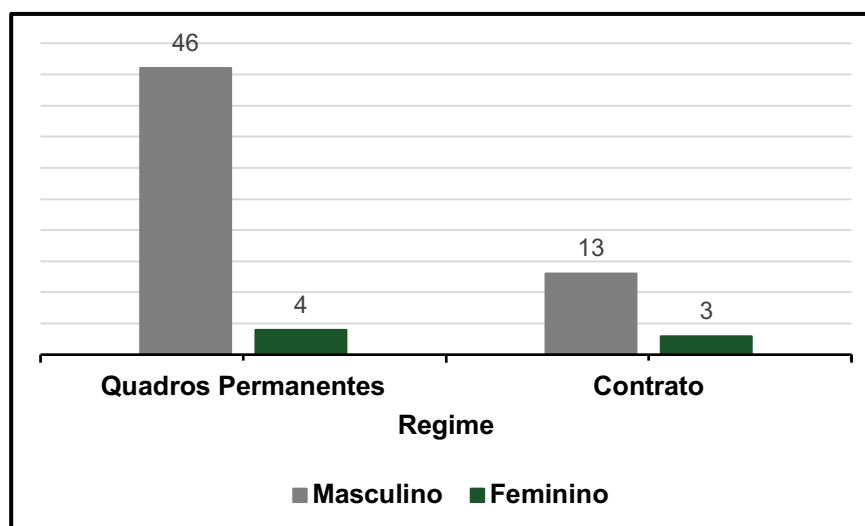


Figura 5 -- Regime dos inquiridos por género.

Na apresentação dos dados relativos às especialidades dos militares (figura 6) verifica-se, para o género masculino, MMA são 21,2% (n = 14), seguido de MELIAV e PILAV 10,6%

(n = 7) e depois MARME e MELECA 7,6% (n = 5). A continuação temos OPRDET 6,1% (n = 4), MMT 4,5% (n = 3), ABST, OPCART, OPCOM, PA e TMMA 3% (n = 2). Finalmente, NAV, OPSAS, TMAEQ e TOCART 1,5% (n = 1).

No que respeita as especialidades do género feminino, temos só 1 (1,5%) das seguintes especialidades: MARME, MELIAV, PA, TABST, TMMA, TPAA E TS.

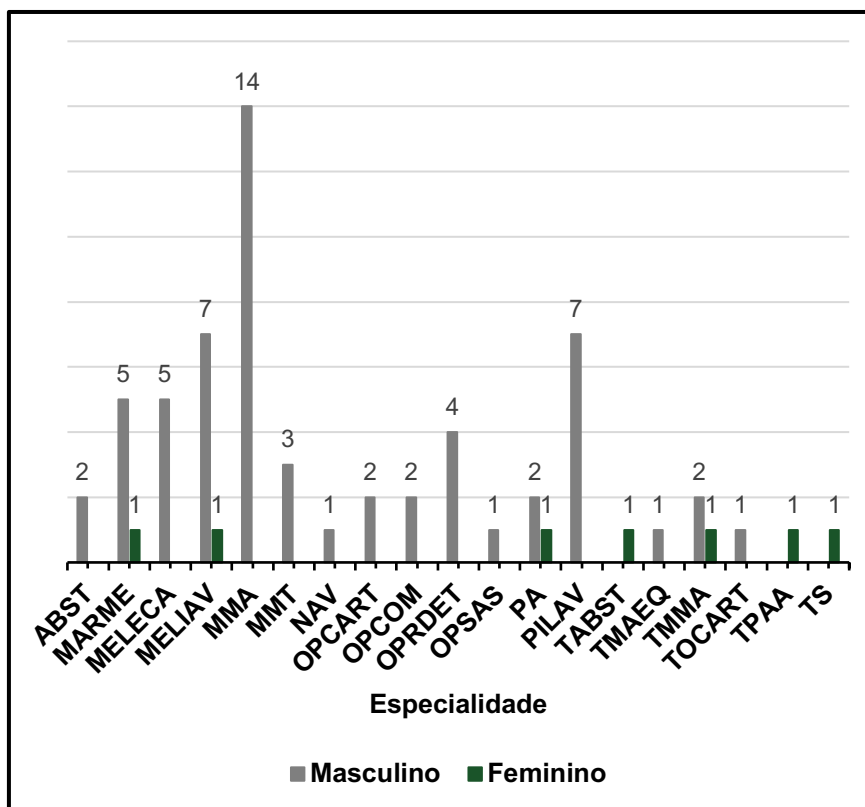


Figura 6 – Número de Especialidades dos inquiridos por género.

3.4 INSTRUMENTO

Para a recolha de dados foi utilizado um protocolo constituído por um questionário de dados sociodemográficos (ver Anexo 1) e um questionário sobre as perceções dos militares nas missões que realizam (ver Anexo 2).

O questionário sociodemográfico foi construído pela autora do estudo para a recolha de dados pessoais e profissionais, nomeadamente posto, especialidade, antiguidade, regime, género, idade e expectativas iniciais de entrada na FA.

Para avaliar as missões do teatro de operações, foi utilizado um inquérito por questionário da autoria da autora, dirigido ao pessoal da Força Aérea composto por 9 perguntas. Em ambos os questionários, foram colocadas perguntas de resposta aberta e de resposta fechada.

O protocolo foi administrado a uma amostra não-probabilística, por conveniência, nomeadamente o pessoal que participa nos Teatros de Operações.

3.5 PROCEDIMENTOS

O instrumento de investigação teve, entre a entrega e o seu preenchimento, um período de 22 meses, recolhendo desta forma os dados a serem estudados.

Pretendeu-se, inicialmente, a recolha dos dados pessoais e profissionais dos elementos inquiridos e numa segunda parte uma recolha de dados mais concretos que responda aos objetivos da investigação.

Foram transmitidas algumas instruções para o seu preenchimento, tais como: a reflexão, o rigor, a sinceridade e a cordialidade na sua concretização. Por fim, os inquiridos tiveram 15 minutos para responderem. Estas indicações tornaram-se essenciais para a fiabilidade do questionário.

Depois de recolhidos, os dados foram codificados e foi feito o tratamento estatístico dos mesmos, recorrendo ao programa de tratamento estatístico *Statistical Package for Social Sciences* (SPSS), versão 26, de forma a permitir fazer um conjunto de análises consideradas pertinentes para os objetivos do estudo.

Para finalizar produziu-se o relatório com a aferição e conclusão dos resultados obtidos.

A norma adotada é a de a *American Psychological Association* (APA).

ANEXO IV: RESULTADOS

4.1. DESCRIÇÃO DOS RESULTADOS

Através do questionário e perante a observação do levantamento dos dados, pretendemos comparar os resultados.

Deste modo, iremos procurar estabelecer uma informação detalhada sobre a perceção dos profissionais da Força Aérea Portuguesa, em função das variáveis.

Em relação à primeira hipótese, expectativas iniciais para ingressar na Força Aérea (quadro 1), os militares como primeira opção optaram por ter uma carreira profissional estável, 66,7% (n = 44); seguida de 41 (62,1%) optarem por contribuir para a segurança do país / sentido patriótico e depois por desenvolvimento de capacidades como a disciplina, camaradagem e respeito, 39,4% (n = 26).

Quadro 5- Expectativas iniciais para ingressar na Força Aérea.

Expectativa	n	%
Ter uma carreira estável	44	66,7
Contribuir para a segurança do país / sentido patriótico	41	62,1
Desenvolvimento de capacidades como a disciplina, camaradagem e respeito	26	39,4
Antecedentes familiares	6	9,1
Outros	8	12,1

Em referência à segunda hipótese, carácter das missões (quadro 2), os inquiridos responderam que o mais importante é a vigilância/defesa do espaço aéreo, 56,1% (n = 37), em segundo lugar ajuda humanitária, 53% (n = 35). Segue-se busca e salvamento, 51,5% (n = 34) e posteriormente, cooperação em conflitos armados, 37,9% (n = 25).

Quadro 6 - Carácter das missões dos militares da Força Aérea.

Carácter das Missões	n	%
Vigilância/defesa do espaço aéreo	37	56,1
Ajuda humanitária	35	53,0
Cooperação em conflitos armados	25	37,9
Transporte de órgãos	11	16,7
Transporte urgente de doentes	16	24,2
Busca e salvamento	34	51,5

De acordo com a terceira hipótese, abordagem que consideram mais adequada a adotar perante as missões (quadro 3), os inquiridos responderam, na sua grande maioria, que cooperação é a mais importante, 63,6% (n = 42), seguida pela proteção, 24,2% (n = 16).

Quadro 7 - Abordagem das missões dos militares da Força Aérea.

Abordagem das Missões	n	%
Cooperação	42	63,6
Defesa	7	10,6
Retaliação	1	1,5
Proteção	16	24,2

Para a quarta hipótese, importância que atribui à Força Aérea nacional nos teatros de operações, as respostas dadas foram muito boas, 53% (n = 35) e boa, 30,3% (n = 20).

Quadro 8 - Importância atribuída à Força Aérea nacional nos teatros de operações.

Importância da Força Aérea	n	%
Insuficiente	3	4,5
Suficiente	8	12,1
Boa	20	30,3
Muito boa	35	53,0

A quinta hipótese, posição estratégica dos nossos militares nos campos de atuação para cumprimento da missão (quadro 5), a resposta mais dada foi muito boa, 53% (n = 35), seguida de boa, 34,8% (n = 23).

Quadro 9 - Posição estratégica dos nossos militares nos campos de atuação para cumprimento da missão.

Posição estratégica dos militares	n	%
Insuficiente	3	4,5
Suficiente	5	7,6
Boa	23	34,8
Muito boa	35	53,0

Para a última hipótese, limitações que a intervenção militar nacional enfrenta (quadro 6), as respostas foram falta de recursos humanos, 48,5% (n = 32) e necessidade de reestruturação das Forças Armadas e infraestruturas, 34,8% (n = 23).

Quadro 10 - Limitações que a intervenção militar nacional enfrenta.

Limitações que a intervenção militar nacional enfrenta	n	%
Falta de recursos humanos	32	48,5
Falta de recursos materiais	4	6,1
Necessidade de melhoramento de estratégias e técnicas militares	4	6,1
Necessidade de reestruturação das Forças Armadas e infraestruturas	23	34,8
Alinhamento político	3	4,5

ANEXO V: AUTORIZAÇÃO DA FAP PARA REALIZAÇÃO DE ESTUDO



**PROTOCOLO ENQUADRADOR ENTRE
FORÇA AÉREA PORTUGUESA
E
DIANA CORREIA DÍAZ
E
PROF. DOUTOR FERNANDO RUI DE SOUSA CAMPOS**

Entre:

A **FORÇA AÉREA PORTUGUESA** adiante designada por Força Aérea, representada pelo Diretor de Formação da Força Aérea, Brigadeiro-General Carlos Alberto Nunes Lourenço.

DIANA CORREIA DÍAZ, com o Cartão do Cidadão n.º 15163221, válido até 3 de agosto de 2031, residente em Rua dos Encados, n.º 169, Mesão Frio, 4810-215 Guimarães, adiante designada por **Investigadora**.

e

FERNANDO RUI DE SOUSA CAMPOS, com o Cartão do Cidadão n.º 7421226, válido até 24 de julho de 2028, com morada profissional em Universidade Lusófona – Centro Universitário de Lisboa, Av. Campo Grande, 376, 1749-024 Lisboa, Professor Doutor, adiante designado por **Orientador**.

É celebrado o presente protocolo referente à realização de um Trabalho de Investigação Científica (TIC) que se regerá pelas cláusulas seguintes:

Cláusula Primeira

(Finalidade)

1. O presente “Protocolo” tem por objetivo estabelecer, entre as partes, as atividades a desenvolver pela Investigadora durante o TIC a efetivar na BA11, em Beja.
2. Este TIC tem o tema “O papel da Força Aérea Portuguesa em teatros de operações de conflito no século XXI” e tem como objeto de estudo abordar a importância que a Força Aérea tem, em contexto internacional, nas missões no âmbito da NATO, União Europeia e ex-colónias.

Cláusula Segunda

(Responsabilidades da Força Aérea)

A Força Aérea é responsável pela nomeação de um elemento de ligação pertencente à Base Aérea N.º 11, para efetuar o acompanhamento da Investigadora nas atividades desenvolvidas na Força Aérea. O elemento nomeado é o Tenente-Coronel Pedro Maio, de Administração Aeronáutica.

Cláusula Terceira

(Responsabilidades do/a investigador/a)

1. A Investigadora tem as seguintes responsabilidades:
 - a. Adequar a sua ação às orientações do respetivo elemento de ligação, bem como às regras de funcionamento da Força Aérea, as quais deve procurar conhecer e cumprir integralmente, durante todo o tempo de realização do respetivo TIC;
 - b. Utilizar com zelo os bens, equipamentos e instalações da Força Aérea;
 - c. Durante e após o TIC, manter total sigilo em relação a todos os factos e informações não públicas de que teve conhecimento durante o TIC ou em resultado da realização do TIC na Força Aérea;
 - d. Não fornecer nem divulgar a terceiros qualquer informação ou documento não públicos respeitantes à Força Aérea;
 - e. Fornecer todas as informações que lhe sejam solicitadas no âmbito da

realização do TIC;

- f. No final do TIC, a investigadora deve entregar a versão final escrita do TIC à DF e ao elemento de ligação, antes da sua submissão final à instituição de ensino, para verificação do cumprimento das regras de confidencialidade e segurança da informação.

Cláusula Quarta

(Responsabilidades do orientador)

O Orientador designado pela Instituição de Ensino é responsável pela orientação científica do TIC.

Cláusula Quinta

(Atividades a desenvolver)

1. De forma a realizar o trabalho de investigação científico, foi realizada pesquisa bibliográfica e factual com recurso a estudos realizados para conferência de grau e posto a militares da categoria oficial, a revistas científicas e *websites* oficiais do Estado Português como a Constituição da República Portuguesa, o *site* da Força Aérea Portuguesa e da NATO e, aplicados inquéritos por questionário através do *Google Forms*. O consentimento de participação dos inquiridos encontra-se no início do questionário onde se explica o âmbito do estudo. Relativamente à confidencialidade dos participantes, o questionário não obrigava a ter uma conta associada e permitia traçar um perfil meramente profissional, em que as únicas questões pessoais se relacionaram com o género e faixa etária. Todas as demais questões relacionam-se com experiências tidas em teatros de conflito, motivação para o ingresso na carreira militar e limitações das Forças Armadas nacionais.
2. Recolha de dados efetuada através de inquérito por questionário, onde todos os dados serão mantidos em confidencialidade.

Cláusula Sexta

(Duração)

O trabalho de investigação científica decorrerá no ano letivo de 2023/2024 entre o período de janeiro de 2023 a dezembro de 2024.

Cláusula Sétima
(Proteção de dados pessoais)

1. As partes declaram expressamente que compreendem e respeitam as disposições do REGULAMENTO (UE) 2016/679, DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO, de 27 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que respeita ao tratamento dos dados pessoais e à livre circulação desses dados, comprometendo-se a utilizar, de forma adequada, os dados pessoais obtidos em resultado da execução do presente protocolo.
2. As partes concordam que os dados pessoais incluídos neste protocolo podem ser incorporados em arquivos e bases de dados de cada uma das Partes, com o único propósito de executar as tarefas de gestão necessárias exigidas e necessárias à sua atuação.
3. Os dados pessoais não devem ser divulgados e ou comunicados a terceiros, salvo acordo das partes em contrário.
4. A Força Aérea conservará os dados pelo período necessário e de acordo com as imposições legais, nomeadamente, os prazos de conservação arquivística. Poderá o interessado contactar a Força Aérea para qualquer questão relacionada com a proteção dos seus dados, dirigindo o seu pedido por escrito, com o assunto “Proteção de Dados Pessoais”, para o email: epd@emfa.pt.

Cláusula Oitava
(Entrada em vigor e vigência)

1. Este Protocolo entra em vigor na data da sua assinatura pelas partes.
2. Este Protocolo de acordo será válida para o TIC em questão, cuja duração consta da Cláusula Sexta.
3. A Força Aérea, pode, em virtude da atividade desenvolvida pela Base Aérea 11, cessar antecipadamente o presente acordo, sem prévio aviso, não havendo lugar a indemnização por prejuízos eventualmente causados ao proponente do TIC.

Cláusula Nona

(Disposições Finais)

1. Quaisquer dúvidas de interpretação e lacunas do presente Protocolo devem ser dirimidas por acordo entre as partes.
2. As ações que vierem a ser lançadas na sequência deste Protocolo são implementadas numa ótica de confiança mútua e num espírito de reciprocidade.
3. O presente Protocolo é assinado em triplicado, sendo cada exemplar para cada uma das partes.

Feito aos de novembro de 2024, devidamente assinado digitalmente, ficando um exemplar para cada Outorgante.

Pela Força Aérea Portuguesa

Assinado por: **Carlos Alberto Nunes Lourenço**
Num. de Identificação: 08940810
Data: 2024.11.25 09:09:58+00'00'



DIRETOR
DE FORMAÇÃO

Carlos Alberto Nunes Lourenço

Pela proponente do Trabalho de Investigação Científica

Assinado por: **Diana Correia Díaz**
Num. de Identificação: 15163221
Data: 2024.11.26 12:01:03+00'00'

Diana Correia Díaz

Pelo Orientador Científico

Assinado por: **FERNANDO RUI DE SOUSA CAMPOS**
Num. de Identificação: 07421226
Data: 2024.11.27 13:29:59+00'00'

Fernando Rui de Sousa Campos

Nota: Assinaturas deverão ser digitais.